



Revista Cadernos
NEPES

ufpi

**A política, a região e o
desenvolvimento capitalista**

**Núcleo de Pesquisa em Estado Democrático e Sociedade
Contemporânea NEPES / UFPI**



Revista Cadernos NEPES

Núcleo de Pesquisa em Estado Democrático e Sociedade
Contemporânea NEPES/UFPI

**A política, a região e o desenvolvimento
capitalista**

v. 2, n. Especial • 2025

Teresina
2025





FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

P7679

A política, a região e o desenvolvimento capitalista [livro eletrônico] : v.2 : n. especial / Francisco Pereira de Farias... [et al.] ; organização Francisco Pereira de Farias e Fernanda Rocha Veras e Silva. -- 1. ed. -- Teresina, PI , 2025.
101 p. : il.

Outros autores: Fernando Macedo, João P. Pereira, Sérgio Soares Braga, Giovanni Macedo, Valdeir de Oliveira Prestes, Francisco Mesquita de Oliveira.
Bibliografia.
ISBN 978-65-985804-2-1

1. Ciência política 2. Desenvolvimento social 3. Estado democrático 4. Ideologia - Aspectos sociais 5. Políticas públicas 6. Territorialidade I. Farias, Francisco Pereira de. II. Macedo, Fernando. III. Pereira, João P. IV. Braga, Sérgio Soares. V. Macedo, Giovanni. VI. Prestes, Valdeir de Oliveira. VII. Oliveira, Francisco Mesquita de.

CDD-303.44

Elaborado por Marcelo Cunha de Andrade – Bibliotecário CRB/3 1221

Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras.
Campus Ministro Petrônio Portella, Ininga.
CEP: 64049550 - Teresina, PI - Brasil



Esta obra está licenciada sob uma Licença Internacional *Creative Commons* Atribuição 4.0. <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/> Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.



Organizador

Fernanda Rocha Veras e Silva

Francisco Pereira de Farias

Autores

Fernando Cezar de Macedo Mota

Sérgio Soares Braga

Francisco Pereira de Farias

Valdeir de Oliveira Prestes

Giovanni Raimundo de Macedo

Francisco Mesquita de Oliveira

João P. Pereira

Revisão

Jurema da Silva Araújo

Capa/Projeto Gráfico

Marcelo Cunha de Andrade

Diagramação

Marcelo Cunha de Andrade

A política, a região e o desenvolvimento capitalista

ISBN: 978-65-985804-2-1

DOI: <https://doi.org/10.26694/cadnep.v2i1.9050>

Apoio de Publicação pelo



©2025 Revista Cadernos
NEPES

Editor Chefe - *Prof. Dr. Francisco Pereira de Farias.*


Editora Executiva - *Thátilla Thaira F. da Silva Porto.*

Editor Técnico - *Marcelo Cunha de Andrade*



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ	5
A POLÍTICA, A REGIÃO E O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA.....	5
DOSSIÊ	7
O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL DO SÉCULO XXI.....	7
A ESPACIALIZAÇÃO DA HEGEMONIA POLÍTICA: TERRITÓRIO, ESTADO E MATRIZ ESPACIAL NO “ÚLTIMO POULANTZAS”	18
A TENDÊNCIA À INSTABILIDADE POLÍTICA NO ESTADO BURGUEÊS-NACIONAL- POPULAR.....	39
O RETORNO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO COMO FORÇA DO AGIR: NOTAS A PARTIR DE MILTON SANTOS	47
O ESTADO DEMOCRÁTICO-CAPITALISTA E A DIALÉTICA DA GEOGRAFIA ELEITORAL.....	60
RELATÓRIO DE PESQUISA	78
DESIGUALDADE SOCIAL, POBREZA E COVID-19 NO PIAUÍ.....	78
COMENTÁRIO	98
NOTA SOBRE O MÉTODO DE EXPOSIÇÃO.....	98





APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ

A POLÍTICA, A REGIÃO E O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA

Fernanda Rocha Veras e Silva
Universidade Federal do Piauí - UFPI

Francisco Pereira de Farias
Universidade Federal do Piauí - UFPI

Os artigos reunidos nesse dossiê convidam o leitor a percorrer, em perspectiva teórica e histórica, o complexo jogo das determinações recíprocas entre política, região e desenvolvimento capitalista. Nessa perspectiva, a reflexão não se limita à política nacional de desenvolvimento regional, mas se estende aos efeitos regionais das políticas econômica, social e externa do Estado. A política do Estado impacta então na configuração do bloco no poder regional, que, por sua vez, influencia os processos de formulação e execução das políticas estatais, em seus resultados e benefícios aos interesses sociais e territoriais. Os artigos neste dossiê abordam teórica e historicamente dimensões deste complexo jogo de determinações recíprocas de política, região e desenvolvimento capitalista.

Fernando Macedo sustenta o enfoque de que a dimensão nacional constitui o ponto de partida para pensar a política regional. Segundo o autor, “é o Estado nacional o agente capaz de ativar os espaços locais para que desenvolvam suas próprias políticas”. F. Macedo também argumenta que “cada período histórico se apropria de uma ideologia para pensar a organização do território”. No Brasil, a partir dos anos 1990, a “ideologia geográfica” defendida pelo neoliberalismo passa a ser a da globalização, a ideia de que “o território deve ser adaptado às necessidades do capitalismo e integrado aos circuitos internacionais de valor”, impondo uma nova organização socioespacial ao transformar o interior em corredores de exportação. O diagnóstico de Macedo é que “o Brasil, enquanto território, nunca foi o *locus* de reprodução autodeterminada da vida para as populações que nele habitam”.

Sérgio Braga considera que o Estado capitalista constitui um “sistema hierarquizado de atores, aparelhos e instituições distribuídos ‘desigualmente’ no espaço, ou seja, em diferentes níveis territoriais e hierárquicos de exercício do poder”. Essa diferenciação implica que a hegemonia tende a assumir formas distintas em diferentes regiões, refletindo a estrutura espacial desigual da formação social e a coexistência de distintas frações de classe com bases territoriais. Nesse sentido, o território aparece na obra de Poulantzas “como uma

dimensão estrutural da reprodução social, inseparável das relações de produção e da estrutura estatal que as organiza”. O Estado “não ocupa simplesmente um território preexistente, mas produz esse território enquanto espaço jurídico-político”.

Francisco Farias destaca os conflitos setoriais e territoriais no âmbito da classe capitalista. Para o autor, os blocos regionais de capitais entram em disputas pelos benefícios da política econômica do governo nacional. Por sua vez, a política de fração hegemônica tenta superar as resistências das frações subordinadas da classe dominante por meio de concessões a estes interesses. Uma das causas contrariantes da tendência ao conflito de capitais são as políticas governamentais compensatórias aos blocos regionais subdesenvolvidos, em troca da integração política nacional. O desdobramento das tensões inter-regionais dos capitais, superando as causas contrariantes, leva à crise política, na qual ascendem os movimentos de secessão.

Valdeir Prestes traz a perspectiva humana ao destacar que o espaço é uma instância social. Com base em análises de Milton Santos, compreende o espaço geográfico, compreendido como totalidade em movimento, permanece como categoria central para a análise das transformações no capitalismo contemporâneo, marcadas pela mundialização do capital. Para Prestes, “em um contexto de aceleração contemporânea, Hoje-Mundo tornam-se sinônimos; a atualidade é planetária e unitária”. Nesse sentido, reitera-se que a região não seria simplesmente objeto empírico dado, mas ponto de partida de inteligibilidade do espaço: “subespaço definido a partir do uso do território e das funções exercidas pela sociedade em determinado momento histórico”.

O ciclo se fecha na urna, com Giovanni Macedo demonstrando que qualquer projeto político depende de uma “política congruente”. O argumento é que a inteligibilidade da geografia das votações decorre de sua articulação com a divisão territorial do trabalho e o desenvolvimento geográfico desigual, dinâmicas que exprimem os interesses hegemônicos subjacentes à cena política. Os partidos devem articular a “geografia do poder” (acumulação) com a “geografia do apoio” (legitimação), uma vez que o êxito de qualquer projeto político reflete a capacidade de unificar acumulação e legitimação no território.

Em conjunto, os artigos reunidos elaboram uma reflexão sobre as formas pelas quais o capitalismo se materializa no espaço brasileiro e de como o Estado organiza essa geografia para assegurar sua reprodução.

Boa leitura!




O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL DO SÉCULO XXI


**Fernando Cezar de
Macedo Mota**¹

¹Professor titular do Instituto de Economia da Unicamp, cordelista, coordenador do Grupo de Estudos das Transformações Econômicas e Territoriais - Getete e pesquisador do INCT/Labplan. O palestrante agradece a doutoranda Isabella de Oliveira Walter (IE/Unicamp) pela revisão do texto.

¹Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP - Brasil.

E-mail:
fernando.cezar.macedo@gmail.com

Lattes iD 

ORCID: 

ORCID:



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0. Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Resumo

A palestra sustenta duas teses ou hipóteses. Primeira, o território brasileiro em geral, e suas cidades, em particular, independentemente do tamanho, não constituem o *locus* da reprodução civilizada, o local de reprodução autodeterminada da vida pelos que neles habitam. Segunda, o autor defende radicalmente as políticas públicas, mesmo as que atualmente não funcionam, como a política regional; a existência de uma política, ainda que efetivamente limitada, garante pelo menos um espaço de debate. A apresentação está organizada em cinco partes. A primeira examina o surgimento da discussão regional na economia ou, nos termos de Martim Smolka, a entrada do espaço na teoria econômica. A segunda problematiza o desenvolvimento enquanto questão regional no Brasil. A terceira percorre as principais políticas regionais brasileiras. A quarta expõe o argumento central do livro sobre o desenvolvimento regional no século XXI. A quinta e última parte propõe uma reflexão. Sobre o desenvolvimento econômico no Brasil, em particular, em sua dimensão territorial.

Palavras-chave: Desenvolvimento econômico; capitalismo; região - Brasil, ideologia geográfica.

Abstract

The lecture puts forward two theses or hypotheses. First, Brazil as a whole, and its cities, in particular, regardless of size, do not constitute the locus of civilized reproduction – the place where life is reproduced in a self-determined manner by those who inhabit them. Second, the author radically defends public policies, even those that currently do not work, such as regional policy; the existence of a policy, even if effectively limited, guarantees at least a space for debate. The presentation is organized into five parts. The first examines the emergence of the regional discussion in economics or, in the words of Martim Smolka, the entry of space into economic theory. The second part problematizes development as a regional issue in Brazil. The third part reviews the main Brazilian regional policies. The fourth part presents the book's central argument regarding regional development in the 21st century. The fifth and final part proposes a collective reflection. On economic development in Brazil, particularly from a territorial perspective.

Keywords: economic development, capitalism, region - Brazil, geographical ideology.

Considero muito enriquecedor viajar para trabalhar com colegas e estudantes de outros grupos de estudo e pesquisa, pois acabamos aprendendo muito mais, superando os próprios temas em discussão, renovando perspectivas e suscitando novas reflexões. Assim, gostaria de apontar a importância de refletir conjuntamente sobre as transformações regionais do país.

Desde o ano passado, temos desenvolvido, sob a coordenação do Prof. Dr Vicente Alves (IG/Unicamp), uma pesquisa dedicada ao estudo das transformações produzidas pelas atividades extrativas e agropecuária. A pesquisa atua principalmente nas regiões que entendemos como centro-norte do país, incluindo a região do Matopiba, parte do centro-oeste e uma parte do Pará. É claro que a inclusão do Matopiba incorporou naturalmente o Piauí como área de referência dessas transformações.

No passado, através do projeto de pesquisa, percorremos 2.300 quilômetros pelo Tocantins, passando por Balsas e retornando por Palmas; outra parte da equipe foi até o Pará estudar os impactos da extração mineral no urbano de lá. Nas minhas pesquisas e viagens de campo pelo Brasil, já percorri o Mato Grosso, o Pará, o Nordeste, o sul do país entre outras regiões, mas nunca a área produtiva do Piauí (local da palestra). Contamos, porém, com pesquisadores que vêm desenvolvendo discussões sobre o estado e eu sei que estar aqui hoje será um aprendizado sobre o Piauí.

A ideia norteadora aqui é demonstrar que essas dinâmicas são parte de um mesmo modelo, e que por falta de uma expressão mais precisa vou chamar de “modelo de desenvolvimento” - embora seja um conceito com o qual concordo cada vez menos. Voltarei a essa questão adiante, questionando a origem e o ideal por trás do conceito de desenvolvimento, principalmente ao tratar da questão regional e das perspectivas de futuro que o modelo sugere.

O ponto de partida de hoje será o livro "*O desenvolvimento regional do Brasil do século XXI*", que lancei em 2023, e que inclui uma boa parte das pesquisas que produzi nos últimos vinte anos no Instituto de Economia da Unicamp. Mas não irei explorar exclusivamente o livro, vou abordar também as reflexões que produzi nos sete anos que trabalhei no IPEA como pesquisador-visitante, inclusive sobre a questão regional e que resultaram em textos para discussão publicados pela instituição. O livro sintetiza grande parte desse percurso, e agradeço imensamente a participação de vocês aqui hoje.

I

Sou economista de formação: graduação, mestrado, doutorado, livre-docência e professor titular. Construí toda essa minha trajetória na Economia, mas mantenho um diálogo constante com outras disciplinas principalmente com os colegas da Geografia. Assim, meu ponto de partida é o estudo da economia brasileira, mas colocando o território no centro das discussões, objeto que reconheço, pertence por excelência à Geografia e sobre o qual há muito a se discutir, para além até das questões que tradicionalmente trabalhamos a economia.

Colocando então o território no centro da questão, vou tratar aqui da tese que é quase uma hipótese que tenho me debruçado a um tempo e que considero a mais importante. O Brasil, enquanto território, nunca foi o *locus* de reprodução autodeterminada da vida para as populações que nele habitam. Historicamente, o território brasileiro, sempre foi controlado de maneira privada, clientelista ou no termo de Raimundo Faoro, patrimonialista. As populações que o ocupam, estão apenas “esquentando a cama” para que depois o capital chegue e aproprie-se dele. Quando o capital chega em determinada área ou, como gostam de dizer os geógrafos, se territorializa, as populações locais que lá estavam são sistematicamente despejadas. O Piauí, como tantas outras regiões do país, é um exemplo nesse sentido.

Esse processo não se restringe apenas ao campo. Nas cidades, basta observar as grandes obras de infraestrutura e as grandes intervenções urbanas, para compreender como os direitos da população são constantemente violados. A cidade jamais garantiu a população urbana a promessa que o capitalismo havia formulado: o urbano como *locus* da civilização. As cidades do Brasil, independentemente do tamanho, não constituem o *locus* da reprodução civilizada, o local de reprodução autodeterminada da vida pelos que neles habitam.

Minha segunda tese (ou seria hipótese?), um pouco radical, costuma deixar as pessoas nervosas: eu defendo radicalmente as políticas públicas, mesmo as que atualmente não funcionam, como a política regional. A existência de uma política, ainda que efetivamente limitada, garante pelo menos um espaço de debate. Se há uma política regional, há algo sobre o que discutir, reivindicar e disputar. Entretanto, é preciso distinguir a execução de uma política de desenvolvimento regional de política de acumulação de capital nas regiões do Brasil. São processos bem distintos. Isso não significa negar que a política de acumulação de capital nas regiões brasileiras não tenha transformado as regiões. O Nordeste, por exemplo, com as transformações produzidas pela Sudene, integrou-se à economia brasileira, mudou o perfil do empresariado, modernizou a atividade produtiva, avançou na diversificação e complexificação da estrutura produtiva. Mas, quando observamos as questões sociais, percebemos que elas nunca foram a prioridade para melhorar a vida dos que permaneceram naqueles territórios. Parece que o futuro sempre é adiado. Então, é nesse sentido que acredito ser importante distinguir as políticas de acumulação de capital das políticas de desenvolvimento regional.

Dito isso, esta apresentação está organizada em cinco partes. A primeira examina o surgimento da discussão regional na economia ou, nos termos de Martim Smolka a entrada do espaço na teoria econômica. A segunda problematiza o desenvolvimento enquanto questão regional no Brasil. A terceira percorre as principais políticas regionais brasileiras. A quarta expõe o argumento central do livro sobre o desenvolvimento regional no século XXI. A quinta e última parte propõe uma reflexão coletiva a partir de um conjunto de imagens.

II

Atualmente, entendemos a nossa área do conhecimento como uma disciplina autônoma, que tem uma agenda de pesquisa própria, reconhecida institucionalmente pela CAPES, como economia regional, economia urbana etc. Mas na economia, especificamente, como questão do conhecimento, o espaço nunca foi central. Isso se deve tanto à origem da disciplina na Inglaterra,

país em que as questões territoriais já se encontravam historicamente resolvidas, quanto aos limites impostos pelo *mainstream* neoclássico. O espaço só ganha relevância como objeto de estudo econômico no período posterior à Segunda Guerra Mundial, quando política e planejamento econômico passam a orientar, de forma articulada, as discussões sobre desenvolvimento. E na maioria dos casos, tratando-se de desenvolvimento regional e urbano em particular. Esse contexto do pós-guerra apresenta características específicas que fortaleceram a ideia de intervenção estatal planejada, abrindo espaço para teorias heterodoxas que, até então, ocupavam posição marginal no debate econômico.

Nesse cenário, temos um mundo que, do ponto de vista da teoria econômica, foge da hegemonia do *mainstream*. Nessa nossa perspectiva, o mercado, por si só, não seria capaz de responder às questões colocadas pelo mundo real. Era necessário planejar, desenvolver políticas para o desenvolvimento econômico, intervir através do Estado, para atender as demandas do período. Então, do ponto de vista teórico, surgiram um conjunto de teorias, como as de vertente keynesiana e as da CEPAL na América Latina. Elas deram corpo à ideia do desenvolvimento econômico como um campo legítimo e importante.

Posteriormente, a transição das teorias do desenvolvimento econômico para as teorias regionais foi relativamente curta. Muitas formulações concebidas para pensar o desenvolvimento das nações foram rapidamente adaptadas para analisar os espaços subnacionais. A exemplo, a teoria centro-periferia da CEPAL, elaborada originalmente para a relação dos Estados nacionais, rapidamente foi adaptada para se pensar a questão centro-periferia dentro do país. O ponto central é que por ter emergido uma teoria do desenvolvimento nacional, acabou-se criando condições para, em seguida, estruturar-se o campo da questão dos espaços subnacionais, da questão regional.

Além do próprio contexto da Segunda Guerra Mundial como razão da emergência da questão territorial, houve a descolonização formal da Ásia, da África, a Guerra Fria e a reconstrução europeia, que também reforçaram a importância da questão espacial. Esta última produziu experiências concretas de intervenção territorial, com destaque para a França. Os Estados Unidos, contudo, já haviam acumulado experiência anterior. Em 1933, no pior ano da crise de 1929, o governo criou a agência do Vale do Tennessee para intervir no território, em uma tentativa de política anticíclica e estrutural ao mesmo tempo para diminuir as diferenças e os desequilíbrios regionais. O Vale do Tennessee, apesar de produzir o famoso (muito bom) Whisky Jack Daniels, concentrava os piores indicadores sociais do país. Essas experiências vão influenciar vários países, como é o caso da rede urbana de Paris e inclusive o Brasil, no caso da região nordeste e o Vale do São Francisco. As intervenções no território acumularam-se, portanto, num contexto do pós-Segunda Guerra, abrindo espaço para que os países subdesenvolvidos tivessem alguma margem de manobra, na medida que os Estados Unidos e a União Soviética disputavam o mundo e o espaço, porque a Guerra Fria chegou às estrelas.

Além disso, a descolonização formal de países, como parte da Ásia e da África, demandou dos novos Estados nacionais a responsabilidade de pensar o próprio futuro. Afinal, quando você é uma colônia, o futuro não te pertence, ele é definido pelo colonizador. Não faz nenhum sentido pensar em política de desenvolvimento, quando se é uma colônia externa, dependendo de tudo da metrópole. Entretanto, quando se é um país independente, num contexto, digamos, de Guerra Fria, onde as grandes potências disputavam entre si a hegemonia global, surge uma margem de manobra para pensar o futuro. Nesse ambiente, o futuro passou a ser um problema que cada

nação precisava enfrentar e as teorias do desenvolvimento surgem oferecendo os instrumentos para atender essa demanda nacional.

Ao mesmo tempo que as teorias do desenvolvimento econômico foram organizadas para pensar o desenvolvimento nacional, é fundada em 1954 a Regional Science - ainda que em uma vertente mais conservadora. Todo o contexto político exposto não apenas reforçou a importância do território como objeto de análise, mas deram sustentação à sua incorporação na economia e demais disciplinas de estudo e pesquisa.

Assim, a ciência regional nasce como uma área multidisciplinar, fundada no reconhecimento de que intervenções no espaço não podem ser planejadas e executadas por economistas, geógrafos, cientistas políticos ou demógrafos de forma isolada. Estudar o território de determinada região exige um esforço multidisciplinar que não cabe a uma só ciência.

Nesse ponto, cabe um adendo fundamental a partir do autor Milton Santos. No livro, *Economia espacial*, especialmente no capítulo intitulado “*Planejando o subdesenvolvimento*”, o autor argumenta que, após a Segunda Guerra Mundial, são os economistas que passam a estudar e planejar o espaço. Foi, de fato, nesse período que constituímos no Brasil uma grande parte da infraestrutura e institucionalidade necessária para pensar o desenvolvimento regional, ancoradas em teorias que defendiam a intervenção estatal. Em momentos e com objetivos distintos, todas essas teorias foram mobilizadas nesse período: a interpretação histórico-estrutural da CEPAL, presente na contribuição de Celso Furtado para a constituição da Sudene; nos anos 1970, sob o regime militar, as teorias dos pólos de crescimento de Perroux e do desenvolvimento desequilibrado de Hirschman; e, em contraponto crítico, a teoria da dependência e da superexploração de Ruy Mauro Marini.

Milton Santos, contudo, chama a atenção para um ponto que considera ser muito importante. Parto aqui da minha interpretação do argumento do autor: O mundo da Segunda Guerra é o mundo da internacionalização do capital. Assim as intervenções estatais no território visavam garantir as condições para que o capital em processo de internacionalização se territorialize. Essa leitura abre caminho para interpretar todo o processo de intervenção territorial como orientado, em última instância, a garantir a acumulação de capital. É a partir desse ponto que vem o meu incômodo com as teorias do desenvolvimento, e consequentemente com as teorias regionais.

Isso não implica reduzir os formuladores e planejadores a agentes mecânicos do capital. Quem leu Celso Furtado reconhece sua dimensão humanista e o quão sonhou com o Nordeste transformado. A Sudene, nos seus marcos originais, contemplava pautas sociais substantivas. Contudo, com o golpe militar de 1964, essas pautas foram sistematicamente abandonadas e o que sobrou foram os incentivos fiscais para garantir o processo de acumulação do capital na região. Mesmo pensando nas questões sociais e transformadoras daquelas velhas estruturas, o que sobra é aquilo que interessa ao capital. A exemplo, reforma agrária foi suprimida; a reestruturação do semiárido, arquivada; a questão da mobilidade da força de trabalho, ignorada. Permaneceu o que servia ao capital.

Dito isso, há uma questão que eu acredito ser importante articular com as teses aqui apresentadas. Estamos vivendo um novo padrão de organização no território. Mas seja qual for o padrão de organização do território, primário-exportador, anterior à industrialização; urbano-industrial, no período desenvolvimentista; ou aquele que, com base em Jaime Osório, denomino padrão de reprodução de capital exportador de especialização produtiva, as formas de

organização do território no Brasil sempre são limitadas pela superexploração da força de trabalho. Esse conceito pode ser mobilizado nos termos precisos de Ruy Mauro Marini ou, de modo mais direto, como a constatação de que o trabalhador é sistematicamente explorado. A evidência histórica é recorrente: em todos os momentos em que a classe trabalhadora brasileira conquistou direitos, seguiu-se, invariavelmente, alguma forma de ruptura ou deslegitimação, como golpes, contrarreformas, pressões institucionais etc. A nossa tendência é crescer estruturado na superexploração da vida e do trabalho.

A disputa pelo Fundo Público e pela direção de seus recursos integra esse mesmo processo. Sua centralidade no debate sobre a organização do espaço brasileiro justificou a reserva de um capítulo no meu livro para o tema, tendo como referência principal as reflexões do sociólogo, Francisco de Oliveira. Atualmente, não se pode compreender a organização do espaço brasileiro sem examinar o fundo público pois, historicamente, foi ele o responsável pelo financiamento das transformações regionais do país. A livre iniciativa privada chega, em geral, após o fundo público ter preparado o terreno. Dessa dinâmica decorrem três recorrências históricas dos nossos modelos de organização territorial: a superexploração da força de trabalho, a apropriação privada do fundo público e a constituição do território como espaço privado. É a articulação dessas três recorrências que fundamenta a tese de que o território no Brasil não é, e historicamente nunca foi, um locus de reprodução autodeterminada da vida.

A economista Maria da Conceição Tavares, em texto publicado em obra em homenagem a Celso Furtado, formulou com precisão o papel do espaço na dinâmica do capitalismo brasileiro: o território é o mecanismo pelo qual as elites brasileiras se articulam às finanças internacionais e ao capitalismo global. Essa formulação converge também com a análise de Darcy Ribeiro e Antônio Carlos Roberto Morais, cada um a seu jeito, que afirmam que as elites brasileiras nunca se identificaram com o seu povo, com sua cultura e história, com a nação, mas com o território. E se você tem uma sociedade, onde a sua elite econômica tem como parâmetro o território como plataforma de extração de excedente, qual a consequência? Qualquer que seja o período histórico, qualquer que seja o modelo econômico, a questão ambiental e da sustentabilidade vai estar no cerne dos nossos problemas.

III

Até a década de 1950, a questão regional no Brasil era definida basicamente por duas questões: as secas no Nordeste semiárido e a estagnação econômica da Amazônia, decorrente do fim do ciclo da borracha. Essa percepção encontrou expressão tanto na Constituição Federal de 1934, com políticas voltadas para o combate às secas e na Constituição de 1946, que estabeleceu as bases institucionais da questão regional no país. A partir de 1960, o problema passa a ser a integração do Nordeste e da Amazônia à acumulação industrial brasileira e a redução dos desequilíbrios regionais.

Até os anos de 1940, as políticas regionais no Brasil concentravam-se no combate à seca no Nordeste, o que a literatura denominou de “solução hidráulica?”, fomentando o que Antônio Callado chamou de “indústria das secas”. Celso Furtado apontaria, posteriormente, a necessidade de superar esse enquadramento, que reduzia o problema nordestino a uma questão da seca, quando o verdadeiro obstáculo residia na estrutura agrária e social da região. Durval

Muniz de Albuquerque Jr. demonstrou que o discurso do combate às secas foi, na verdade, instrumentalizado pelas elites regionais, como estratégia de vitimização, garantindo a captura de recursos federais. Assim conseguiram capturar o fundo público, garantindo que 4% da receita da União fosse direcionada para o combate às secas (Constituição de 1934) e posteriormente 3% da receita da União para a Amazônia e 3% para o Nordeste para resolver os problemas dessa região (Constituição de 1946). Já na década de 1950, a criação do Banco do Nordeste representou um período de transição da questão regional brasileira e a criação da Sudene uma nova fase.

A partir dos anos 1960, a literatura especializada identifica o auge das políticas regionais brasileiras, sendo o período em que a intervenção estatal na questão regional alcança maior expressividade. O regime militar conduziu esse processo com muita força, ainda que os resultados estejam longe do desejável. Sua agenda regional tinha contornos precisos: ocupar a Amazônia, desmatar para a produção de pastos, territorializar o capital, construir infraestrutura e estruturar os pólos de desenvolvimento, voltados à inserção exportadora do país. Eu estou denominando aqui o que foi a política regional dos militares, sem querer, nesse momento, qualificá-la.

A partir dos anos 1980, a crise da economia brasileira, somada ao avanço do neoliberalismo, promoveu uma profunda inflexão no enfoque da questão regional. O enfraquecimento do Estado vai resultar na ausência de políticas regionais e a guerra fiscal vai surgir como a resposta dos estados a uma tentativa de formulação de política regional para si. A guerra fiscal também vai configurar uma lógica anti-nação, um arranjo em que cada unidade federativa compete contra as demais, inviabilizando qualquer projeto de caráter nacional. O meu colega Lopreato questiona esse argumento. Para o autor, a razão da guerra fiscal não necessariamente produz uma política estadual de desenvolvimento regional, mas uma resposta ao estrangulamento financeiro imposto pelo ajuste macroeconômico dos anos 1990. Nesse contexto, a disputa pelo ICMS funcionou como mecanismo de sobrevivência fiscal dos estados, e o desenvolvimento regional operou, como discurso legitimador.

Em 1999, o governo Fernando Henrique lançou o Eixo Nacional de Integração e Desenvolvimento. O programa, apesar de não ter alcançado avanços significativos, tinha o objetivo de criar corredores de exportação e regionalizar o Brasil a partir de determinados setores. É uma organização e regionalização que não obedece à divisão administrativa, nem macrorregional do país, e que concebia o Brasil fundamentalmente como uma plataforma de exportação.

Ademais, considero 1999 como o ano-base do modelo que passa a estruturar a economia brasileira contemporânea. Suas raízes, contudo, remontam aos anos de 1960 e início de 1970 quando se delineava a ideia dos pólos de desenvolvimento, a ocupação da Amazônia, com a criação da infraestrutura rumo ao Norte do país, elementos constitutivos do projeto de transformar o Brasil em celeiro mundial. Mas é a partir de 1999, que esse modelo exportador de commodities ganha força e robustez. A reorientação macroeconômica desse período, combinada à entrada da China na OMC em 2001-2002 e à conseqüente expansão das exportações brasileiras para este mercado, vai consolidar uma transformação estrutural no Brasil. O país se afasta progressivamente do perfil de grande player industrial e consolida-se como o país que exporta commodities e que, portanto, mudou o centro dinâmico da sua economia para este setor.

Entre 1930 e 1980, o Brasil tornou-se um país majoritariamente urbano, sendo a indústria a responsável pela estruturação do território. Sua localização era concentrada nas regiões

metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro e, no restante do país, predominantemente nas capitais estaduais. As migrações em massa esvaziaram o interior e as áreas rurais, redistribuindo a população para as cidades e completando o ciclo de reorganização territorial promovido pela industrialização. Atualmente, o cenário é bem distinto, resultado da desindustrialização e consolidação do padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva que impõe uma nova forma de organização do território. É esse modelo que orienta a análise das transformações regionais em curso.

IV

O século XXI introduz novidades relevantes na configuração regional brasileira. Primeiro, temos estruturas mais diversificadas e complexas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, resultado de políticas regionais, incentivos fiscais e fundos públicos. O Centro-Oeste, em particular, elevou sua participação no PIB nacional de 2% para 8%, ou seja, em 40 anos, a região quase que quadruplicou a sua participação na economia brasileira. A região Norte percorreu uma trajetória semelhante. O Nordeste, embora não tenha ampliado significativamente sua participação na produção nacional, possui hoje uma estrutura econômica consideravelmente mais diversificada. O Piauí é um exemplo ilustrativo de como a territorialização do capital pelo agronegócio, voltado para a exportação, está transformando regiões, principalmente com a demanda por infraestrutura e logística. A esse quadro se soma uma tendência, ainda que tímida, de redução dos desequilíbrios regionais.

Observa-se então, no século XXI, uma certa interiorização do crescimento econômico. O PIB per capita¹, revela um crescimento no interior do país, principalmente nas áreas de expansão do agronegócio e da mineração. Essas são também áreas onde o crescimento populacional é mais expressivo, o que é uma novidade em relação ao padrão histórico. O censo demográfico confirma a tendência.

Mas porque consideramos isso como um novo padrão? Porque a migração rural-urbana é menos intensa, comparada a massa que caracterizou a industrialização e não se dirige predominantemente às metrópoles, mas a cidades médias do interior vinculadas à estrutura produtiva exportadora. O município de Luís Eduardo Magalhães, até 25 anos atrás, era um pequeno distrito, com poucos comércios, mas hoje tem mais de 100 mil habitantes e rivaliza com Barreiras, na região do oeste baiano. E pela primeira vez, a região metropolitana de São Paulo registrou saldo migratório negativo, mais perdeu do que ganhou. Isso é uma novidade que, a meu juízo, tem que ser compreendida como resultado do novo padrão territorial. Além disso, o crescimento do PIB per capita no interior, não se traduz necessariamente em melhoria das condições de vida das populações locais. Esse é um traço estrutural do modelo que acho importante ressaltar: ele produz riqueza sem territorializá-la. O caso do município de Presidente Kennedy, no Espírito Santo, também é um bom exemplo, pois a cidade chegou a possuir o maior PIB per capita do Brasil, impulsionado pela extração de petróleo e pelo efeito preço. No entanto, seu Índice de Desenvolvimento Humano situava-se na posição 2.964^o no ranking nacional em 2010 (outro índice com limitações conhecidas, mas ainda assim o disponível). Ou seja, trata-se de

¹ O PIB é reconhecidamente um indicador insuficiente para capturar qualidade de vida, mas é o que a economia dispõe para mensurar o crescimento.

uma economia capaz de gerar riqueza expressiva no interior, mas que não permanece em seu território. Isso não significa que o interior permaneça inalterado. Cidades situadas ao longo da BR-163, como Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso, transformaram-se profundamente com a expansão da soja. O mesmo processo é descrito para a região que vai do oeste baiano ao sul do Maranhão. Há, portanto, uma mudança em curso no Brasil.

Diante desse quadro, acredito que pensar o desenvolvimento regional exige um exercício multidisciplinar de questionamento constante. É necessário perguntas do tipo: quem controla a região? Políticas para quê e para quem? Incentivos para quê e para quem? É necessário questionar o modelo econômico, o uso do território e os efeitos sobre o meio ambiente, ou seja, o padrão que se sustenta da superexploração da força de trabalho e da depredação territorial é estruturalmente inviável do ponto de vista ambiental.

A dimensão federativa é igualmente central. O modelo é baseado na cooperação ou competição? O Brasil é um país continental, populoso, desigual e diversificado. O que significa esse conjunto de características? O que implica a trajetória de declínio de certas regiões e o avanço de outras? A diversidade regional, longe de ser um problema a superar, é algo positivo. Darcy Ribeiro demonstra isso em sua obra e a professora Tânia Bacelar coloca sempre as questões da diversidade regional como um ativo e a sua importância no centro da política regional. E mais do que isso, com a valorização da diversidade tem-se uma concepção de política regional que é muito diferente de tudo que houve no passado.

A concepção de política regional também se transformou ao longo do tempo. No passado, as políticas eram formuladas verticalmente, de cima para baixo. Nos anos 1990, com a crise dos Estados nacionais, o pensamento conservador deslocou a escala prioritária para o local, disseminando várias ideias de desenvolvimento local em contraposição à escala nacional. Consequentemente, no campo acadêmico, da pesquisa regional, o localismo prevaleceu a partir dos anos 1990. Entretanto, o local é uma escala relevante, mas não a única. É o Estado nacional o agente capaz de ativar os espaços locais para que desenvolvam suas próprias políticas. Sem uma política nacional consistente, as iniciativas locais tendem a se fragmentar ou a se tornar ineficazes. Nem de cima para baixo, como queriam os não liberais; nem de baixo pra cima, como preconizavam os liberais. É necessário pensar em políticas multiescalares, em que todas as escalas são importantes, principalmente sobre a perspectiva de uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional. É por isso que a dimensão federativa constitui o ponto de partida fundamental para pensar a política regional no Brasil.

Então, retornando às questões do desenvolvimento, questionando para que e pra quem, eu destaco o texto sobre a ideologia geográfica, de Antônio Carlos Robert Moraes. Cada período histórico se apropria de uma ideologia para pensar a organização do território. Essas ideologias não se sucedem por substituição ou ruptura. O que muda, de um período a outro, é qual delas exerce maior determinação sobre as práticas e os discursos territoriais.

No passado, no período colonial e primários-exportador, a ideia era civilizar o território, que era concebido como um local selvagem, justificativa que legitimava diversas formas de violência. Com a industrialização, a discussão passou a ser sobre a modernização. O discurso era sobre a necessidade de modernizar o território para a indústria. Aliás, a Semana de Arte Moderna em 1922 já apresentava essa ideia para São Paulo. E a partir dos anos 1990, a ideologia geográfica defendida pelo neoliberalismo passa a ser a da globalização. E o que seria a ideia da globalização integrada ao território? Sua ideia central é a de que o território deve ser adaptado às necessidades

do capitalismo e integrado aos circuitos internacionais de valor. E é nesse quadro que se compreende o investimento massivo em grandes infraestruturas de transporte, como rodovias, ferrovias, hidrovias, orientadas a aumentar a velocidade, a fluidez e a capacidade exportadora. A infraestrutura é um dos vetores de maior impacto sobre a organização do território. Estradas, ferrovias, sistemas de saneamento, tudo isso configura profundamente as relações espaciais.

O modelo baseado na exportação de produtos de baixo valor agregado demanda um certo tipo de infraestrutura, como hidrovias e ferrovias, afinal o transporte de toneladas de soja por rodovias, em caminhões, por longas distâncias, torna-se economicamente inviável. Na Argentina, a distância média entre as áreas produtoras de soja e os portos não ultrapassa 300 quilômetros; nos Estados Unidos, dois terços da soja exportada seguem por trem ou barcaça. Após 2013, aproximadamente 75% das autorizações de terminais de uso privativo no Brasil concentraram-se nos rios amazônicos. Esse índice é justificado principalmente pela produção de soja, que ao optar pela rota do Arco Norte reduz em quase metade a distância percorrida em relação ao Porto de Santos, que fica há mais de dois mil quilômetros de certas regiões produtoras, contra cerca de mil quilômetros pelo Porto de Santarém. Então, depois de 2013, se observamos a estatística de terminal de uso privativo do Brasil, 75% das autorizações são para os rios amazônicos. Por quê? Porque o transporte por barca mais próximo da área de produção de soja reduz em quase metade a distância saindo pelos portos do Arco Norte. A redução de custos logísticos é, portanto, o vetor que orienta a expansão da infraestrutura. Ela vem acompanhada, contudo, de fortes impactos ambientais de grande magnitude, expressão concreta do que se pode denominar globalização do território.

V

Para concluir gostaria de relembrar como a teoria do desenvolvimento está sempre presente. O discurso é sempre baseado na lógica: primeiro vamos crescer e depois a pensamos na distribuição/consequências. Para ilustrar a persistência histórica desta lógica, vale recuperar um discurso do então governador de Alagoas, em 1969: “grandes esperanças animam o povo alagoano com a implantação do complexo de mineração da Salgema, cujo projeto, já aprovado pela Sudene, representa em termos de economia de escala a maior conquista brasileira, e que V. Excelência poderá dar decisivo avanço de modo patriótico e de acordo com os interesses nacionais”. Entretanto, em 1985, pesquisadores alertavam para os riscos daquele empreendimento, antes mesmo que os desastres se materializassem. A ciência antecipou o problema, demonstrando como o investimento nas universidades e na pesquisa é necessário. Não nego a importância da extração de sal gema na região. De alguma forma ela contribuiu para a diversificação da base, a oferta de serviço etc. Mas que reforça novamente é que o modelo se contrapõe ao social. O afundamento dos bairros em Maceió decorrente da extração do sal-gema tem a mesma lógica que está por trás dos desastres em Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais.

Uma edição especial da revista Manchete, de 1970, sintetizava o pensamento da época com a manchete: “Aqui vencemos a floresta”. Ou seja, a floresta é o inimigo! Essa ideologia geográfica não é apenas um dado do passado, ela segue operando. O documentário A Rota da Soja no Rio Tapajós é, nesse sentido, exemplar. O que surpreende nos depoimentos das lideranças indígenas, ribeirinhas e caboclas é que não há uma recusa ao modelo, apenas a reivindicação de participação: “Queremos ser ouvidos e queremos ter o direito de interferir na política.” Não

pedem o fim da soja nem a interrupção do transporte fluvial. Pedem que o modelo seja construído com eles.

Para encerrar, apresento um cordel autoral, algo que nunca fiz fora dos meus projetos culturais. Mas acredito que seja a forma mais adequada de concluir uma reflexão sobre nosso projeto de desenvolvimento e o uso socialmente excludente do território.

A tragédia brasileira	Não se fala no governo
Começa pelo cerrado	Em agroecologia
O pantanal destruído	Grana só pro capital
Muito dele foi queimado	A quem ele financia
Devastação amazônica,	E no campo a sofrer
Madeireiro faz reinado	Severinos de Maria
E na velha caatinga	Eu agora te pergunto
As coisas também vão mal	Isso é desenvolvimento?
A desertificação	Este modelo econômico
É um perigo real	Não tem qualquer cabimento
Nesse único bioma	Aprofunda a tragédia
Todo ele nacional	Com tanto desmatamento.
	(...)
A biodiversidade	Esse modelo falido
Em qualquer das regiões	Nas cidades e no campo
vai perdendo seu lugar	Deixa o povo sem emprego
E não tenham ilusões	Não se consegue mais trampo
A natureza é moída	Vamos mudar o modelo
Pra virar exportações	Essa luta eu encampo
No sul do nosso país	Não temos de ter vergonha
Uma verdade se estampa	De gritar "Revolução!"
Pouco a pouco vai sumindo	Entregar ao trabalhador
A vegetação do pampa	Os meios de produção
Perde-se a diversidade	Somente com muita luta
Quando a terra se descampa	Se constrói essa nação ²

No Brasil só garantir direitos sociais já seria uma Revolução dentro do capitalismo. Mas nós nem conseguimos nos organizar como sociedade.

Muito obrigado.

² MACEDO, Fernando. **A tragédia brasileira**. Fortaleza (CE): Rouxinol do Rinaré Edições, 2021.




A ESPACIALIZAÇÃO DA HEGEMONIA POLÍTICA: TERRITÓRIO, ESTADO E MATRIZ ESPACIAL NO “ÚLTIMO POULANTZAS”


Sérgio Soares Braga¹

¹Pesquisador do Instituto Nacional em Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT-DD) e Bolsista Produtividade em Pesquisa nível 2 no CNPQ. Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Unicamp (2008), atualmente é coordenador do GT Anpocs ‘Política e sociedade em escala subnacional: abordagens históricas, comparadas e espaciais’ (2025-2026), com Luciléia Aparecida Colombo (Unesp-IPEA).

¹ Universidade Federal do Paraná, Brasil.

E-mail: sssbraga@gmail.com

Lattes iD 

ORCID: 



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Internacional *Creative Commons* Atribuição 4.0. Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

O artigo analisa o problema da espacialização da hegemonia política a partir da reflexão sobre o espaço na obra tardia de Nicos Poulantzas, com foco nas relações entre Estado, território e dominação de classe. Com base em uma abordagem teórico-conceitual, reconstrói as formulações do autor sobre o espaço e destaca o conceito de matriz espacial, introduzido por Poulantzas, como uma categoria importante para a reflexão sobre o problema do espaço em diferentes formações sociais. O argumento central é que a hegemonia não opera apenas no plano ideológico, mas também por meio da organização territorial da dominação, sendo o Estado o principal operador da estruturação espacial das relações sociais. O texto sustenta, ainda, que o capitalismo produz uma estrutura jurídico-política (e o sistema de instituições a ela correspondente) hierárquica e territorialmente desigual, articulando sistemas nacionais e subsistemas regionais de poder. O caso brasileiro é mobilizado para ilustrar a coexistência entre centros hegemônicos e periferias subordinadas. Ao final, conclui-se que Poulantzas oferece uma contribuição decisiva para “especializar” a teoria marxista do Estado, embora permaneçam limites em sua sistematização do conceito de matriz espacial e na articulação entre espaço, bloco dominante e níveis territoriais de hegemonia.

Palavras-chave: Estado; espaço; hegemonia; matriz espacial; Poulantzas – teoria política.

Abstract

This article analyzes the problem of the spatialization of political hegemony through a reflection on space in the late work of Nicos Poulantzas, focusing on the relations between state, territory, and class domination. Drawing on a theoretical-conceptual approach, it reconstructs Poulantzas’s formulations on space and highlights the concept of the spatial matrix, introduced by Poulantzas, as an important category for reflecting on the problem of space in different social formations. The central argument is that hegemony operates not only at the ideological level, but also through the territorial organization of domination, with the state acting as the main operator of the spatial structuring of social relations. The text further argues that capitalism produces a juridical-political structure, and the corresponding system of institutions, that is hierarchical and territorially unequal, articulating national systems and regional subsystems of power. The Brazilian case is mobilized to illustrate the

coexistence of hegemonic centers and subordinated peripheries. In conclusion, the article argues that Poulantzas makes a decisive contribution to “spatializing” the Marxist theory of the state, although limits remain in his systematization of the concept of spatial matrix and in the articulation between space, the dominant bloc, and territorial levels of hegemony.

Keywords: State; Space; Hegemony; Spatial Matrix; Poulantzas – Political Theory.

INTRODUÇÃO: O PROBLEMA DA ESPACIALIZAÇÃO DA HEGEMONIA³

A questão das relações entre Estado, território e dominação de classe constitui um dos problemas mais persistentes da teoria política marxista, embora nem sempre tenha sido tematizada diretamente sob a forma de uma “teoria do espaço”. Com efeito, desde as primeiras formulações do materialismo histórico, a constatação do “desenvolvimento desigual e combinado” das formações sociais, bem como a tentativa de apreensão de seus efeitos compósitos econômicos, sociais e políticos, constitui-se como problema fundamental da teoria política e social marxista (Trotsky, 1982). Após as elaborações originais de Trotsky, essa questão foi retomada por diversos outros autores marxistas, constituindo-se num importante problema de reflexão no campo desta perspectiva de análise (Amin, 1976; Oliveira, 2003).

Pode-se afirmar que a tradição marxista se concentrou prioritariamente na análise do desenvolvimento econômico regional, das formas de exploração entre países e regiões com níveis desiguais de desenvolvimento, da questão do imperialismo e do Estado nacional, frequentemente tomando o território como um dado implícito, uma espécie de suporte material neutro sobre o qual relações assimétricas e desiguais se desenvolveriam. Essa pressuposição, contudo, passou a ser questionada de forma pioneira pela obra de Nicos Poulantzas, sobretudo em seus últimos trabalhos (Poulantzas, 1979), nos quais o espaço deixa de ser concebido como simples cenário geográfico e territorial onde se dão as relações e as interações sociais (inclusive de dominação) para ser entendido como uma dimensão constitutiva da própria materialidade do Estado e das relações de poder e de dominação que ele organiza e legitima.

O problema que emerge dessa (re)formulação pode ser expresso da seguinte maneira: se o Estado capitalista manifesta uma estrutura jurídico-política específica, responsável pela organização política da dominação de classe em seu duplo aspecto (indução do desenvolvimento cumulativo das forças produtivas e criação das bases sociais que legitimam e dão suporte político a esse desenvolvimento), essa função só pode ser exercida mediante a constituição de um espaço territorial determinado dentro do qual suas normas e os seus comandos adquirem validade, seus aparelhos possuem eficácia e suas decisões assumem caráter imperativo. O território, nesse sentido, não é apenas o objeto sobre o qual o Estado exerce seu poder, mas uma dimensão

³ Este artigo é uma versão modificada dos trabalhos que apresentamos anteriormente no 48º Encontro Anual da Anpocs (Braga, 2024) e na IV Jornada Nicos Poulantzas, realizadas em Buenos Aires em outubro de 2025 (Braga, 2025), que anexamos a este artigo. Retomamos, também aqui, algumas ideias apresentadas em Braga (1994; 2010). Agradecemos ao CNPq pelo auxílio apresentado ao projeto integrado *A política de desenvolvimento, tecnologias sociais e desigualdades regionais no Brasil contemporâneo* (Chamada CNPq/MCTI Nº 10/2023 – UNIVERSAL).

constitutiva de sua própria existência enquanto organização política, um efeito de estruturas jurídico-políticas e de práticas ou ações sociais humanas que organizam e limitam o espaço de vigência de uma determinada ordem social nas formações sociais em geral, e não apenas no capitalismo. Como observa Poulantzas, o espaço não pode ser entendido como um receptáculo neutro, mas como o “[...] quadro material primário das instituições e das práticas de poder” (Poulantzas, 1979: p. 112), formado pelo efeito de uma matriz específica associada a cada modo de produção⁴.

Essa concepção implica uma ruptura com as teorias que tratam o Estado como um instrumento “externo” às relações sociais e o território como um dado geográfico “natural”, como insistiu Poulantzas em suas reiteradas críticas às abordagens que enfocam o sistema econômico como uma instância social “autoreprodutível”⁵. Ao contrário, o Estado (e as estruturas jurídico-políticas de uma maneira geral, agreguemos às formulações originais de Poulantzas) aparece como o operador central de uma matriz espacial específica, a qual organiza territorialmente as relações de produção, os sistemas de estratificação social e os mecanismos de tomada e implementação de decisões de governo. O espaço torna-se, assim, inseparável da estrutura jurídico-política que o constitui, e a análise da dominação de classe deve articular-se à análise das formas espaciais através das quais essa dominação se materializa, ou seja, concretiza-se fisicamente num determinado território (Poulantzas, 1979).

Essa perspectiva permite enriquecer a abordagem do problema clássico da hegemonia, deslocando-o do plano puramente ideológico e classista do fenômeno, para o plano espacial e territorial. Com efeito, uma das implicações da abordagem poulantziana do espaço e da matriz espacial é a de que a hegemonia não pode ser entendida apenas como direção política ou fenômeno ideológico, mas como uma forma específica de organização espacial da dominação de classe. A fração ou força social predominante não exerce sua hegemonia apenas através do controle de instituições ou da produção de ideologias por seus dirigentes ou representantes políticos, mas também através da organização do próprio espaço dentro do qual a dominação se exerce e se reproduz, tanto em relação às classes dominadas, quando no tocante aos próprios segmentos ou frações das classes dominantes. A espacialização da hegemonia corresponde, portanto, à territorialização da própria estrutura estatal e das relações sociais que ela organiza⁶.

Essa problemática adquire especial relevância quando se considera que o Estado capitalista (e os Estados de uma maneira geral) não constituem uma estrutura “homogênea” ou mesmo uma “instituição” cindida em *locus* de exercício de poder “formal” e poder “real”, conforme as expressões utilizadas originalmente por Marx, mas um *sistema hierarquizado de atores*,

⁴ Segundo Poulantzas: “Las transformaciones de estas matrices jalonan así las transformaciones de los diversos modos de producción. Están presentes, por ello mismo, en la armazón material del Estado (de tal o cual Estado) y configuran las modalidades del ejercicio de su poder” (Poulantzas, 1979, p. 117). Citamos as passagens de acordo com a edição espanhola publicada pela *Siglo XXI editores*.

⁵ “Es más necesario que nunca seguir desmarcándose de una concepción economicista-formalista que considera la economía como compuesta de elementos invariantes a través de los diversos modos de producción, de naturaleza y esencia cuasi aristotélica, autorreproducible y autorregulada por una especie de combinación interna” (Poulantzas, 1980, p. 10).

⁶ Podemos definir “espacialização da hegemonia” da seguinte forma: é o processo pelo qual a direção política de classe se organiza territorialmente através do Estado, estruturando o espaço de forma funcional à reprodução do sistema econômico e de uma determinada configuração do bloco dominante, ou “bloco no poder”. Por matriz espacial de um modo de produção, numa interpretação livre de Poulantzas, podemos designar os efeitos produzidos pelo sistema de interações políticas, econômicas e sociais que constitui cada modo de produção, assim como suas formas de manifestação concretas e desdobramentos no território físico de cada formação social.

aparelhos e instituições distribuídos “desigualmente” no espaço, ou seja, em diferentes níveis territoriais e hierárquicos de exercício do poder político, articulados em um sistema multinível ou “piramidal”⁷.

Essa diferenciação implica que a hegemonia pode assumir formas distintas em diferentes regiões, refletindo a estrutura espacial desigual das diferentes formações sociais e a coexistência de distintas frações de classe com bases territoriais específicas, tanto no “centro” como na “periferia” dos sistemas políticos e sociais, esses últimos denominados dentro da tradição marxista de “modo de produção”⁸. A análise da hegemonia pode ser complementada, portanto, com a análise de sua dimensão espacial, ou seja, da forma como a dominação de classe e a direção política se organizam territorialmente através do Estado.

A partir dessas proposições, o objetivo deste artigo é abordar como a questão do espaço é analisada por Nicos Poulantzas em suas obras, bem como extrair algumas implicações desse enfoque para a análise da espacialização dos aparelhos de dominação e de organização da hegemonia política nas diferentes formações sociais, reconstruindo sua reflexão sobre o espaço e articulando-a com sua teoria do Estado e da dominação de classe. A nosso ver, as possibilidades analíticas advindas da abordagem poulantziana do espaço em sua última obra não têm sido adequadamente exploradas pela ciência política crítica, salvo algumas exceções. Com efeito, um sintoma desse déficit no aproveitamento das reflexões teóricas de Poulantzas sobre o espaço, especialmente na literatura brasileira, reside no fato de que dois livros recém-publicados dedicados precipuamente à análise de diferentes aspectos da obra do autor sequer tangenciam o problema, sendo que um conceito-chave para a abordagem do tema em Poulantzas (o de “matriz espacial de um modo de produção”) não é mencionado nenhuma vez ao longo dos livros (Berlinguer & Lasagna, 2022; Mastuscelli & Granatto, 2024). Apenas o artigo de Décio Saes refere-se ao conceito de “matriz” de um Modo de Produção, no contexto de suas análises sobre a existência de uma teoria “regional” do político no capitalismo por Poulantzas (cf. Saes, 2022). De nosso conhecimento, uma das poucas exceções, no contexto brasileiro, é o trabalho de Rodolfo de Souza Lima que, no entanto, limita-se a postular a importância da questão do espaço em Poulantzas (ou do conceito de “formação socioespacial”), procurando articular brevemente as noções elaboradas por Poulantzas com a teoria da evolução espacial do Brasil elaborada por Ruy Moreira (Lima, 2021; Moreira, 2005). Na literatura internacional, o tema foi mais explorado, mas também sem avanços significativos além daquilo que está na letra do texto poulantziano⁹.

Nesse contexto, argumenta-se que a introdução do conceito de *matriz espacial* constitui uma das contribuições importantes de Poulantzas para a teoria política marxista, permitindo compreender o Estado não apenas como uma estrutura institucional, mas também como um operador territorial da dominação de classe, dentro dos limites de um determinado espaço social que configura sua materialidade física.

Assim, as perguntas centrais que orientam este trabalho podem ser formuladas nos seguintes termos: Quais são as implicações teóricas da concepção poulantziana do espaço para a análise da hegemonia e da dominação de classe nas formações sociais capitalistas? Quais as

⁷ Como bem observou Luiz Eduardo Motta no seu texto, há certas homologias entre a teorização de Kelsen e a da Poulantzas sobre o Estado, não obstante as significativas diferenças de problemática teórica entre ambos os autores, que não podemos aprofundar neste texto. Para uma visão inicial do problema, cf. Motta (2013).

⁸ Para as semelhanças e homologias formais e diferenças substantivas de conteúdo e de problemática entre o estrutural-marxismo (materialismo histórico), o estruturalismo de origem antropológica e o funcionalismo-sistêmico derivado de Talcott Parsons, cf. o instigante ensaio de Maurice Godelier (Godelier, 1972).

⁹ Cf. alguns trabalhos contidos na coletânea organizada por Ducange & Keucheyan (2019) e o texto de Wissen (2011).

contribuições e os limites ou deficiências das reflexões de Poulantzas sobre o tema e como elas podem nos servir como ferramentas de análise da questão regional e espacial das sociedades contemporâneas? A partir da constatação desses avanços e limites, que desafios se colocam para o desenvolvimento da reflexão sobre a temática no campo do estrutural-marxismo?

A hipótese defendida é a de que a espacialização da hegemonia constitui um elemento estrutural da dominação de classe, sendo o Estado o principal operador dessa territorialização, na medida em que integra um determinado suporte físico (o território) em um ordenamento normativo política e juridicamente delimitado (o espaço). Sendo assim, a hegemonia não deve ser considerada somente uma relação entre atores políticos, mas também uma relação territorialmente organizada (ou seja, uma relação que ocorre no “espaço”), e o espaço se constitui no território dentro do qual essa dominação se organiza e se reproduz, articulando sistemas e subsistemas políticos e econômicos em coletividades humanas juridicamente autônomas e diferenciadas (“soberanas”), ou seja, em formações sociais.

Para abordar tais questões, seguiremos a seguinte sequência: a) inicialmente, examinaremos como Poulantzas analisou a questão do espaço em seu último livro, procurando reconstituir suas principais proposições bem como apontar alguns limites e efetuar observações críticas; b) em seguida, procuraremos extrair algumas implicações dessa abordagem para a análise da hegemonia política nos sistemas políticos capitalistas, mas potencialmente extensíveis também a outros sistemas sociais e modos de produção; c) por fim, extrairemos implicações da análise efetuada e apontaremos alguns pontos para a reflexão e o aprofundamento futuros.

POULANTZAS E O ESPAÇO EM SUA OBRA TARDIA

Apesar de ter abordado de passagem a questão do espaço em textos anteriores (Poulantzas, 1976), foi em sua obra derradeira que Poulantzas deu um tratamento mais sistemático ao problema. No nosso ponto de vista, isso não ocorreu por acaso, dado que, no contexto intelectual francês dos anos 70, houve uma ampla reflexão sobre o espaço nos campos da geografia e da sociologia política crítica, dentre outros ramos do conhecimento¹⁰.

Com efeito, a reflexão de Poulantzas sobre o espaço parte de uma crítica às teorias que buscam definir o Estado ou o espaço através de categorias abstratas e trans-históricas. Para o autor, não existe um “Estado em geral” nem um “espaço em geral”, pois tanto o Estado quanto o espaço assumem formas específicas em cada modo de produção. Nas palavras de Poulantzas, essa crítica dirige-se tanto à ciência política tradicional, presente nos manuais de direito constitucional e nas análises de cunho “institucionalista”, quanto a certas interpretações formalistas ou economicistas do marxismo, que tendem a tratar o Estado como uma entidade

¹⁰ Como afirma Hadjimichalis, “Nicos Poulantzas trata teoricamente do espaço e do tempo em seu livro *State, Power, Socialism* (1980), enquanto em sua coletânea *La crise de l'État* (1976) quatro capítulos apresentam um foco geográfico/espacial explícito. (...) Há, entretanto, uma coincidência interessante: nos anos 1970, em Paris, ocorreu um debate muito produtivo sobre a espacialidade do capitalismo em sua relação com o Estado, do qual Poulantzas participou. Para começar, temos H. Lefebvre, que primeiro introduziu o espaço na teoria marxista, realizando uma verdadeira ruptura epistemológica e, depois, juntamente com Poulantzas, vários outros – incluindo M. Castells, R. Dulong, E. Préteceille, A. Lipietz, C. Palloix, J. Lojkine, Ch. Topaloff, M. Aglietta e, naturalmente, M. Foucault – introduziram o espaço em suas agendas de pesquisa. A partir de diferentes perspectivas, eles fundaram uma agenda crítica e de esquerda de reflexão sobre o tema” (Hadjimichalis, 2019: p. 136).

universal dotada de propriedades ou atributos neutros invariantes, assumindo tal ou qual função em virtude das forças sociais que o controlam¹¹.

Essa posição baseia-se na proposição defendida com mais ênfase por Poulantzas a partir deste livro segundo a qual o Estado constitui uma “condensação material de relações de força”, e não uma “estrutura abstrata” ou um “instrumento neutro” (Motta, 2022). Para o autor, o Estado não existe fora das relações sociais que o constituem, e suas formas ou tipos específicos interagem com as relações de produção e com a divisão social do trabalho que caracterizam cada formação social. O mesmo princípio aplica-se ao espaço, que não constitui um suporte neutro dessas relações, mas uma dimensão constitutiva de sua organização.

Assim, Poulantzas rejeita a ideia de um espaço universal, afirmando que cada modo de produção constitui sua própria matriz espacial, que não pode ser reduzida a uma variação morfológica de uma estrutura universal. O espaço aparece, assim, como uma dimensão estrutural da reprodução social, inseparável das relações de produção e da estrutura estatal que as organiza. Essa concepção implica que o território de uma formação social não constitui um dado “natural” (ou “naturalizável”), mas o resultado ou o efeito de um processo estrutural e histórico específico, organizado através de atos normativos fundadores que instituem “matrizes” de modos de produção (ou seja, sistemas de interações sociais que se reproduzem num dado território). O Estado não ocupa simplesmente um território preexistente, mas produz esse território enquanto espaço jurídico-político, organizando-o de acordo com as necessidades da reprodução das relações sociais correspondentes a um determinado modo de produção ou sistema social.

O conceito central introduzido por Poulantzas para analisar esse fenômeno da especialização é o de matriz espacial. Esse conceito designa a forma específica assumida pelo espaço em um determinado modo de produção como resultado da interação entre as instâncias que os constituem, configurando a base material sobre a qual o poder estatal se organiza¹². Segundo o autor, cada modo de produção específico organiza sua própria matriz espacial, de acordo com as necessidades sistêmicas da reprodução de diferentes mecanismos de dominação social e sistemas de relações sociais.

¹¹ "no hay teoría general del Estado porque no puede haberla. Uno de los méritos, justamente, del marxismo, es haber dado de lado... a las vagas y brumosas teorizaciones generales y abstractas que pretenden revelar los grandes secretos de la Historia, de la Política, del Estado y del Poder" (POULANTZAS, 1979, p. 17). Esclareça-se que estamos aqui apenas reconstituindo as ideias originais do autor, o que não quer dizer que concordemos inteiramente com elas. A nosso ver, uma concepção geral de Estado é elemento constitutivo da teoria marxista do Estado contida nos clássicos do marxismo, tal como formulada nos textos originários de Engels e Lenin. Para uma crítica a algumas incoerências dessa teoria, conferir o trabalho pioneiro de Kelsen (Kelsen, 1955). Com efeito, no caso de Lenin especificamente, é com base em proposições gerais sobre características invariantes do Estado em geral (um aparelho ou mecanismo socialmente estratificado cuja função é manter a dominação de classe num dado espaço territorial), que ele parte para a constituição de teorias específicas sobre os tipos e formas de Estado e estruturas jurídico-políticas escravista, feudal e capitalista, bem como do contraste geral entre formações sociais onde existe Estado e aquelas onde as estruturas jurídico-políticas e a esfera pública assumem uma configuração não-estatal. Cf. Lenin (1919/1977). O fato de Lenin não ter conseguido solucionar todos os problemas que formulou, como demonstra Kelsen em seu texto, não implica que não haja uma teoria geral consistente do Estado em suas obras, assim como uma tentativa de desenvolver essa teoria esboçando conceitos de tipos históricos específicos de existência desta modalidade de organização política, e isso ao contrário da sabedoria convencional amplamente difundida nos meios acadêmicos a partir dos trabalhos de divulgadores tais como Norberto Bobbio.

¹² Segundo o autor: "Estas [matrices], implicadas por las relaciones de producción y la división social del trabajo, aparecen al mismo tiempo como sus presupuestos... Están presentes, por ello mismo, en la armazón material del Estado" (Op. Cit., p. 117).

No caso do Estado capitalista, que é o objeto específico de Poulantzas neste livro, o autor utiliza o método de enunciar algumas características da matriz espacial deste tipo de Estado em contraste com modos de produção anteriores onde também existia Estado, especialmente os Estados escravista e feudal. A matéria-prima utilizada pelo autor para realizar esse procedimento são os estudos históricos e geográficos da escola dos *Annales*, as análises de Henri Lefebvre sobre o espaço, as reflexões de Michel Foucault sobre governamentalidade e biopolítica, bem como diversas outras reflexões sobre a temática surgidas no ambiente intelectual europeu dos anos 70, como mencionamos acima¹³.

No capitalismo, essa matriz espacial assume uma forma particular, caracterizada pela fragmentação, pela serialização e pela delimitação territorial precisa. O espaço capitalista é descrito como um espaço “serial, fracionado, descontínuo, parcelar, celular e irreversível”, correspondendo à divisão social do trabalho e à organização segmentada da produção industrial capitalista. Em contraste, nas sociedades pré-capitalistas, especificamente no feudalismo, a matriz espacial é definida como *contínua, homogênea, simétrica, reversível e aberta*, sem as fronteiras territoriais e regionais rígidas que caracterizam o Estado capitalista moderno. Embora o autor não defina de maneira sistemática essas categorias, pode-se inferir que esse espaço se caracteriza pela inexistência de fronteiras fixas no sentido político contemporâneo; as delimitações eram fluidas e se entrecruzavam conforme os vínculos pessoais de suserania e vassalagem, que “territorializavam” as relações sociais pré-capitalistas sem segmentar o espaço em unidades estanques e fixamente delimitadas, tais como as unidades subnacionais e intermediárias capitalistas (estados, condados e municípios), que são unidades territoriais impessoais, e não pertencentes a um senhor, ou submetidos a uma casa dinástica. A unidade desse espaço pré-capitalista não era garantida por uma burocracia territorial abstrata, como no capitalismo, mas pela corporeidade do soberano, cujo poder se estendia sobre as pessoas a ele vinculadas através de relações de lealdade e fidelidade pessoal, e não sobre um solo cercado e delimitado por marcos estatais (Bendix, 1978). Apesar dos muros das cidades e dos laços da gleba, era um contexto marcado por grandes migrações e uma circulação que não implicava o deslocamento entre segmentos territoriais fixos, mas o movimento dentro de um campo de orientações contínuas e centros reversíveis. Em suma, o espaço na sociedade feudal, segundo Poulantzas, fora organizado à semelhança de uma sociedade estratificada em estamentos, através da vigência de relações contratuais entre indivíduos que possuíam *status jurídico* desigual, e que organizava uma pirâmide fluida de autoridade baseada na fidelidade a uma casa dinástica estamental predominante.

Em contraste, a matriz espacial capitalista, segundo Poulantzas, assume a forma de um espaço *serial, fracionado, descontínuo e celular*, servindo de suporte material para a divisão capitalista do trabalho e para a grande empresa capitalista moderna, tanto industrial, como pública e de serviços. Sob o capitalismo, o espaço é “quadriculado” e segmentado, submetido ao “despotismo” (ou seja, à dominação autoritária) do proprietário dos meios de produção e dos

¹³ Me referiré en esta investigación a ciertas indicaciones que pueden encontrarse en algunos historiadores franceses de la escuela de los Annales: Février, Vidal-Naquet, Vernant, Lévêque, Braudel, Mandrou, Le Goff”. Percebe-se também a grande influência de autores como Henri Lefebvre e Michel Foucault nas teorias sobre o espaço e a “materialidade do Estado” nesse livro de Poulantzas, e uma tentativa do autor de estabelecer janelas de diálogo com essas problemáticas teóricas. No tocante a Lefebvre, Poulantzas reconhece explicitamente a influência da pouco conhecida tetralogia do autor sobre o Estado em suas reflexões sobre o espaço no Estado Capitalista no período (Poulantzas, 1979: p. 55; Lefebvre, 1978).

equipamentos, refletindo a despossessão do trabalhador direto de seus meios de trabalho e transformando o corpo do trabalhador em um "trabalhador livre" e submisso às cadeias de comando piramidais e verticalizadas das empresas capitalistas, públicas e privadas. O Estado moderno desempenha um papel central na reprodução do sistema econômico capitalista ao produzir e “monopolizar” a aplicação do poder coercitivo sobre território nacional, estabelecendo fronteiras fixas que separam rigorosamente o interior (o mercado nacional) do exterior “aberto” e potencialmente conquistável, no caso de países e empresas que adotam políticas expansionistas. Essa organização exige que o Estado realize uma homogeneização política do "povo-nação", unificando a língua e o mercado enquanto elimina as diferenças internas e nacionalidades minoritárias por meio da assimilação ou repressão, o que Poulantzas identifica como as raízes espaciais do “totalitarismo” moderno e do genocídio. Assim, enquanto o espaço feudal era unificado pelo corpo físico do rei ou de uma dinastia pré-capitalista (“reino dos Tudor”, “dinastia do Bourbon”, “Império Bizantino” etc.), o espaço capitalista é unificado pela burocracia estatal sobre um corpo social atomizado e individualizado, vinculado a espaços políticos abstratos formado pela unificação de indivíduos-sujeitos de direito integrados na figura do “povo-nação” moderno e não como súditos de um soberano.

Sublinhe-se que em todos estes tipos de Estado a organização espacial não constitui um reflexo passivo ou resultado exclusivo da dinâmica da estrutura econômica, mas o resultado de uma intervenção ativa do Estado e do aparelho jurídico. O Estado moderno tende a concentrar os procedimentos de organização do espaço, materializando e concretizando essa matriz espacial através de seus aparelhos institucionais, como o exército, a burocracia, o sistema judiciário e o sistema escolar, bem como sancionando e legitimando juridicamente a ocupação econômica territorial das diferentes formações sociais executada pelas diferentes frações burguesas.

No caso do capitalismo, o efeito observável da existência dessa matriz espacial corresponde à constituição do território nacional e da “nação moderna”, que aparece como a figura política predominante da unidade territorial do Estado e de concretização de sua soberania nas formações sociais capitalistas e, especialmente, através da aplicação do direito capitalista ou burguês que é o elemento básico de legitimação da dominação ideológica e imposição normativa de decisões governamentais nas sociedades capitalistas. Assim, segundo o autor, o território nacional capitalista não constitui um dado natural ou alguma identidade de cunho cultural ou idiomática, muito menos uma região geográfica específica gerada por um processo de formação de um “mercado interno” prévio, mas é produzido pelo efeito de uma dada estrutura jurídico-política existente num determinado espaço, assim como o resultado de um processo político através do qual o Estado delimita o território dentro do qual exerce sua soberania numa formação social onde os indivíduos são constituídos como “iguais” perante a lei ou ao ordenamento normativo vigente.

Esse processo implica simultaneamente a unificação e a fragmentação do espaço social. O Estado unifica o território sob sua autoridade, mas, ao mesmo tempo, fragmenta o corpo social em indivíduos isolados, transformando-os em sujeitos jurídicos formalmente equivalentes (“brasileiros”, “franceses”, “norte-americanos” e outras formas de identidade e submissão imputadas pelo poder de Estado), possibilitando, assim, a reprodução ampliada do sistema social capitalista num determinado território, e a submissão dos indivíduos localizados nesses territórios à autoridade dos respectivos Estados, inviabilizando iniciativas de solidariedade internacional entre segmentos das classes dominadas, de separatismo territorial, bem como o

aparecimento de estruturas jurídico-políticas que busquem corrigir as desigualdades espaciais tratando desigualmente os desiguais, rompendo, desse modo, como o mito constitutivo fundador da ideologia jurídico-política capitalista da igualdade formal de todos perante a "lei" ou da autoridade estatal constituída.

Nesse sentido, essa fragmentação torna-se uma condição essencial da dominação capitalista, pois impede ou dificulta a constituição de formas coletivas de resistência e/ou superação do capitalismo, possibilitando o controle estatal da população, fenômenos que Poulantzas denomina "efeito de isolamento" e "efeito de representação da unidade". A evidência empírica da manifestação deste efeito é a concessão do status jurídico-político de habitante "livre" de um "Estado Nacional", em formações sociais onde vigora um Estado de Direito ou uma estrutura jurídico-política de natureza capitalista, singularizando, dessa maneira, o Estado capitalista de outros tipos de Estado e/ou formas de organização social fundados na desigualdade de status jurídico-político civil dos habitantes de determinado território.

Essa operação territorial possui uma dimensão ambivalente que constitui uma característica fundamental da matriz espacial capitalista. Por um lado, o Estado produz uma homogeneidade jurídica formal que transforma todos os indivíduos em sujeitos de direito formalmente equivalentes, criando as condições institucionais necessárias para a generalização das relações mercantis, ou seja, das relações de propriedade e do processo de trabalho capitalistas, fundado no trabalho parcelar e fragmentado, bem como na contratualização das relações de trabalho e de exploração da mão de obra. Por outro lado, essa homogeneidade formal (isonomia jurídica no plano civil) coexiste com uma profunda diferenciação material do espaço econômico, refletindo a própria lógica desigual da acumulação e da expansão da burocracia capitalistas, possibilitando assim a formação de unidades administrativas intermediárias e subnacionais em virtude desse desenvolvimento desigual. O Estado organiza juridicamente um espaço formalmente unificado, mas essa unidade jurídica encobre uma estrutura espacial hierarquizada e instâncias intermediárias, caracterizadas pela coexistência de centros dominantes e periferias subordinadas, bem como diferentes subsistemas espaciais de fracionamento de classes e organização dos blocos dominantes, nacionais e regionais.

Sublinhe-se que essa estrutura espacial hierarquizada constitui o fundamento material da coexistência entre o sistema nacional de hegemonia e os subsistemas regionais de dominação. A matriz espacial capitalista não elimina as diferenças regionais, mas as reorganiza dentro de uma totalidade territorial unificada, subordinando-as a um princípio comum de organização política, imposto por uma burocracia formalmente meritocrática, ou seja, não-estamental, e com pretensões "universalistas" de legitimidade, aparentando ser a "representante" do conjunto de "cidadãos" de um determinado território, constituindo assim a moderna nação capitalista. O Estado central aparece, segundo o autor, como o operador dessa integração hierárquica, organizando a coexistência de diferentes níveis territoriais de poder dentro de uma estrutura estatal unificada. Essa integração não implica a eliminação das autonomias regionais, mas sua reorganização dentro de uma estrutura hierárquica mais ampla. Os subsistemas regionais constituem níveis intermediários da organização territorial da hegemonia, nos quais determinadas frações predominantes podem exercer uma posição hegemônica relativa sem necessariamente ocupar a posição dominante no nível nacional. Essa coexistência constitui uma característica estrutural do Estado capitalista, refletindo a própria estrutura espacial desigual da acumulação capitalista, e a inexistência de mecanismos jurídico-políticos comprometidos com a

correção ou atenuação sistemática de tais desigualdades, ao sancionar o direito de propriedade privada e os privilégios burocráticos dos agentes encarregados da aplicação dos vários ramos do direito capitalista.

O SISTEMA CENTRAL DE HEGEMONIA E OS SUBSISTEMAS PERIFÉRICOS: ESTADO, TERRITÓRIO E HIERARQUIZAÇÃO ESPACIAL

Uma das implicações da teoria poulantziana do espaço consiste na possibilidade de compreender a hegemonia não como um fenômeno que se exerce uniformemente sobre todo o território estatal, mas como uma relação que se organiza simultaneamente em múltiplos níveis espaciais, articulando um sistema nacional de dominação e uma pluralidade de subsistemas intermediários dotados de relativa autonomia articulados num sistema multinível¹⁴. Essa possibilidade decorre diretamente da concepção do Estado como aparelho administrativo que possibilita a “condensação material de relações de força”, traduzindo, dessa maneira, a pluralidade social numa unidade normativa dentro dos limites do Estado Capitalista, embora sujeita a conflitos e tensões, e cuja materialidade institucional é necessariamente territorializada e hierarquizada, podendo ser abstraído de tais atributos apenas ao nível conceitual e não no registro das realidades histórico-concretas.

Assim, o Estado capitalista não se concretiza numa superfície homogênea, mas numa estrutura espacial complexa, marcada por diferenciações internas que expressam a própria estrutura social desigual das formações sociais onde predomina o modo de produção capitalista e o burocratismo burguês. A matriz espacial capitalista, caracterizada pela fragmentação e pela serialização do espaço social, não elimina as diferenças regionais, mas as reorganiza dentro de uma totalidade territorial unificada, submetendo-as a um princípio comum de dominação e direção políticas burocráticas, articulados ao exercício do poder econômico de classe (geralmente corporificados em declarações dos chefes de governo visando ao estímulo do “crescimento econômico nacional”). Nesse sentido, a unidade territorial do Estado não implica a homogeneidade de suas estruturas de poder, mas sua integração hierárquica dentro de um sistema nacional de organização da hegemonia, sujeita a uma dinâmica evolutiva complexa, tanto no plano “vertical” (derivado da hierarquia decisória e normativa dos aparelhos de estado centrais), quanto “horizontal” (estabelecendo uma hierarquia entre aparelhos centrais e periféricos)¹⁵.

¹⁴ No Brasil, o autor que mais tem trabalhado essa questão da regionalização dos sistemas de hegemonia é Francisco Farias em seus vários textos (Farias, 2010, 2012, 2020, 2023). Cf. também os trabalhos de Perissinotto (1994, 1996) e Saes (2002), especialmente a análise do fenômeno coronelista por parte deste último. Mostra Saes que o fenômeno coronelista articulava subsistemas regionais de hegemonia exercida pelos proprietários de terra patrimoniais-feudais nas regiões periféricas, a um meta-sistema de integração nacional onde a hegemonia se exercia, num primeiro momento, pela burguesia comercial-bancária dos estados centrais (SP, RJ, MG) e, em seguida, por uma coalizão de classes dirigida por uma burocracia estatal oriunda da classe média comprometida com a defesa dos interesses de longo prazo de uma burguesia interna industrializante e progressista.

¹⁵ Aqui abordamos a questão apenas no nível estritamente conceitual. No nível histórico e empírico, constitui problema de razoável complexidade determinar a configuração hierárquica precisa destes sistemas de hegemonia. Marx, em suas obras históricas, buscou refletir sobre estas configurações hierárquicas através da distinção entre “poder formal” e “poder real”, que consideramos não resolver totalmente a questão, pois os aparelhos de Estado periféricos conservam uma certa influência e margem de liberdade na determinação dos rumos das políticas de governo, mesmo se subordinados à unidade normativa das instâncias governamentais centrais.

Uma das implicações da análise do espaço e da hegemonia esboçada por Poulantzas reside no fato de que essa estrutura hierarquizada torna possível a coexistência de diferentes níveis de hegemonia territorialmente organizados, nos quais determinadas frações de classe podem exercer uma posição predominante em escala regional, sem necessariamente ocupar a posição hegemônica no nível nacional, e vice-versa. Essa situação não constitui uma anomalia, mas uma característica estrutural do Estado capitalista, cuja função consiste precisamente em organizar a coexistência de frações dominantes com interesses divergentes dentro de um mesmo espaço político, onde coexistem diversos sistemas centrais e periféricos de fracionamento de classe. A hegemonia nacional não se exerce diretamente sobre cada ponto do território, mas através de um conjunto de mediações institucionais que articulam diferentes subsistemas regionais dentro de uma totalidade estatal unificada, articulando a hierarquia dos aparelhos administrativos de Estado com hierarquia de sistemas de classe. Esses subsistemas constituem, por assim dizer, níveis intermediários da organização territorial da hegemonia, nos quais se processa a articulação entre as estruturas locais de dominação e de fracionamento de classes e o sistema nacional de poder.

Essa problemática pode ser ilustrada da melhor forma com alguns exemplos históricos de formações sociais concretas, com base em pesquisas realizadas sob influência da problemática teórica acima sugerida. No caso da República Velha brasileira, por exemplo, análises históricas revelam a existência de uma estrutura espacial complexa de organização da hegemonia, caracterizada pela coexistência de subsistemas regionais relativamente autônomos e um sistema nacional de hegemonia articulado através do aparelho de Estado central. Como demonstram estudos influenciados pela problemática poulantziana do bloco dominante (Perissinotto, 1993, 1996), a hegemonia exercida pelo grande capital comercial no estado de São Paulo coexistia com uma estrutura nacional de dominação na qual o capital estrangeiro desempenhava um papel decisivo na definição dos rumos das políticas econômicas fundamentais. Essa situação ressalta a existência de uma articulação de diferentes subsistemas de hegemonia, na qual uma fração predominante exercia sua posição hegemônica em escala regional (o capital comercial paulista), enquanto outra fração exercia influência decisiva sobre o aparelho de Estado nacional (o capital mercantil-comercial localizado nos “estados líderes” da federação), em condomínio com o capital estrangeiro, num contexto da existência de um Estado capitalista “dependente” (Souza, 2001).

Essa coexistência não deve ser interpretada como uma simples superposição de estruturas independentes, mas como uma relação estrutural de subordinação hierárquica entre níveis espaciais, que articulam diferentes sistemas de fracionamento de classe e configurações do bloco dominante. Como demonstram estudos históricos recentes, o subsistema regional paulista não constituía um sistema autônomo, mas um componente estrutural do sistema nacional de dominação, cuja reprodução dependia da articulação entre os interesses das frações dominantes locais e os imperativos da reprodução do capitalismo em escala nacional e internacional. O aparelho de Estado desempenhava um papel central nessa articulação, funcionando como o mecanismo através do qual se realizava a integração entre diferentes níveis territoriais da hegemonia, articulando hegemonia regional com hegemonia de classe, com as burguesias comerciais localizadas nos estados agro-exportadores exercendo a hegemonia nacional, e o conflito de classes assumindo a forma de um conflito regional entre frações de classes hegemônicas e subordinadas.

Essa articulação realizava-se principalmente através do processo alocativo de recursos induzido pelas políticas estatais, que beneficiava diferencialmente determinadas frações de classe e determinadas regiões do território nacional. Assim, como demonstram os estudos de Perissinotto, as políticas econômicas implementadas pelo Estado nacional brasileiro durante a República Velha contribuíram para reforçar a posição predominante do complexo financeiro-exportador paulista, carioca e mineiro, ao mesmo tempo em que asseguravam a reprodução das relações de dependência em relação ao capital estrangeiro, através do predomínio dos “estados líderes” sobre outras regiões do país, por intermédio da política dos governadores e da política do “café com leite” (Perissinotto, 1996). O Estado funcionava, desse modo, como o operador central da hierarquização espacial da hegemonia, organizando a distribuição territorial do poder de forma coerente com a estrutura geral de dominação de classe, articulando instituições políticas e classes sociais.

A dinâmica política no Brasil pós-30 também pode servir para ilustrar a tese poulantziana acerca da necessidade de superpor múltiplos níveis de análise e de articular a hierarquia de classe com a hierarquia espacial dos aparelhos de Estado. Senão, vejamos.

A reorganização da hegemonia política no Brasil após 1930 correspondeu a uma transformação profunda na matriz espacial da dominação de classe, resultante da crise do modelo agrário-exportador e da ascensão de um novo padrão de acumulação centrado na industrialização. Essa transformação não implicou apenas uma mudança na composição do “bloco no poder”, mas também uma reconfiguração territorial do Estado brasileiro e dos mecanismos de seletividade que formatavam as prioridades das políticas de governo, que passou a operar como agente ativo na centralização do poder político e na reorganização espacial da economia nacional, reforçando os vínculos entre instâncias centrais e periféricas. Como observa Saes (2023), a Revolução de 1930 representou a constituição de uma nova forma de articulação entre o Estado e a acumulação de capital, na qual o aparelho estatal passou a desempenhar um papel decisivo na promoção do desenvolvimento capitalista interno, ao mesmo tempo em que legitimava tais políticas com a concessão de direitos sociais que iam além dos horizontes estritos das decisões de investimento das frações da classe dominante integrantes da coalizão governativa e representadas nos arranjos autoritário-corporativos e no “sistema de interventorias” estadonovista, num primeiro momento, e na aliança PSD-PTB na etapa democrática de funcionamento do sistema.

O autor demonstra que, nesse período, a direção política foi exercida por uma coalizão composta por frações da burguesia industrial emergente, setores das oligarquias agrárias (capitalistas e pré-capitalistas) modernizantes, orientadas para o mercado interno, e segmentos da burocracia estatal, que encontraram no Estado centralizado o instrumento privilegiado de reorganização do espaço econômico nacional, e de reforço das alianças políticas entre segmentos regionais das classes dominantes. Essa reorganização implicou a criação de um mercado interno relativamente integrado, mediante políticas de infraestrutura, regulação econômica e expansão da capacidade administrativa estatal, estabelecendo uma aliança de classe de longa duração entre setores “modernizantes” situados nas regiões centrais do Brasil e dirigidos pela burocracia de Estado de cunho “cesarista” (populista) e setores “arcaicos” ou pré-capitalistas, localizados na periferia do sistema. O território nacional deixou de ser predominantemente o espaço de reprodução da economia exportadora e passou a ser o objeto de uma ação estatal voltada à promoção da industrialização capitalista em ritmo acelerado, com o incentivo sistemático à

formação de novos polos industrializantes, promovendo ativamente deslocamentos no sistema de estratificação de classes da sociedade brasileira no período 1930-1964 (Pochman & Silva, 2023).

Assim, o Estado capitalista brasileiro no pós-30 não apenas administrou tecnicamente um território preexistente, mas organizou ativamente sua estrutura espacial, promovendo o desenvolvimento industrial de determinadas regiões e subordinando outras a uma posição periférica, embora integradas à dinâmica do capitalismo central. A espacialização dessa hegemonia assumiu a forma de um processo simultâneo de centralização política e concentração econômica nas regiões mais dinâmicas, particularmente no eixo Rio-São Paulo, que se consolidou como o núcleo territorial do capitalismo brasileiro, sendo que no interior destas unidades administrativas foi promovido um deslocamento da hegemonia política das antigas burguesias mercantis e de serviços, para a burguesia interna industrial emergente. Esse processo não eliminou as desigualdades regionais, mas as reorganizou funcionalmente, subordinando as regiões periféricas às necessidades do novo padrão de acumulação. O Estado nacional operou, assim, como agente de integração dessas regiões ao espaço econômico dominado pelo capital industrial (Oliveira, 2003; Macedo, 2023).

Essa reorganização territorial da hegemonia implicou também a transformação das formas de dominação política nas regiões agrárias, onde as oligarquias locais foram progressivamente subordinadas ao poder central. O federalismo descentralizado e “oligárquico” da Primeira República foi substituído por um sistema político mais centralizado, no qual o poder estatal passou a mediar diretamente as relações entre as diferentes frações da classe dominante através do fortalecimento da burocracia central e de arranjos “corporativos” e alianças a nível regional entre a “nova burocracia de estado” ascendente no pós-30, o empresariado industrial localizado nas regiões mais desenvolvidas (MG, SP, RS, RJ) e as “oligarquias regionais” detentoras do poder local (Micelli, 1996).

O território deixou de ser o espaço autônomo de exercício do poder oligárquico regional e passou a ser integrado à estrutura hierárquica do Estado nacional. Entre 1930 e 1964, portanto, a integração política nacional se organizou espacialmente como um sistema nacional hierarquizado, no qual o Estado central desempenhava o papel de operador territorial da dominação de classe¹⁶. Essa configuração correspondeu à constituição de um capitalismo autenticamente nacional, embora associado ao capital estrangeiro, cuja reprodução exigia a intervenção ativa do Estado na organização do espaço econômico e político, combinando industrialização acelerada, manutenção da estrutura fundiária e atração de capital estrangeiro para setores dinâmicos, mas articulados a políticas redistributivas e de fortalecimento das empresas públicas nacionais. Os efeitos cumulativos do processo alocativo induzido por esse “mecanismo de seletividade” estatal provocaram o surgimento de blocos de capital que se constituíram na base material para a emergência de novas frações da classe dominante no pós-1930.

¹⁶ Há uma grande polêmica no campo da sociologia política marxista sobre se pode-se ou não falar de hegemonia de fração no período 1930-1964. A posição predominante nos textos de Décio Saes, parece ser a de afirmar uma “crise” ou ausência de hegemonia de classe durante o período 1930-1964, devido à ação “bonapartista” da burocracia de Estado ao longo do período (Saes & Farias, 2021). Outros autores, tais como Francisco de Oliveira, Jacob Gorender e Bresser Pereira, afirmam a existência de hegemonia política de um setor interno da burguesia brasileira, embora conservador do ponto de vista político e não comprometido com programas de reforma agrária ou políticas distributivas mais igualitárias. Para não entrar aqui nessa espinhosa questão teórica e empírica, resolvemos substituir a expressão hegemonia por outras assemelhadas ao reconstituirmos as teses do autor.

O golpe de 1964 representou uma ruptura de cunho autoritário e regressivo com esse modelo (golpe de Estado), ao contrário da ruptura democrática de 1930 (Revolução Nacional-Popular), induzindo uma nova reconfiguração da espacialização da hegemonia, associada à consolidação de um padrão de acumulação baseado na internacionalização da economia e na concentração do capital. Nesse período, a hegemonia passou a ser exercida por uma coalizão liderada pelo grande capital oligopolista, particularmente o capital bancário, associado ao capital internacional e apoiado pelo aparelho militar. Como destaca Saes, a política econômica do regime militar promoveu simultaneamente a concentração espacial do capital em grandes núcleos urbanos, sancionando um processo de imigração acelerada das regiões periféricas para os centros industriais das regiões centrais, e o fortalecimento do capital bancário nacional como fração hegemônica no seio do bloco das classes dominantes, ao estimular o crescimento de um mercado de capitais voltado para a acumulação interna. Essa nova hegemonia implicou uma reorganização territorial do capitalismo brasileiro, caracterizada pela intensificação da concentração econômica nas regiões mais industrializadas e pela integração subordinada das regiões periféricas ao novo padrão de acumulação, como consumidores de bens industrializados e fornecedores de mão-de-obra barata, aprofundando o processo de “modernização conservadora”, mas agora na vigência de um sistema político ditatorial, que dificultava políticas distributivas e desconcentradoras vigentes no período pré-1964. O território nacional foi reorganizado como espaço funcional à reprodução do grande capital oligopolista, mediante políticas de planejamento regional, incentivos fiscais e investimentos seletivos em grandes projetos de infraestrutura financiados por empréstimos externos (“*debt trap*”).

O Estado autoritário desempenhou um papel central nesse processo, operando como agente direto da reorganização espacial da economia. A expansão inédita das empresas estatais, a construção de grandes projetos de infraestrutura e a criação de polos industriais constituíram instrumentos fundamentais dessa estratégia. O território foi reorganizado de acordo com as necessidades da acumulação capitalista oligopólica, e não em função de critérios de equilíbrio regional ou de implantação de um capitalismo distributivo em escala nacional, que atenuasse as desigualdades e desequilíbrios regionais (Macedo, 2023).

Após o processo de crise prolongada da ditadura (1974-1984) e de transição política democrática (1985-1988) com a instituição da chamada “Nova República”, instalou-se um quadro social complexo, com alternância e disputa entre variados modelos de organização do espaço capitalista brasileiro, correspondentes às diferentes vias de capitalismo em disputa, sustentadas por diferentes coalizões de interesses nacionais e subnacionais (Macedo, 2024).

Por um lado, uma via “neoliberal” orientada para a financeirização da economia, desregulamentação da acumulação de capital, abertura para o “capital estrangeiro”, alinhamento com políticas imperialistas, privatização de estatais, enfraquecimento das empresas públicas e retirada de direitos trabalhistas, apresentada para os grupos sociais como uma via de “modernização” do sistema econômico brasileiro. Por outro lado, um “social-desenvolvimentismo” moderado, orientado para políticas de industrialização incrementais e estímulo ao mercado interno, regulamentação da acumulação capitalista, manutenção ou ampliação de direitos trabalhistas e relações mais soberanas com as potências imperialistas, especialmente o imperialismo norte-americano. Márcio Pochman e Luciana Silva, em vários de seus textos, sintetizam os efeitos espaciais de longo prazo da alternância de vias de capitalismo no período recente de vigência de uma democracia capitalista avançada no Brasil (Pochmann &

Silva, 2023). Segundo os autores, no século XXI, o Brasil passou por um processo simultâneo de deslocamento geoeconômico e populacional em direção ao interior do território nacional. Esse movimento resultou principalmente da desindustrialização relativa das grandes metrópoles litorâneas e da expansão do modelo primário-exportador baseado em *commodities* agrícolas e minerais. A especialização produtiva associada ao agronegócio, à mineração e às cadeias logísticas vinculadas ao comércio exterior impulsionou novas frentes de crescimento econômico em regiões do Centro-Oeste, Norte e interior do Nordeste. Esse processo alterou a distribuição territorial da produção, do emprego e da população, reduzindo parcialmente a histórica concentração econômica nas metrópoles costeiras e fortalecendo a posição relativa do agronegócio no interior do bloco dominante, embora ainda submetido à hegemonia do capital financeiro interno. Como consequência, cidades médias e regiões interioranas passaram a registrar taxas mais elevadas de crescimento econômico e demográfico, enquanto antigas áreas industriais experimentaram perda relativa de dinamismo produtivo e ocupacional.

Paralelamente, os autores destacam mudanças significativas na dinâmica populacional e nos fluxos migratórios internos. O padrão histórico de urbanização concentrado nas grandes capitais e regiões metropolitanas foi gradualmente substituído por uma dinâmica marcada pela dispersão urbana e pelo fortalecimento de cidades médias, indicando também o aparecimento de novos atores no bojo das próprias classes dominadas, tais como um grande contingente de pequenos empreendedores e segmentos precarizados da mão de obra (o chamado precariado), sem o usufruto dos mesmos direitos sociais da antiga classe trabalhadora e desconectados de plataformas políticas de centro-esquerda.

A interiorização das atividades econômicas e a expansão de novas fronteiras agrícolas estimularam movimentos migratórios de curta distância, além do deslocamento de parte da população das metrópoles para regiões com menor custo de vida e novas oportunidades econômicas. Esse processo ocorreu juntamente com a reorganização da estrutura ocupacional, com crescimento de empregos ligados ao agronegócio, à logística, à construção e aos serviços regionais. O resultado é uma nova configuração territorial do país, na qual a expansão econômica e populacional do interior se articula à redefinição da posição do Brasil na divisão internacional do trabalho e à crescente dependência das exportações de *commodities* e inserção ainda subordinada às cadeias globais de valor (Macedo, 2023).

Entretanto, ainda são incertos os efeitos de longo prazo dessa alternância de modelos de ocupação espacial correspondentes a diferentes vias de desenvolvimento capitalista no plano nacional, na medida em que nenhuma das vias de capitalismo em pugna logrou obter uma hegemonia duradoura em diversos períodos governamentais, contornando os obstáculos e o poder de veto postos às políticas expansionistas e distributivas pelas frações hegemônicas no bloco dominante e seus dirigentes políticos. Assim, observa-se no Brasil nos últimos anos a coexistência de fenômenos políticos díspares, com a vigência de políticas distributivas e de correção dos desequilíbrios regionais coexistindo com a política de estímulo ao agronegócio mais predatório, desregulamentação ambiental em nível regional e estímulo à expansão do empresariado nacional, mas, ao mesmo tempo, sem rupturas significativas com o capital financeiro interno e internacional, que mantém seu poder de veto sobre políticas macroeconômicas estratégicas, o que talvez possa ser interpretado como um sinal da manutenção de sua hegemonia no interior do bloco das classes dominantes nacionalmente.

À GUIA DE CONCLUSÃO

A análise desenvolvida nesse artigo permite concluir que a introdução do conceito de matriz espacial constitui uma contribuição importante de Nicos Poulantzas para a teoria política marxista, permitindo desenvolver a teoria do Estado e da hegemonia em bases territoriais, estabelecendo uma ampla agenda de pesquisa teórica e empírica para as ciências sociais identificadas com essa perspectiva de análise. O espaço não constitui um elemento “externo” ou um mero pano de fundo geográfico para as relações de poder, mas uma dimensão constitutiva da própria organização das relações sociais e da dominação de classe. Nesse sentido, a principal contribuição da teoria poulantziana do Estado reside em ter demonstrado que a dominação de classe não se exerce apenas através de relações econômicas ou ideológicas, mas se materializa numa estrutura jurídico-política espacializada, cuja unidade é constituída pelo ordenamento normativo vigente nos limites territoriais de uma determinada formação social, e que constitui sua identidade societal e cultural mais abrangente.

O Estado capitalista aparece, assim, como um sistema territorialmente integrado de dominação, cuja função consiste em organizar a reprodução espacial das relações sociais capitalistas, sob a aparência da concretização de uma unidade societal “comunitária” (o “povo nação” formado por cidadãos “iguais” no plano dos direitos civis subjetivos). Logo, a hegemonia constitui uma forma específica de organização territorial da dominação de classe, que se realiza através da articulação entre diferentes níveis espaciais do poder estatal, e da formação de coalizões e alianças entre grupos sociais localizados nas unidades centrais e periféricas.

Essa perspectiva permite compreender a coexistência entre o sistema nacional de hegemonia e os subsistemas regionais como uma característica estrutural do Estado capitalista, refletindo a própria estrutura espacial desigual da acumulação capitalista. Todo esse processo é apreendido através do conceito de matriz espacial de um modo de produção, o qual expressa os padrões mais abstratos de ocupação territorial e organização do espaço, no qual o sistema de interações que constitui cada modo de produção se reproduz e se expande em formações sociais concretas (cuja unidade mais ampla é constituída justamente pelo ordenamento normativo e padrão alocativo de recursos humanos e técnicos imposto por essa matriz, e não como resultado de qualquer “contrato social” fonte última da autoridade governamental).

Entretanto, o reconhecimento da importância da contribuição poulantziana não impede que se examinem criticamente alguns de seus pressupostos centrais. Dentre as teses de sua autoria que podem ser objeto de uma crítica positiva podemos destacar as seguintes:

1. A primeira questão diz respeito à afirmação categórica acerca da impossibilidade de uma teoria do “Estado em geral” ou do “espaço em geral”. Ainda que essa posição se justifique como reação às abstrações formalistas da ciência política e jurídica tradicionais (que recusam o procedimento metodológico de construção de modelos abstratos-formais de tipos históricos-estruturais de Estado que possibilitam a reprodução de diferentes *tipos de relações de produção ou de sistemas econômicos*) e a certas leituras economicistas ou historicistas do marxismo, ela pode conduzir a um efeito colateral indesejável, qual seja, a renúncia a qualquer nível de generalidade conceitual. Como mostramos acima, a tradição marxista clássica sempre operou com diferentes níveis de abstração, distinguindo determinações gerais das formas históricas específicas pelas quais as relações sociais se concretizam no tempo e no espaço. Afirmar a inexistência de traços estruturais comuns às formações estatais pode dificultar a comparação entre modos de produção

e obscurecer elementos invariantes da dominação política enquanto tal, conforme a tradição do materialismo histórico. Assim, ao contrário da vulgata difundida em certos meios acadêmicos, essa teoria não apenas está presente nos clássicos do marxismo (Lenin, 1919), como foi objeto de sistematização e críticas fundamentadas por autores mais familiarizados com as proposições centrais dessa corrente de pensamento (Kelsen, 1955).

2. Uma segunda dificuldade refere-se à própria noção de matriz espacial e temporal de um modo de produção ou matriz de um modo de produção. Embora sugestivo, o conceito não é plenamente sistematizado por Poulantzas. As características atribuídas ao espaço capitalista — fragmentação, serialização, delimitação territorial precisa — são apresentadas de forma descritiva e alusiva, baseadas segundo Poulantzas nas análises de historiadores e geógrafos, mas não se transformam em uma tipologia formalmente definida das matrizes espaciais, constituída a partir de análises histórico-comparativas sistemáticas. Permanece ambígua a relação entre essas matrizes e as relações sociais, sendo que ora parecem constituir pressupostos estruturais da reprodução social, ora surgem como efeitos derivados da divisão social do trabalho, ora como um sistema de interações entre instâncias que organiza e impõe limites normativos às relações sociais vigentes num dado território (Saes, 2022).

Essa oscilação terminológica cometida por Poulantzas enfraquece o estatuto explicativo da categoria, tornando-a obscura, embora não inaproveitável para o âmbito das análises políticas, espaciais e regionais. Para consolidar teoricamente a noção de matriz espacial, a nosso ver, seria necessária uma definição mais sistemática do próprio conceito de modo de produção, enfocando-o como um sistema de interações sociais entre práticas, instituições e aparelhos, limitados pela vigência de determinadas estruturas sociais (Saes, 2022).

Assim, são ambíguos os termos pelos quais Poulantzas define as características das “matrizes espaciais” organizadas pelos Estados capitalistas nas diferentes formações sociais onde eles se concretizam e predominam, em contraposição aos Estados e estruturas jurídico-políticas pré-capitalistas, para não falar nas estruturas jurídico-políticas onde inexistem sistemas de dominação de classe.

3. Uma terceira limitação, a nosso ver, aparece na articulação entre espaço e hegemonia. Embora Poulantzas demonstre que o Estado organiza territorialmente a dominação de classe, a integração dessa dimensão espacial à sua teoria do “bloco no poder”, ou bloco das classes dominantes, permanece incompleta. Seguindo outros autores, consideramos que o desenvolvimento dessa problemática exigiria incorporar explicitamente os conceitos de sistema político e sistema econômico, articulando-os à análise do fracionamento de classe e às dinâmicas espaciais da dominação, a fim de apreender as complexidades verticais e horizontais da dinâmica do desenvolvimento político das diferentes formações sociais, bem como dos impactos das decisões implementadas pelos centros decisórios dos sistemas políticos nos diferentes sistemas econômicos ao longo do tempo, no sentido de manter ou alterar as posições relativas das diferentes frações de classe, organizando assim a hegemonia política no espaço delimitado pelo território de uma dada formação social.

4. Por fim, a teoria poulantziana carece de uma formalização mais precisa das dinâmicas verticais e horizontais que estruturam a organização territorial do poder (Farias, *passim*). A hierarquia entre aparelhos centrais e periféricos, bem como a articulação entre níveis regionais, nacionais e eventualmente supranacionais de hegemonia (por exemplo, a presença de frações de classe e instituições dos países imperialistas centrais como forças atuantes nos governos de países

e regiões periféricas), não é abordada de maneira sistemática, no contexto de sua abordagem do espaço. Essa lacuna limita a capacidade explicativa da teoria diante de processos contemporâneos marcados por reconfigurações federativas, descentralizações administrativas e mudanças no contexto geopolítico internacional, com a ofensiva do imperialismo norte-americano sobre os países periféricos e semi-periféricos visando a relativização e mesmo eliminação de sua soberania, num processo de recolonização imposto pelo complexo industrial-militar associado às big techs imperialistas. Um aprofundamento nessa direção permitiria compreender de forma mais refinada como decisões políticas impostas “de fora” de uma determinada formação social reordenam espacialmente as posições relativas das frações de classe, alterando a configuração da hegemonia ao longo do tempo. Tal desenvolvimento aponta para a necessidade de expandir e atualizar as análises de Poulantzas diante das complexidades das formações sociais contemporâneas, bem como das contribuições científicas efetuadas ao conhecimento das temáticas por outros autores e escolas de pensamento situados fora do campo teórico marxista.

Entretanto, essas limitações da abordagem poulantziana não impedem que seus interlocutores contemporâneos retomem tais ideias e procurem desenvolvê-las para analisar os processos políticos em formações sociais onde vige um Estado Capitalista, bem como em formações sociais de natureza diversa, onde vigoram ou podem vigorar, outros tipos de estrutura jurídico-política articuladas a outras matrizes estruturais que configuram diferentes modos de produção.

Podemos encerrar por aqui este texto, esclarecendo que o objetivo deste artigo foi apenas apresentar, numa primeira aproximação, o que julgamos ser algumas das contribuições de Poulantzas para uma teoria do espaço e da hegemonia no capitalismo, bem como apontar alguns de seus limites e aplicações. Foge ao âmbito desta produção a abordagem dos problemas teórico-metodológicos relacionados à aplicação desse esquema teórico em análises empíricas e históricas concretas, bem como às interações que ocorrem entre sistema político e sistema econômico em âmbito espacial e regional, para a produção de diferentes modalidades de organização da hegemonia política correspondentes a implementação de diferentes vias de desenvolvimento capitalista em escala infraestrutural.

REFERENCIAS

AMIN, S. **Unequal development: an essay on the social formations of peripheral capitalism**. New York: Monthly Review Press, 1976.

BENDIX, R. **Kings or people: power and the mandate to rule**. California: University of California Press, 1978.

BERLINGER, T.; LAZAGNA, A. **A atualidade da teoria política de Nicos Poulantzas**. Santo André: Editora UFABC, 2022.

BRAGA, S. Poder, formas de dominação e Estado no diálogo entre Nicos Poulantzas e a sociologia política norte-americana. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, p. 109-137, 2011.

BRAGA, S. **Política, classes sociais e região no Brasil: reflexões teórico-metodológicas sobre a análise de processos decisórios e sobre configuração dos blocos dominantes em subsistemas políticos regionais**. Trabalho apresentado no 48º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, Brasil, 2024. Caxambu: ANPOCS, 2024.

BRAGA, S. Estado oligárquico ou hegemonia de fração? O mecanismo de dominação de classe na República Velha. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 3, p. 121-126, 1994.

BRAGA, S. A questão do espaço na obra de Nicos Poulantzas: apontamentos teórico-metodológicos para pensar a questão espacial e regional dentro da problemática estrutural-marxista. In: IV JORNADAS NICOS POULANTZAS, 2025. **Anais [...]**. 2025. Disponível em: IV Jornadas Nicos Poulantzas. Acesso em: 21 maio 2026.

DUCANGE, J.-N.; KEUCHEYAN, R. (ed.). **The end of the democratic state: Nicos Poulantzas, a Marxism for the 21st century**. Cham: Palgrave Macmillan, 2019.

FARIAS, F. P. Industrialização, conflitos regionais e burguesia compradora periférica no Brasil (1930-1964). **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 41, n. 3, p. 543-553, 2010.

FARIAS, F. P. Sobre a participação política na esfera local do Estado capitalista. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 28, p. 45-56, 2012.

FARIAS, F. P. **Do coronelismo ao clientelismo: as relações políticas no Brasil contemporâneo**. Teresina: EDUFPI, 2020.

FARIAS, F. P. A segmentação vertical do Estado e as frações da classe do capital. **Revista Agenda Política**, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 14-28, 2023.

GODELIER, M. **Funcionalismo, estruturalismo y marxismo**. Buenos Aires: Editorial Anagrama, 1972.

HADJIMICHALIS, C. Geographies of the state: Nicos Poulantzas and contemporary approaches to state/space. In: DUCANGE, J.-N.; KEUCHEYAN, R. (ed.). **The end of the democratic state: Nicos Poulantzas, a Marxism for the 21st century**. Cham: Palgrave Macmillan, 2019. p. 135-143.

KELSEN, H. **Teoría comunista del derecho y del estado**. Buenos Aires: Emecé Editores, 1955.

LEFEBVRE, H. **De l'État. Tome IV: les contradictions de l'État moderne: la dialectique et/de l'État**. Paris: Union Générale d'Éditions, 1978.

LEFEBVRE, H. El Estado moderno. **Geopolítica(s): Revista de Estudios sobre Espacio y Poder**, Madrid, v. 3, n. 1, p. 137-149, 2012.

LÉNINE, V. I. Sobre o Estado: conferência na Universidade Sverdlov (11 de julho de 1919). In: LÉNINE, V. I. **Obras escolhidas em três tomos**. Tomo 3. Lisboa: Edições Avante!; Moscou: Edições Progresso, 1977. p. 176-189.

LIMA, R. Bloco no poder e arranjo espacial: contribuições da teoria política de Nicos Poulantzas. **Revista Estudos Políticos**, Niterói, v. 12, n. 2, p. 1-20, 2021.

MACEDO, F. **Desenvolvimento regional no Brasil no século XXI**. Campina Grande: EDUEPB, 2023.

MACEDO, G. **Geografia do voto do PT: território, classes e hegemonia política no Brasil contemporâneo**. 2024. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2024.

MARTUSCELLI, D. E.; GRANATO, L. **Ler Poulantzas: conceitos elementares de poder político e classes sociais**. Marília: Lutas Anticapital, 2024.

MICELI, S. Carne e osso da elite política brasileira pós-1930. In: HOLANDA, S. B. de (org.). **História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MOREIRA, R. Sociedade e espaço no Brasil (As fases da formação espacial brasileira: hegemonias e conflitos). **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 83, p. 7-31, 2005.

MOTTA, L. E. Poulantzas e seu confronto com Kelsen. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21, n. 45, p. 83-97, 2013.

MOTTA, L. E. O Estado, o poder, o socialismo: um livro “reformista”? In: LAZAGNA, A. (org.). **A atualidade da teoria política de Nicos Poulantzas**. Santo André: Editora UFABC, 2022. p. 275-296.

OLIVEIRA, F. de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

PERISSINOTTO, R. M. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

PERISSINOTTO, R. M. Hegemonia cafeeira e “regime político oligárquico”. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, 1996.

POCHMANN, M.; SILVA, L. **O Brasil no capitalismo do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2023.

POULANTZAS, N. (org.). **O Estado em crise**. Rio de Janeiro: Graal, 1976.

POULANTZAS, N. **Estado, poder y socialismo**. México: Siglo XXI Editores, 1979.

POULANTZAS, N. **State, power, socialism**. London: Verso, 1980.

SAES, D. A construção da teoria regional do político no modo de produção capitalista. *In*: LAZAGNA, A. (org.). **A atualidade da teoria política de Nicos Poulantzas**. Santo André: Editora UFABC, 2022. p. 25-44.

SAES, D. **República do capital: capitalismo e processo político no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2023.

SAES, D.; FARIAS, F. **Reflexões sobre a teoria política do jovem Poulantzas (1968-1974)**. Marília: Lutas Anticapital, 2021.

SOUZA, A. M. **Estado e dependência no Brasil, 1889-1930**. São Paulo: Annablume, 2001.

TROTSKY, L. **The permanent revolution; results and prospects**. London: New Park Publications, 1982.

WISSEN, M. Territory and historicity: space and time in Nicos Poulantzas's State, Power, Socialism. *In*: GALLAS, A. *et al.* (ed.). **Reading Poulantzas**. London: Merlin Press, 2011. p. 186-200.





A TENDÊNCIA À INSTABILIDADE POLÍTICA NO ESTADO BURGUEÊS-NACIONAL-POPULAR

*Francisco Pereira de Farias*¹

¹Possui bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas, mestrado e doutorado em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas. Fez estágio de pesquisa em Centre Cultures et Sociétés Urbaines (CNRS\França). Atualmente é docente associado do Departamento de Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Piauí. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Estrutura e Transformação do Estado, atuando principalmente nos seguintes temas: hegemonia política, compromissos de classes, paradigmas sociais, conflitos regionais.

¹ Universidade Federal do Piauí, Brasil.
E-mail: franperfarias@gmail.com

Lattes iD 

ORCID: 



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Internacional *Creative Commons* Atribuição 4.0. Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Resumo

O texto enfoca os conflitos setoriais e territoriais no âmbito da classe capitalista. O ponto de partida do argumento é que as políticas estatais impactam os interesses das frações capitalistas, tendendo a hierarquizar os benefícios auferidos no modelo de desenvolvimento capitalista. Uma fonte de instabilidade política se torna, assim, a disputa pela hegemonia política em dada conjuntura. Outra fonte de instabilidade política são os potenciais conflitos entre a burocracia de Estado e a fração hegemônica. Tais fontes de instabilidade geram contratendências a elas. Um desdobramento possível à tensão interna do movimento tendencial são as crises políticas. A metodologia de pesquisa consiste basicamente em consulta a trabalhos monográficos, teóricos ou empíricos.

Palavras-chave: Estado – teoria; bloco no poder; nação; região.

Abstract

The text focuses on sectoral and territorial conflicts within the capitalist class. The argument begins with the premise that state policies affect the interests of capitalist factions, tending to create a hierarchy among the benefits derived from the capitalist development model. The struggle for political hegemony in each context thus becomes a source of political instability. Another source of political instability is the potential conflicts between the state bureaucracy and the hegemonic faction. Such sources of instability give rise to countertendencies to them. One possible consequence of the internal tensions within the movement is political crises. The research methodology consists primarily of consulting monographs, both theoretical and empirical.

Keywords: State – theory; ruling bloc; nation; region.

Agradecemos ao CNPq pelo auxílio apresentado ao projeto integrado *A política de desenvolvimento, tecnologias sociais e desigualdades regionais no Brasil contemporâneo* (Chamada CNPq/MCTI N° 10/2023 – UNIVERSAL).

O texto trata da tendência à instabilidade política do Estado burguês-nacional-popular relacionada aos conflitos setoriais e territoriais no âmbito da classe do capital. A organização do argumento apresenta os elementos da tendência em si mesma, as iniciativas de contratendência à instabilidade e os desdobramentos das tensões internas ao movimento tendencial. Por fim, faz-se um comentário a algumas análises sobre o conflito territorial ou geopolítico da classe no poder.

A TENDÊNCIA EM SI MESMA

A preservação do Estado burguês-nacional-popular corresponde ao interesse político comum da classe burguesa. A burocracia do Estado se apresenta como a mandatária do coletivo de indivíduos-pessoas com direitos iguais (povo moderno), habitantes de um território com centralização política baseada em critérios de competência (nação moderna), produzindo na classe assalariada a desconfiança em sua organização de classe enquanto tal e, por conseguinte, a fidelidade em primeiro lugar ao coletivo povo-nação moderno, definido pela forma da vontade geral, mas cujo conteúdo é dado pela classe do capital.

O interesse político comum da classe burguesa, a preservação do Estado burguês-nacional-popular, convive com a competição das frações de classe por maior influência nas políticas estatais. Os efeitos das políticas econômica, social e externa tendem a favorecer um modelo de desenvolvimento capitalista, o qual só excepcionalmente contempla o equilíbrio de benefícios no interior da classe capitalista, uma vez que as tendências à concentração e à centralização econômica polarizam os novos investimentos, reproduzindo as desigualdades entre os capitais.

Assim, as frações burguesas se lançam numa disputa política por influenciar o modelo de desenvolvimento capitalista, vigente num período histórico. O que caracteriza a fração de classe burguesa é justamente sua condição de projetar uma variante de desenvolvimento capitalista a partir de seus interesses estratégicos de fração.

Esse fracionamento de classe se dá por diferentes critérios (setorial, territorial etc.), distinguindo os diferentes sistemas de frações capitalistas. Pelo critério setorial ou das funções do capital (produção, circulação), tem-se os agrupamentos: burguesia industrial, comercial (incluindo o comércio de dinheiro, os bancos) e financeira (misto de industrial e bancária). Da mesma forma, pelo critério territorial ou geopolítico (centro, periferia), agregam-se e articulam-se na periferia: a fração associada (dependente), a fração interna (semidependente) e a fração regional (anti-imperialista)¹⁷.

Embora os instrumentos de mediação política se alterem na passagem do plano nacional ao internacional (a ausência de um Estado mundial no plano internacional), um mesmo processo básico – a competição pela rentabilidade dos capitais – opera num âmbito e noutro. Daí, não seja despropositado se conceber o tipo de divisão da burguesia do espaço regional, segundo o critério

¹⁷ A terminologia de frações “associada, interna e regional”, aplicada às relações inter-regionais do Estado-nação, é homóloga à distinção de Poulantzas (1974) de frações “compradora, interior e nacional”, pensada para as relações internacionais.

de sua relação com o capital externo nacional, fazendo-se uma homologia com a repartição da burguesia do país, por sua relação com o capital estrangeiro.

Assim, o espectro da classe dominante numa região menos desenvolvida vem constituído por: uma burguesia compradora - ligada ao comércio de bens industriais do centro econômico; uma burguesia interna - cujas características variam segundo a base de acumulação regional; e, em tese, uma burguesia regionalista. Nesta situação geopolítica, a análise concreta torna-se complexa: deve-se analisar o fracionamento regional e, paralelamente, considerar as relações de poder local e poder nacional do Estado. A efetivação dessa dupla análise, interna e externa, fornece os elementos para se decifrar os discursos regionais.

As relações entre o Estado burguês e a fração hegemônica, que é capaz de obter, prioritariamente, os benefícios da política estatal, são complexas; não se trata de simples subordinação da burocracia estatal aos interesses desta fração capitalista. Isso porque as políticas do Estado produzem efeitos nas práticas da fração de classe, redirecionando-as aos propósitos estatais, em nome do interesse nacional-popular. Em outros termos, estabelece-se entre a burocracia estatal e a fração hegemônica uma relação de influência mútua ou interdependência. Por um lado, a burocracia estatal está subordinada politicamente a essa fração de classe, dado que os membros estatais interiorizam os valores normativos - jurídicos e burocráticos - que os predis põem a práticas funcionais aos interesses hegemônicos, além de sofrerem as pressões dos representantes diretos da fração politicamente mais forte. Por outro lado, a fração capitalista sofre os constrangimentos valorativos institucionalizados pela burocracia estatal, valores em harmonia com o tipo de organização estatal e os objetivos gerais da classe dominante, cuja concretização pode exigir o sacrifício de interesses desta fração hegemônica.

Um conflito entre a burocracia estatal e a fração hegemônica surge quando a fração hegemônica não se dispõe a arcar com os custos do compromisso político que a burocracia estatal tem de construir a fim de obter a adesão (passiva ou ativa) das forças sociais subordinadas. Em termos mais concretos, a fração de classe capitalista passa a discordar da política econômica do Estado, a começar pela política fiscal-tributária, à medida que essa política extrapole os limites aceitáveis por aquela fração no que diz respeito aos encargos para a estabilidade do modelo de desenvolvimento capitalista (Saes, 2001).

Porém, nem sempre o conflito tem uma origem numa postura *míope* da fração hegemônica de não relacionar a perda de interesses imediatos, como a elevação da carga fiscal-tributária, com a preservação de seus interesses estratégicos. Há os casos em que a burocracia estatal exige ou ameaça exigir o sacrifício de interesses estratégicos da fração hegemônica em nome do interesse nacional-popular (leia-se: a coligação das frações capitalistas). O Governo de Luiz Bonaparte, na França, e o Governo de Getúlio Vargas, no Brasil, ilustram esses casos de política da burocracia do Estado com um máximo de autonomia relativa.

Outra fonte de instabilidade política é a disputa entre as frações capitalistas pela hegemonia política, ou seja, a obtenção dos benefícios do modelo político sobre a rentabilidade dos capitais específicos. A redefinição da hegemonia política no interior da classe dominante tende à mudança da forma de Estado e do regime político, porque a fração de classe anteriormente hegemônica institucionaliza seu poder político na forma de Estado (por exemplo, manipulando o processo eleitoral, no caso da democracia representativa). Por conseguinte, a fração de classe que aspira à conquista da nova hegemonia busca interromper a inércia das

instituições políticas vigentes e, com isso, promover outra configuração da forma de Estado e do regime político (Saes, 2023).

Uma vez que a dinâmica da acumulação de capital é a de concentração e centralização nos setores mais avançados de inovação técnica e métodos de trabalho coletivo, tende-se a uma distribuição desigualitária de capitais não apenas em termos funcionais, mas também pelo território. A região com forças produtivas capitalistas mais desenvolvidas se estabelece com vantagens de renda derivada – infraestrutura, base técnica, circuitos de comercialização, etc. - e atrai os novos recursos em investimento e força de trabalho das áreas menos desenvolvidas.

Porém, o sentimento da cidadania moderna, baseada no direito da forma igualitária, opõe-se a esta distribuição desigualitária de recursos. Reconhece-se que a geração de oligopólios introduz distorções nas relações de troca e suscita um juízo de extorsão do excedente econômico ou de espoliação do trabalho social das áreas menos desenvolvidas, dependentes e subordinadas. Dessa forma, está instaurado o conflito dos capitais da região-centro, mais avançada no desenvolvimento capitalista, com os capitais das regiões periféricas, menos desenvolvidas. Os blocos regionais de capitais entram em disputas pelos benefícios da política econômica do governo nacional.

No Brasil, durante a República Velha (1889-1930), os interesses diferenciados e desiguais dos capitais pelo território constituíam a principal matéria de competição das “oligarquias estaduais”, que tinha como o centro econômico-político os estados de São Paulo e Minas Gerais, oposto aos estados periféricos e semiperiféricos na Federação (Perissionotto, 1994). Os capitais agromercantis da semiperiferia (RGS, PE, AM), voltados ao mercado nacional (carne, açúcar, borracha), tinham uma postura de burguesia interna (seletiva) frente aos capitais agromercantis do centro econômico-político (SP, MG), orientados ao mercado exterior (café).

Diante da tendência à conciliação política das burguesias internas dos estados semiperiféricos, coube ao movimento dos tenentes, vocalizando as aspirações das camadas médias brasileiras, afrontar as burguesias imperialistas dos estados centrais através das revoltas tenentistas, que culminaram na Revolução de 1930. Destaque-se que um dos meios de subordinação das burguesias periféricas ao centro de poder nacional era o endividamento público federal para custear a política de valorização do café. Com isso, faltavam os recursos para o Estado alavancar a modernização econômica e política do país.

CONTRATENDÊNCIAS

A burocracia do Estado procura neutralizar o conflito com os representantes diretos da fração hegemônica ao viabilizar a ascensão de quadros de confiança dessa fração na área central da política econômica do governo. Isso se dá por verdadeiros rituais de iniciação, tais como: as reuniões informais, os seminários temáticos, as declarações nos meios de comunicação, os fóruns associativos ou partidários. Wright Mills, em *A elite do poder*, cunhou a expressão “Diretório Político” para o agrupamento informal entre o núcleo dirigente do poder econômico e o núcleo dirigente estatal.

Por sua vez, a política de fração hegemônica tenta superar as resistências das frações subordinadas da classe dominante por meio de concessões a estes interesses. De modo análogo ao relacionamento com as classes dominadas, o Diretório Político enseja uma política de

compromissos com as frações subordinadas por duas vias: o apoio ilusório e a aliança efetiva. Neste último caso, amplia-se a margem de “autonomia relativa” do Estado para fazer as concessões aos interesses subordinados.

Por outro lado, a burocracia estatal, num contexto de equilíbrio das frações dominantes, procura evitar uma oposição unificada dessas frações, implementando uma política pendular de concessões. Assim, o governo, ao lado de medidas que impactam o interesse comum da classe dominante, adota outras que privilegiam os interesses desta ou daquela fração de classe.

Uma das causas contrariantes da tendência ao conflito regional de capitais são as políticas governamentais compensatórias. O bloco regional de capitais mais avançados é levado a arcar com os custos de medidas compensatórias aos blocos subdesenvolvidos em troca da integração política nacional (Furtado, 1968). No Brasil, o Governo Vargas instituiu em 1934 o dispositivo que destinava 3,2% do PIB nacional para os programas de desagravo das desigualdades regionais. Isso permitiu a instalação do Departamento Nacional de Obras de Combate às Secas (DNOCS) e, posteriormente, a organização das superintendências de desenvolvimento regional (SUDENE e SUDAM).

Outra fonte de neutralização do conflito regional é a ingerência de potência estrangeira, avalizando um pacto de coexistência pacífica. O caso de eclosão do conflito regional em países do Leste Europeu, com o fim do imperialismo soviético, ilustra este tipo de causa contrariante.

OS DESDOBRAMENTOS HISTÓRICOS

Vimos que a tendência à instabilidade política decorre dos conflitos não apenas entre as frações da classe dominante, mas também entre a burocracia estatal e os representantes diretos da fração hegemônica. A burocracia do Estado procura neutralizar essas fontes de conflitos, promovendo políticas de compromissos e estabelecendo laços interpessoais com a classe dominante.

No entanto, as tensões internas ao movimento tendencial da instabilidade política podem se desdobrar para as situações de crises políticas. Uma primeira modalidade desse desdobramento é a crise de representação: quando os representantes corporativos ou partidários da fração hegemônica deixam de sustentar o núcleo dirigente estatal.

O *impeachment* do Presidente Collor de Mello no Brasil ilustra essa modalidade de crise política. O capital financeiro internacional, fração que promoveu a eleição do Presidente Collor, sendo a principal beneficiada de seu programa governamental, desabonou a Ministra da Fazenda, Zélia de Mello, por ter adotado as medidas heterodoxas do confisco cambial e de ativos financeiros. Em seguida, passou a queixar-se dos custos de acordos clientelísticos que marcaram a formação do novo governo. O resultado foi sua defesa da destituição do dirigente do Poder Executivo.

Uma segunda modalidade de desdobramento da tendência à instabilidade política é a crise de governabilidade. A crise do “Mensalão”, em 2005, no Brasil, ilustra esse caso. A coalizão neodesenvolvimentista que elegeu o Presidente Lula em 2002, vocalizando os interesses da burguesia interna, não dispunha da maioria parlamentar no Congresso Nacional. Por isso, o Governo teve de negociar a atribuição de cargos ministeriais e de autarquias junto aos partidos do centro político em troca de apoio político.

Porém, o sentimento de discriminação por uma das legendas partidárias nestes acordos levou-a a denunciar as contrapartidas recebidas como “corrupção política”. A coalização de oposição neoliberal, representante dos interesses da burguesia associada ao capital internacional, aproveitando-se dessas denúncias, resolveu pedir a destituição da Presidência da República. Finalmente, os representantes diretos (FIESP, CNI) da fração hegemônica saíram em defesa do Governo, solidarizando-se publicamente com o Presidente Lula e propugnando a volta à normalidade política do país.

O desdobramento histórico das tensões inter-regionais dos capitais, superando as causas contrariantes, leva também à crise política. Dois elementos dessa crise tendem a ganhar expressão. De um lado, ascendem os movimentos de secessão. A guerra de 1932 entre São Paulo e os Estados da Federação Brasileira deu ensejo a grupos que pleiteavam a separação de São Paulo. Outro caso de movimento separatista foram as lutas de bascos e catalães na Espanha, que resultaram em províncias com direito a parlamento regional num Estado nacional unitário.

De outro lado, alguns grupos sociais são empurrados ao papel de “bode expiatório”, um elemento de catarse coletiva frente à impotência de se adotar medidas que atinjam a raiz do problema regional. No Brasil dos anos 1990, diante do agravamento das disparidades regionais, o discurso antinordestino se difunde nas camadas médias dos estados Sul-Sudeste do país.

ANÁLISES SOBRE O CONFLITO TERRITORIAL OU GEOPOLÍTICO

Fernand Braudel propõe a formulação de que o moderno “Estado-territorial” pode ser visto como um “sistema-mundo”, dividido pelo território numa “cadeia de subordinações”, econômica e política. Diz-nos Braudel (1979, p. 43): “dessa forma, tal Estado aparece dividido em três zonas: a capital, a província e as colônias”.

O historiador francês indica, porém, que o centro político não necessariamente coincide com o centro econômico no Estado moderno-territorial: “os Estados-cidades [...] são ferramentas inteiramente nas mãos dos comerciantes. Para os Estados-territoriais cujo poder se reconstitui lentamente, as coisas são muito menos simples.” (Braudel, 1979, p. 49).

O problema seria que Braudel (1979) está enfocando o tempo histórico da transição ao capitalismo (séc. XV-XVIII), no qual a defasagem se justifica como morfologia da transição. Neste período, o poder político passa às mãos da burguesia ascendente (Revolução Inglesa, Revolução Francesa) e o poder econômico ainda persiste com a antiga classe dominante (proprietários mercantis-feudais).

A matriz do capitalismo se completa pela implicação mútua de centro político e centro econômico, embora a superfície do “vivido” ou a consciência social não registre isso; ao contrário, tal consciência tendia a representar a dissociação de poder econômico e poder político, como indicam as diferenças das cidades de Washington (“centro político”) e New York (centro econômico) nos EUA do séc. XX. Mas, efetivamente, o poder político, sobretudo por laços objetivos da estrutura jurídico-administrativa e por relações informais no Diretório Político, encontra-se junto ao poder econômico.

Para Arrighi (1996, p. 32), “a divisão da economia mundial em jurisdições políticas concorrentes não necessariamente beneficia a acumulação capitalista de capital. Se ela o fará ou não, depende basicamente da forma ou da intensidade da concorrência”. No entanto, uma

questão que resta a responder é se o sistema de Estados reforça o sentimento do interesse “comum” ou “nacional” de proletário e capitalista. Ora, a competição interestatal, vista como rivalidades nacionais, reforça os laços de fidelidade do proletariado com o coletivo povo-nação, e não com a classe social, contribuindo para a manutenção da ordem capitalista.

Poulantzas (1974) procura enfatizar um tipo de conflito quando não há a polarização capital estrangeiro e capital nacional. Ele não pretende atribuir à “burguesia interna” essa polarização, quase negada pela hegemonia de uma burguesia que não é nem nacionalista, nem associada ao capital estrangeiro. Torna-se difícil uma polarização interno/externo no conflito de uma burguesia interna com os interesses estrangeiros; essa polarização é mais típica de uma burguesia nacional. A burguesia interna, dada sua base de acumulação num território delimitado, mas possuindo laços de dependência tecnológica e financeira, tende a uma postura ambígua ou seletiva frente ao capital externo: ora opondo resistência aos interesses deste capital; ora se alinhando às suas diretrizes.

Entretanto, a análise poulantziana não fica suficientemente desenvolvida quando se refere ao “colonialismo interno”. Para Poulantzas (1974), este fenômeno ocorre quando uma política de investimento em algumas regiões do país as transforma em regiões metropolitanas relativamente às regiões periféricas. Estas regiões passam a fornecer mão de obra, têm seus capitais canalizados e, no máximo, operam como mercados de consumo para a metrópole. Mas a expressão “colonialismo interno” torna-se forte demais, porque o subgoverno da região-metropolitana não dispõe de jurisdição sobre o espaço político da região-periférica. Talvez a expressão mais adequada seja a de “imperialismo interno” para se resguardar a autonomia relativa dos governos subnacionais e por admitir a possibilidade da dissociação de coalizões hegemônicas nos âmbitos nacional e regional.

De qualquer modo, é pertinente se falar numa burguesia regionalista, que se comporta nacionalmente defendendo a região. Essa fração burguesa tende a valorizar o investimento no espaço econômico regional e a se opor à fuga de capitais. Para ela, o problema maior não é a migração de mão de obra, e sim a fuga de capitais. A volta da mão de obra depende basicamente do início de um novo ciclo de investimentos na região. Já a movimentação de capitais para fora da região torna-se mais difícil de ser neutralizada; os empresários que se deslocaram e foram bem-sucedidos na região mais desenvolvida mostram-se pouco dispostos a retornar à região de origem pelos obstáculos impostos ao capital fixo (maquinário, construções e outros).

David Harvey apontou a importância da análise territorial nas ciências sociais.

Para transformar os insights de Marx em uma estrutura geopolítica, Lenin introduziu o conceito de Estado, que, até hoje, continua sendo o conceito fundamental pelo qual se expressa a territorialidade. No entanto, ao fazer isso, deu a questão como provada no tocante a como ou por que a circulação de capital e a organização da força de trabalho devem ser nacionais e não globais em sua orientação, e no que diz respeito ao porque os interesses tanto dos capitalistas como dos trabalhadores devem, ou até podem, ser externados como interesse nacional (Harvey, 2006, p. 144).

Enfatiza-se, aqui, a questão levantada por Harvey, qual seja: a correspondência da unidade econômica capitalista com a fronteira do Estado nacional. Nesse sentido, a teorização de Nicos Poulantzas, em *Poder político e classes sociais*, torna-se incontornável na discussão, porque ela apresenta o sentimento de pertença ao coletivo povo-nação como necessário à reprodução das relações de produção capitalistas. Por outro lado, Harvey (2006: p. 147) afirma que:

Tais forças [...] tendem a abalar toda a coerência estruturada de um território. Talvez enfatizem a divisão internacional do trabalho em vez da divisão localmente integrada, e tornem a interdependência inter-regional mais importante do que a coerência regionalmente definida.

Essa formulação de Harvey (2006) abre margem para uma expressão efetiva da “globalização neoliberal”: um só sistema-mundo capitalista no sec. XXI, que seria composto por uma economia capitalista mundial, um Estado capitalista mundial e, finalmente, uma burguesia mundial. Todavia, os capitais distribuídos desigualmente no território não podem renunciar ao sistema de Estados capitalistas-nacionais-populares, por um lado, e ao sistema de poderes regionais internos, por outro.

De fato, fica difícil se identificar os "efeitos políticos" de uma burguesia mundial. O direito burguês internacional é incompleto, pois ele não conta com uma força física regular própria que garanta a efetividade de suas normas. As burguesias tenderiam a formar *confederações políticas* no sistema mundial, mas nunca um Estado mundial.

Por sua vez, a reprodução do Estado capitalista-nacional requer o sistema de regionalidades internas. Isso porque tende a existir uma distribuição de funções em que as instâncias subnacionais se especializam nas tarefas de gestão ao passo que os aparelhos nacionais se encarregam das deliberações estratégicas. Harvey (2006, p. 152) admite que "os processos globais de luta de classes parecem se dissolver diante de nossos olhos em diversos conflitos interterritoriais".

REFERÊNCIAS

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX: Dinheiro, Poder e as Origens do Nosso Tempo**. São Paulo, Unesp, 1996.

BRAUDEL, Fernand. **Civilisation matérielle, économie et capitalisme - XVe-XVIIIe siècle**. Paris: Armand Colin, 1979.

FAUSTO, Ruy. **Marx: lógica e política**. Tomo II. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 8. Ed. Rio de Janeiro: Companhia Nacional, 1968.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.

PERISSINOTTO, Renato. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas: Unicamp, 1994.

SAES, Décio. Estado capitalista e classe dominante. **Crítica marxista**, n. 157, pp. 156-164, 2001.

SAES, Décio. **República do capital: capitalismo e processo político no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2023.

POULANTZAS, Nicos. **Les classes sociales dans le capitalisme aujourd’hui**. Paris: Seuil, 1974.




O RETORNO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO COMO FORÇA DO AGIR: NOTAS A PARTIR DE MILTON SANTOS


*Valdeir de Oliveira Prestes*¹

¹Doutorando em Desenvolvimento Econômico, área de concentração em Desenvolvimento Regional e Urbano, Instituto de Economia (IE), Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento durante o período de doutoramento; ao Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico (CEDE), do IE-Unicamp; a Maria Adélia Aparecida de Souza, Francisco Pereira de Farias, Sergio Soares Braga, Giovanni de Macedo e Fernanda Veras, pela leitura atenta e pelas sugestões para o aprimoramento do texto.

¹ Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil.

E-mail: v289245@dac.unicamp.br

Lattes iD 

ORCID: 



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Internacional *Creative Commons* Atribuição 4.0. Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Resumo

O artigo analisa a concepção de espaço geográfico na obra de Milton Santos com o objetivo de compreender como as transformações históricas do Estado e do capitalismo tensionam e atualizam suas categorias e conceitos analíticos. Parte-se do pressuposto de que o espaço geográfico constitui uma instância social formada pela indissociabilidade entre sistemas de objetos e sistemas de ações. Com base na análise interpretativa de obras centrais do pensador brasileiro, discute-se, nesse processo, a formação socioespacial, o uso do território, o território usado e o lugar. Argumenta-se que a proposta miltoniana redefine o papel do espaço geográfico na análise das formações sociais ao incorporá-lo como mediação para a compreensão das dinâmicas históricas e das tensões associadas ao uso do território. Conclui-se que o espaço geográfico, compreendido como totalidade em movimento, permanece como categoria central para a análise das transformações socioespaciais no capitalismo contemporâneo.

Palavras-chave: pensamento brasileiro; Milton Santos; espaço geográfico; método.

Abstract

This article analyzes the concept of geographic space in the work of Milton Santos, aiming to understand how the historical transformations of the State and capitalism challenge and update his analytical categories and concepts. It starts from the premise that geographic space constitutes a social instance formed by the inseparability between systems of objects and systems of actions. Based on an interpretative analysis of central works by the Brazilian thinker, the article discusses socio-spatial formation, land use, used territory, and place. It argues that Milton Santos's proposal redefines the role of geographic space in the analysis of social formations, incorporating it as a mediation for understanding historical dynamics and the tensions associated with land use. It concludes that geographic space, understood as a totality in motion, remains a central category for the analysis of socio-spatial transformations in contemporary capitalism.

Keywords: Brazilian thought. Milton Santos. Geographic Space. Method.

INTRODUÇÃO

“O método é uma arma política e social” (Sartre, 1966).

O espaço geográfico constituiu matéria central do trabalho de Milton Santos até o fim da vida dele. A busca pela definição como objeto de método permaneceu constante ao longo das pesquisas e da trajetória intelectual do autor (Lelis, 2024), assim como a consolidação enquanto objeto de uma disciplina do conhecimento, no caso, a Geografia. Nesse percurso, sobressaem-se *Economia Espacial: Críticas e Alternativas* (2003 [1979]); *Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*, cuja primeira edição data de 1978; *Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional* (1998); e *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*, publicada em 1996, na qual o autor define que “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (Santos, 1996, p. 39).

Historicamente, até meados dos anos 1970, a apreensão do espaço era associada a uma concepção estrutural, fixa e plana, advinda e influenciada pela linguagem e pelo pensamento estruturalista, na vertente neoclássica, em que, segundo Machado (2006), o historicismo presente nas análises tendia a privilegiar o tempo. Diante desse contexto, torna-se necessário compreender o campo epistemológico no avanço da noção e concepção de espaço, à qual o pensador brasileiro, de origem em Brotas de Macaúbas, Bahia, Milton Almeida dos Santos, dedicou a vida intelectual, transformando-o e redefinindo-o como objeto da disciplina.

No ínterim desse debate, Prestes (2024), em sua leitura de mestrado, assinala que a Geografia passou a pertencer ao ôntico, uma vez que o objeto de estudo é um ente determinado, leia-se: o uso do território. Por outro lado, na perspectiva *miltoniana*, o espaço geográfico, enquanto instância, é abstrato; a materialidade é dada pelo processo histórico, por meio dos diferentes usos do território. Assim, nessa mediação, o objeto da Geografia merece especial atenção, na medida em que, ao longo do pensamento geográfico, cada disciplina do conhecimento tem um, e somente um, objeto de estudo, e foi isso que Milton Santos estudou a vida toda.

Nesse processo teórico-metodológico, Milton Santos se atinha, com rigor, à compreensão de que o objeto é inerente ao movimento, à energia que constitui o espaço geográfico, o qual, uma vez assumido, impõe a constante atualização de conceitos e categorias como parte constitutiva da teoria e do método do conhecimento diante das modificações históricas da realidade. Parte-se aqui, em termos gerais, da premissa de que, em *meio* às crises do capital em múltiplas instâncias¹⁸, as transformações socioespaciais impõem a necessidade de atualizar teorias para compreender o espaço geográfico como ferramenta científica e política da realidade concreta, sobretudo, diante do chamado “retorno do território”, cada vez mais presente nas profundezas das crises. Essa

¹⁸ Para John Bellamy Foster e Brett Clark (2026), é recorrente a constatação de que, no primeiro quarto do século XXI, o mundo enfrenta múltiplas crises que ameaçam a civilização global e o futuro da humanidade. Diante dessa conjuntura, emergiram conceitos ainda pouco consolidados, como o de “policrise”, atribuído a Edgar Morin e Anne Brigitte Kern (1999) e amplamente difundido, nos últimos anos, por Adam Tooze. Contudo, a intenção deste texto não é adentrar considerações normativas sobre as instabilidades inerentes às crises do capital.

reflexão interpela também a Economia e as demais disciplinas das Ciências Humanas, pois o esforço de Milton foi justamente alertar para isso, tanto entre geógrafos, que ainda hoje resistem a essa perspectiva, quanto entre os demais cientistas sociais.

Na operação metodológica, a construção deste trabalho lança-se na interpretação particular e singela das leituras e na análise interpretativa das obras publicadas de Santos, isto é, da leitura que o autor fará neste trabalho de pesquisa sobre a obra de Milton Santos. O processo analítico dos textos foi realizado com vistas a rastrear a compreensão do espaço geográfico e a relação entre Estado capitalista, leitura que se faz indispensável pois contribui para suprir insuficiências presentes nas reflexões de autores, no geral das Ciências Sociais, que não tratam da totalidade que é o espaço geográfico.

No presente texto, o objetivo foi refletir sobre a concepção de espaço geográfico na obra de Milton Santos a fim de compreender como as transformações históricas do Estado, no interior do capitalismo, tensionam e atualizam categorias e conceitos analíticos. Considera-se, em uma das variadas sínteses, o objeto em mutação, ou seja, a totalidade em constante processo de transformação espacial ou, mais especificamente, as totalizações que emergem da dinâmica do próprio Estado-nação e das formações sociais, sendo que, na reflexão e na leitura de Santos (1978, p. 224), “os Estados-Nações, formações sociais e totalidades legais e legítimas são também a unidade geográfica de estudo”. Deste modo, o Estado capitalista relaciona-se à constituição pelo uso de um território específico (o território nacional) e, portanto, ao próprio espaço geográfico, ainda que estes não sejam sinônimos.

Dado os limites do formato expositivo das ideias e da delimitação do objetivo, não será possível comentar e aprofundar a importância da técnica na obra de Milton Santos, ainda que ela não seja colocada aos léus. Como se nota nas obras selecionadas, além de mediação entre a intrínseca sociedade-natureza, a técnica constitui marco de periodização, desmascarando a idade do território. Como afirma Santos (1998, p. 6), em *Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional* (1998), “A técnica é a grande banalidade e o grande enigma, e é como enigma que ela comanda nossa vida, nos impõe relações, modela nosso entorno, administra nossas relações com o entorno”.

Estruturalmente, o texto organiza-se, além desta introdução, em duas seções. A primeira, intitulada “A Formação Capitalista no Território Usado”, discorre, em perspectiva histórica, sobre as dinâmicas socioespaciais, retratando o território usado brasileiro, produto geográfico do processo histórico. Em sequência, na segunda seção, operacionaliza-se o modo como conceitos e categorias foram emergindo ao longo da trajetória dos livros e escritos de Milton Santos na “Atualização do Espaço Geográfico”. Por fim, apresentam-se, em aberto, as Considerações finais, com a proposição de novas questões, acompanhadas das referências.

A FORMAÇÃO CAPITALISTA NO TERRITÓRIO USADO

Segundo Bernardes (2020), Milton Santos desenvolveu uma proposta teórico-metodológica revolucionária, cuja contribuição conferiu notoriedade às Ciências Sociais, em destaque à Geografia. Essa atualização se escreve, sobretudo, no modo como o autor elevou a categoria espaço geográfico a outro nível analítico e reflexivo ao recusá-la como palco inerte, como sugerido pelas leituras conservadoras e clássicas da Economia, Geografia e Ciência Política,

entre outros campos do conhecimento, nas quais as *dimensões cartesianas* se impõem e distribuem ações e objetos de forma estática em uma tábula rasa.

O pensador brasileiro concebe o espaço geográfico como uma *instância social* e totalidade em movimento, para além de visão restrita à estrutura, distinguindo-se, assim, do predomínio teórico-metodológico oriundo do Centro do Mundo, bem como do estruturalismo rígido, então, vigente naquele momento. Essa distinção se estabelece em relação a pensadores e correntes teóricas que buscaram definir a estrutura, como Saussure (1916), Lévi-Strauss (1949), Perroux (1949), Gurvitch (1950), Piaget (1968), a teoria da Gestalt ou Teoria da Estrutura, assim como no estruturalismo latino-americano, no método Histórico-Estrutural de certa rigidez mais formal, aditivado pelo expoente Celso Furtado. Este último, escreve sobre o espaço:

“Descontinuidades entre países: hacia una teoría de las estructuras espaciales”: el estudio de las estructuras espaciales ha demostrado que ni la distribución geográfica del ingreso en un país, ni las pautas de bienestar de la población en diversas subzonas, pueden en alguna forma explicarse por la teoría funcional de la distribución del ingreso (Furtado, 1969, p. 43).

Ademais, frisa-se que, em razão da objetividade, não se adentrará no tratamento do espaço como categoria filosófica¹⁹ em um sentido, mas na concepção como espaço humano e social presente na obra de Milton Santos, evidenciando a diferença entre o modo como a categoria opera na ciência que diverge de outra que opera como abstrato na filosofia. Essa discussão a respeito do que é uma abstração remete à obra *Iniciação à filosofia para os não filósofos*, de Louis Althusser, escrita originalmente entre 1975 e 1978. No Brasil, a obra foi publicada pela WMF Martins Fontes, em 2019, com tradução de Rosemary Costhek Abílio (São Paulo: Martins Fontes, 2019). A esse respeito, Lima (2020, p. 167) apresenta que:

[...] o grande desvio, que vai do terceiro capítulo até o 16º, partindo de discussões a respeito do que é uma abstração em filosofia, distinta das abstrações cotidianas e da abstração científica, até chegar à determinação da prática filosófica, resulta em uma compreensão geral de que a filosofia é um campo de disputas pelas transformações das ideologias sob as quais outras práticas sociais produzem seus efeitos.

Trata-se, em suma, do espaço geográfico de categoria de análise social e, conseqüentemente, histórica. Nesse processo, observa-se um avanço significativo no campo *epistemológico* do conhecimento geográfico, nos anos 1970 - período este em que Milton Santos apresenta os pares dialéticos de Circuito Espacial Produtivo (CEP) e Círculo de Cooperação no Espaço (CCE) -, como entendimento teórico-metodológico para entender a periferia (ou subdesenvolvidos) do Globo, não descolada da política, especialmente no Brasil, ao articular espaço e tempo sem reduzi-los a uma simples identidade tempo-espaço, mas compreendendo-os em unidade dinâmica, esta última parte, como coloca Lelis (2024).

É nesse horizonte que, em um primeiro momento, considera-se o embasamento teórico-metodológico e, sem perder de vista as exigências do tempo e do espaço intrínsecos, opera-se com a categoria de Formação Econômica e Social (FES), preocupação recorrente entre diferentes intelectuais, ou Formação Socioespacial (FSE), trabalhada por Milton Santos. Derivada,

¹⁹ Como reflexionadas, por exemplo, em: HEGEL, G. W. F. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Compêndio* (1830); e KANT, I. *Crítica da Razão Pura* (1781).

inicialmente, de Karl Marx e, posteriormente, sistematizada por Vladimir Ilyich Ulyanov Lênin (Machado, 2006; Espíndola, 2022), destacam Sousa e Prestes (2024, p. 249) que a categoria “FES” foi retomada no Brasil: “Pensar o Brasil foi uma tarefa a que se dedicaram vários autores e intérpretes: Caio Prado Jr., Chico Oliveira, Nelson Sodré, José Chasin, Florestan Fernandes, Celso Furtado etc.”, acrescentando, aqui, o próprio avanço teórico-metodológico de Milton Santos com o conceito de Forma o Socioespacial – FSE.

Milton Santos, por sua vez, desloca e realoca essa tradi o ao propor o conceito de Forma o Socioespacial, incorporando implicitamente o espaço geográfico   análise histórica e enfatizando o geográfico como processo constitutivo das totaliza es das forma es sociais. Enfatiza-se que tanto Caio Prado Júnior quanto Celso Furtado discutiram o problema da “nossa” forma o brasileira: embora ambos tenham escrito sobre história econômica e analisado a forma o social brasileira. O primeiro parte de um método histórico, leia-se: materialismo histórico, enquanto o segundo o faz pela lente da economia política. Ao introduzir a Forma o Socioespacial, Milton Santos acrescenta   leitura o espaço geográfico não apenas como suporte, mas como media o para compreensão da forma o territorial brasileira, colocando a disciplina em outro relevo teórico-metodológico.

Sem desconsiderar o tempo histórico da análise, problematiza-se que a unidade entre continuidade e descontinuidade constitui parte indissociável da dinâmica do processo histórico da forma o brasileira, o qual não pode se realizar senão no espaço e pelo espaço (Santos, 1977; 1979). A transi o da forma o social encontra-se condicionada pela totalidade do espaço (Santos, 1978), isto  , pelos dados que dependem diretamente da forma o social vigente, os quais, ao se transformarem, alteram as formas e fun es da estrutura posta, permanentemente tensionadas pela dinâmica social, pelos conteúdos históricos e conflitos de classe e identidades. Assim, na contribui o do espaço geográfico, conceituado por Milton Santos, a “força do agir” encontra-se exatamente nas disputas pelo uso do território, produto do processo histórico logo materializado no território usado.

Destaca-se, ainda, dentro da analogia de Moreira (1978), que a forma o espacial tem a própria estrutura e as leis da forma o econômico-social. Já a proposta do espaço geográfico como *instância social* (assim como a economia e a política), esse “indissociável sistema de objetos e sistema de a es”, impõe-se a tudo e a todos; ou seja, como natureza mesma dos processos sociais, nada pode ser dissociado do espaço geográfico. Contudo,   preciso aten o: Milton afirma que “espaço geográfico” e território são sinônimos. Considera-se que há diferentes leituras *miltonianas*, pois o território usado seria a *historiciza o* da instância social (concretizado nas forma es sociais), isto  , do espaço geográfico que, ao estudar as paisagens, o faz também por meio dos processos históricos, da Hist ria²⁰. Deste modo, haveria uma linha tênue na sinonímia entre espaço geográfico e território, no qual a forma o capitalista se expressa como tensão entre a forma o socioespacial, em disputa pela atualiza o dos usos do território.

²⁰ Como colocara Reinhart Koselleck (2016, p. 37), “abrangendo tanto passado quanto futuro, ‘a História’ se transformou num conceito regulador para toda a experiência já realizada e ainda a ser realizada”. Trata-se de uma formula o de grande relevância no âmbito da história dos conceitos, pois permite compreender a História como instância estruturante da experiência temporal, isto  , como forma de captura e ordena o do tempo histórico.

ATUALIZAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO: NOVOS CONCEITOS E NOVAS CATEGORIAS

Para Milton Santos, a região, o lugar, as redes e as escalas (geográficas) constituem recortes espaciais no edifício metodológico, proposto em *A Natureza do Espaço* (1996). A região não é simplesmente objeto empírico dado, mas princípio de leitura do espaço: subespaço definido a partir do uso do território e das funções exercidas pela sociedade em determinado momento histórico, podendo, inclusive, orientar regionalizações voltadas a usos futuros, como ocorrem nas divisões administrativas do Estado. Assim, é compreendida como “o lócus de determinadas funções da sociedade total em um momento dado” e como expressão da presença de capitais fixos e de determinadas funções técnicas que condicionam o funcionamento econômico (Santos, 1985; 1988). Portanto, não é a regionalização que produz tal recorte espacial, ao contrário, é a própria dinâmica regional que fundamenta as regionalizações, revelando o caráter histórico e político.

Outra concepção teórica no campo da ciência, distinta dessa perspectiva, encontra-se na geografia clássica, formulada por Blache (*Tableau géographique de la France* (1903) e, posteriormente, retomada por Gomes (1995), para a qual a região aparece como objeto privilegiado da Geografia e como finalidade analítica da disciplina. Nessa abordagem, a região tende a ser concebida como unidade de estudo relativamente autônoma, diferindo do entendimento de Milton Santos, em que ela é parte constitutiva do movimento da totalidade socioespacial e das mudanças do mundo. Conforme argumenta Santos (1998, p. 17):

Num estudo regional, deve-se tentar detalhar sua composição enquanto organização social, política, econômica e cultural, abordando-lhe os fatos concretos, para reconhecer como a área se insere na ordem econômica internacional, levando em conta o preexistente e o novo, para captar o elenco de causas e consequências do fenômeno (Santos, 1988, p. 17).

No debate acerca do *desenvolvimento regional*, sendo central a região, contudo, vale mencionar outras leituras que atualizam e deslocam essa discussão. O conceito de região, que não se restringe a uma característica da sua estrutura física, nem permanece preso ao passado, reaparece também na contribuição de economistas. Nessa operação, permanece presente, como evidência, com grande densidade empírica, o livro *Desenvolvimento Regional no Brasil no Século XXI* (2023), de Fernando César Macedo Mota.

Por outro lado, no interior desse mesmo debate, Souza (1991), em ensaio crítico, aprofunda essa discussão ao examinar a teoria e a prática da região a partir de uma reconstituição metodológica dos estudos que propõem distintas divisões regionais do Brasil. Para a autora, como afirma, trabalhos posteriores, como *Regionalização: tema geográfico e político: o caso paulista* (2017), evidenciam também as limitações do próprio conceito de região.

Diante dessa circunstância, e tendo o levantamento do debate apresentado, coloca-se uma questão central: se, para autores clássicos, como Blache (1903) e Benko (1998), entre outros, a ciência regional é inseparável do conceito de região em seu tempo, como pensar essa ciência e a própria formulação da outorga do *desenvolvimento regional* hoje, quando a própria região se transforma ou mesmo entra em crise, como sugerem alguns geógrafos (Santos, 1988; Souza,

1991)? Considerando-se, ainda, que a própria *Economia Regional* toma emprestado da Geografia o conceito de região.

À guisa de síntese, ao tratar do espaço geográfico, é necessário considerar a indissociabilidade entre sistemas de objetos e sistemas de ações, conforme propõe Milton Santos (Santos, 1996). Para realizar a tarefa, colocou quatro categorias de análise: forma, função, estrutura e processo, que devem ser compreendidas de modo articulado e não isoladamente, evitando tratamento abstrato do território. Nesse raciocínio, considera-se a região como subespaço a ser mobilizado pelos processos democráticos, pois ela se constitui no fundamento territorial da descentralização do poder. Assim, mais do que um simples recorte analítico, afirma-se como objeto de descentralização, base por meio da qual se reorganizam competências, funções e decisões no interior do Estado. Embora Santos não construa uma teoria sistemática do Estado, seu pensamento mantém uma reflexão que incorpora o papel estatal como agente histórico na transformação socioespacial diante das reestruturações do capitalismo nas décadas finais do século XX e no início do século XXI.

Ademais, assim como atravessa a própria noção de região, Maia (2015), numa abordagem *epistemológica*, demonstra que Milton Santos também modifica a compreensão da instituição estatal ao longo do tempo. De acordo com o mesmo autor, a leitura do Estado nos escritos de Santos, entre as décadas de 1970 e 1990, difere daquela desenvolvida a partir dos anos 1990. Em 1977, como visto, apresenta-se a ideia de FSE no artigo “Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método” e no livro *Espaço e sociedade* (1979), articulando a economia espacial a uma vertente marxista da leitura materialista do Estado, pois há presença de diferentes interpretações e correntes de pensamento, como as de Karl Marx, Antonio Gramsci e Nicos Poulantzas, entre outros.

Posteriormente, em meados dos anos 1990, essa centralidade pareceu deslocar-se, o que gerou divergências interpretativas entre os (as) estudiosos (as) da obra, sobretudo, no auge da proliferação do pensamento neoliberal pelo mundo, no qual, neste momento, o Estado assume outra forma-função, via a sociabilidade e racionalidade de mercado. Direciona-se que a teoria miltoniana não constitui um sistema conceitual fixo, mas um edifício teórico em permanente transformação, acompanhando as mudanças nas formas da formação territorial e nas funções estatais. Para Santos (1998, p. 38), a respeito do final do século XX:

Ninguém se admire, pois, da atual pregação neoliberal. Nos dias de hoje, o capital se difunde mais depressa no campo do que na cidade e a força do mercado regula a atividade a despeito do Estado. E na cidade é apenas o subsistema ligado às novas racionalidades que merece a atenção dos governos, das multinacionais e dos organismos internacionais. O Estado é chamado a adequar o meio ambiente construído para possibilitar a ação global das forças mundializadoras do mercado. Nessas condições, o neoliberalismo não se aplica aos objetos, mas apenas às ações que os objetos inovadores tornam mais fluidas e certas.

No movimento da transformação, nascem as categorias de uso do território e território usado, apresentadas de forma quase metafórica em textos como “*O Retorno do Território*” (Santos, 2001; 2005). A “metáfora” pode ser vista no livro “SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. *O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI*. São Paulo: Record, 2001” e em SANTOS, Milton. *O retorno do território*. In: OSAL: Observatorio Social de América Latina, Año 6, n. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires: CLACSO, 2005, apresentado por Maria Adélia Aparecida de Souza.

A atualização do “espaço geográfico” arqueia-se, então, a se articular a outros conceitos e categorias da Teoria, como Lugar, Uso do Território e Território Usado, cuja distinção é indispensável do ponto de vista metodológico, ainda que não esgote a complexidade do método. Souza (apud Nakagawa, 2016) argumenta que há dois conceitos absolutamente revolucionários que fundamentam a Geografia Nova proposta por Milton Santos: o primeiro é o espaço geográfico, e o segundo é o lugar.

Isso posto, é necessário propor uma leitura em que não se confunda a localização *georreferenciada* do senso comum com o conceito *Lugar*. A localização aponta a posição física, enquanto o Lugar expressa a totalidade concreta vivida, resultante das dinâmicas socioespaciais e das alterações do mundo. Em poucas palavras, o *Lugar* contém o todo e aquilo que lhe é inerente, guardando a identidade, ao mesmo tempo em que manifesta empiricamente as mudanças do mundo (Santos, 2008 [1997]). Trata-se de linha de pesquisa ontológica, de caráter *être-en-soi* e *être-pour-soi* e, por isso, implica a consciência daqueles que nele vivem e produzem a vida social ao agir. Aparece, então, de caráter existencial; considerando-se os estudos acerca do fenômeno e da ontologia, atravessados também pelo inconsciente, reconhecendo-os como conceitos analíticos à compreensão do mundo e de seus objetos, com outra racionalidade diferente do capital.

Nessa consciência, essas categorias e esse conceitos, que se expressam na totalidade do espaço geográfico, manifestam aspectos distintos, embora não opostos, concebido como totalidade em movimento, este inspirado em Karl Marx, tecido por relações simultaneamente complementares e conflitantes. O vigor do conceito de território usado reside justamente na capacidade de convidar à análise processual das relações entre lugar, formação socioespacial e mundo (Santos; Silveira, 2001; Silveira, 2009; Santos, 2010), sem fixá-las rigidamente frente à realidade mutante. Complementando-se à concepção de Lugar-Mundo: “Cada lugar é, à sua maneira, o mundo” (Santos, 1996, p. 213).

As leituras indicam que Milton Santos reformula a abordagem do espaço geográfico na década de 1990, estendendo-a até o final da vida dele, em 2001. Se, na década de 1970, a Formação Socioespacial ocupava posição central na interpretação da interseção entre economia, sociedade e Estado, nos anos posteriores, observa-se a ascensão das categorias de uso do território e território usado, bem como a alavancagem do “Lugar”, este como expressão do nascedouro da política. Essa inflexão não implica ruptura abrupta, mas deslocamento e atualização analítica do espaço geográfico, o que explica as divergências presentes na interpretação do conteúdo da obra, sem, contudo, obscurecer a notoriedade desse edifício metodológico que se apresenta à periferia do mundo. A Geografia é uma disciplina do presente (Santos, 1996), o passado compete à História.

A distinção e contemplação da História não se confundem com a noção de rugosidade em Milton Santos, entendida como um *prático-inerte*, sob influência de Sartre (1966). Segundo Santos (1996, p. 92), “Chamemos rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem; o que resta do processo de supressão, acumulação e superposição com que as coisas se substituem e se acumulam em todos os lugares” (Santos, 1996, p. 92). Ademais, conforme exposto em *Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*, “as rugosidades nos oferecem, mesmo sem tradução imediata, restos de uma divisão do trabalho internacional, manifestada localmente por combinações particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizados” (Santos, 1978, p. 173).

Dessa forma, logo, sob essa perspectiva, falar em Geografia Histórica constitui equívoco epistemológico. A proposta de Milton Santos, ao considerar o espaço geográfico nos estudos da sociedade existente, buscar-se-á tornar evidentes, especialmente no capitalismo, as profundas desigualdades socioespaciais escancaradas nas paisagens urbanas-rurais pelo uso do território. Além disso, as demais disciplinas das ciências humanas e sociais, em grande parte, não “geografizam” os estudos delas, limitando-se metodologicamente, com frequência, à quantificação e descrição, por meio de índices e tabelas, e não à cartografia, ferramenta técnica que explicita as desigualdades territoriais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Milton buscou definir o objeto de pesquisa da Geografia: o espaço geográfico, tentando contribuir para o aprimoramento epistemológico e confirmá-lo como disciplina científica, portanto, passível da construção de um método científico contemporâneo. Essa perspectiva distingue-se das discussões que, desde 1890, quando os franceses instituem a Geografia Humana, prevalecem até hoje, lamentavelmente entre geógrafos, agravadas pela bipolaridade entre Geografia Humana e Geografia Física e pela imensa fragmentação nos derivados, como Geografia Econômica, Urbana, da Indústria, do Comércio e do Turismo, sustentando a ideia de “tantas geografias quantas quiser cada geógrafo”, o que revela problema epistemológico. Assim sendo, não se trata de um “objeto de método”, mas do objeto de uma disciplina do conhecimento, como é o caso da Geografia, conforme investigou Milton Santos em seu trajeto de vida.

O espaço geográfico, como instância social e totalidade em movimento, somente pode ser apreendido em articulação com os processos históricos e os diferentes usos do território. Assim, a atualização conceitual e categórica, proposta por Milton Santos, resulta da necessidade de interpretar criticamente as novas configurações do Estado e do capitalismo contemporâneo. A discussão sobre o espaço geográfico adquire renovada centralidade nas análises do nosso tempo, sobretudo, porque ele não opera apenas no plano da objetividade, sendo o “retorno do espaço geográfico” e do território usado tanto no campo científico e analítico como força do agir.

Contudo, como limitação recorrente, a categoria analítica de espaço geográfico, nos métodos adotados em pesquisas de mestrado, doutorado e artigos científicos, é frequentemente assumida de forma *apriorística*, sem questionamento, como se fosse um fim em si mesmo, rígido e fixo no e pelo tempo. Essa problemática revela-se diante da necessidade de respeitar o caráter histórico e cumulativo do conhecimento, e de evitar leituras a-espaciais e a-históricas consequentemente coagidas pela ideologia dominante. É preciso frisar que os métodos exigem articulação teórico-histórica-espacial, o que implica forma específica de ver, estar e agir no mundo.

Os métodos, portanto, revelam se permanecemos presos ao passado ou se somos capazes de vislumbrar um futuro, não apenas imaginá-lo, mas transformá-lo. Isso demanda orientação estratégica para a luta social e política. Colocam-se, assim, questões incontornáveis: o que é o mundo hoje? Como estamos nele? O que desejamos fazer diante dele? Em um contexto de aceleração contemporânea, Hoje-Mundo tornam-se sinônimos; a atualidade é planetária e unitária, exigindo não apenas uma tomada de consciência, mas uma reflexão sobre como percebemos, agimos e somos condicionados pelo mundo em que vivemos.

A leitura que Milton Santos fazia sobre o uso do território nos anos 1970 correspondia a uma visão de Mundo e ao contexto histórico inserido, distinto do recente. Os problemas que hoje marcam as dinâmicas dos lugares ainda não se colocavam com a potência que assumem no presente, manifestando-se no desmoronamento e na corrosão do Estado capitalista e no avanço sangrento do imperialismo na América Latina, como temos assistido. As disputas e as tensões associadas a essa condição do território enquanto portador de valor tampouco haviam se aprofundado como agora, assim como as seletividades e segregações socioespaciais *planejadas* pela “racionalidade” do capitalismo contemporâneo, particularmente visíveis nos países do latifúndio e nas cidades dos cubículos, sobretudo nas periferias do sistema.

Em termos de limitação do presente estudo e da linguagem impressa no texto, o uso do território apresenta-se como categoria estratégica, pois há conexão entre Estado e território nacional, exigindo formação social vigente, sendo que, cada vez mais, o “retorno do espaço geográfico” se faz presente na massiva ampliação das ordens globais travestidas de globalização. Ademais, por sua vez, então, merece atenção a construção metodológicas que nos permitam definir a “região”, assim como precisa ser compreendida diante da realidade dos problemas presentes.

Como possibilidade de estudos futuros, permanecem abertas as vias para analisar como o espaço geográfico reproduz o uso do território e como ambos, nessa totalidade, dialogam com outros campos do conhecimento científico, como o econômico e o político, entres outros. Do mesmo modo, o conteúdo impõe-se pensar a técnica como tempo congelado e compreender como ela se torna normativa, não apenas no caráter analítico-descritivo, mas à luz da Teoria do Estado, uma vez que o espaço geográfico não é neutro e estático.

Inspirando-se nos escritos de Milton Santos, a concepção e noção de espaço geográfico torna-se indispensável para a compreensão da articulação entre Teoria e Método. Em termos de reflexões ativas, de forma singela, sem pretensão de esgotamento, sugere-se que o Lugar mereça atenção para além do senso comum, como imaterialidade e como epistemologia própria, distinto do materialismo instrumental da investigação científica. Sendo assim, é das dinâmicas próprias dos lugares que emerge o brotamento da política, conforme aponta a literatura, por exemplo, no clássico *O Espaço Fora do Lugar* (Silva, 1978).

REFERÊNCIAS

BENKO, Georges. **La science régionale**. Paris: Presses Universitaires de France, 1998. (Coll. Que sais-je?, n. 3355).

BERNARDES, Antonio. Milton Santos: os conceitos geográficos e suas concepções. **Formação (Online)**, Presidente Prudente, v. 27, n. 50, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/6564>. Acesso em: 13 ago. 2025.

ESPÍNDOLA, Carlos José. O legado de Milton Santos na minha trajetória acadêmica. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 26, n. 2, 2022. Disponível em: https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXVI_2/agb_xxvi_2_web/agb_xxvi_2-06.pdf. Acesso em: 8 jan. 2026.

FOSTER, John Bellamy; CLARK, Brett. In contrast to the triviality of the “polycrisis,” the consistency of the global structural crisis of capital. **Monthly Review**, New York, v. 77, n. 6, nov. 2025. Disponível em: https://monthlyreview.org/articles/mr-077-06-2025-10_0/. Acesso em: 7 jan. 2026.

FURTADO, Celso. Discontinuidades entre países: hacia una teoría de las estructuras espaciales. **El Trimestre Económico**, México, v. 36, n. 141, p. 41-52, 1969. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20856047>. Acesso em: 13 ago. 2025.

GOMES, Paulo César da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E. *et al.* (org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 49-76.

HEGEL, G. W. F. **Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Compêndio (1830)**: volume II: filosofia da natureza. Tradução de José Nogueira Machado. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

KANT, I. **Crítica da Razão Pura**. Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

KOSELLECK, Reinhart. O conceito de História. In: KOSELLECK, Reinhart; MEIER, Christian; GÜNTHER, Horst; ENGELS, Odilo. **O conceito de história**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016. p. 37-49. (Coleção História e Historiografia, 10).

LELIS, Leandro Reginaldo Maximino. Elementos epistemológicos, categorias de análise e pares dialéticos para a compreensão do espaço e do território na obra de Milton Santos. **Élisée: Revista de Geografia da UEG, Anápolis**, v. 13, n. 1, jan./dez. 2024. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/14270/10509>. Acesso em: 13 ago. 2025.

LIMA, Bruno Reikdal. Iniciação à filosofia para os não filósofos, de Louis Althusser. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 51, p. 165-168, 2020. Resenha de: ALTHUSSER, Louis. Iniciação à filosofia para os não filósofos. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

MACEDO, Fernando César. **Desenvolvimento Regional no Brasil no Século XXI**. Campina Grande: Eduepb, 2023.

MACHADO, Thiago Adriano. Da formação social em Marx à formação socioespacial em Milton Santos: uma categoria geográfica para interpretar o Brasil? **GEOgraphia**, Niterói, v. 18, n. 38, 2016. DOI: 10.22409/GEOgraphia2016.v18i38.a13774.

MAIA, Lucas. Epistemologia política em Milton Santos: a noção de Estado. **Élisée: Revista de Geografia da UEG, Anápolis**, v. 4, n. 2, p. 116-133, jul./dez. 2015. Disponível em: www.revista.ueg.br. Acesso em: 14 fev. 2026.

MOREIRA, Ruy. A geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: MOREIRA, Ruy. **Geografia: teoria e crítica: o saber posto em questão**. Rio de Janeiro: Vozes, 1978. p.43-68.

NAKAGAWA, Regiane Miranda de Oliveira. Espaço e interdisciplinaridade: o conceito de espaço na obra de Milton Santos e suas interfaces com a comunicação e a semiótica. **Intexto**, Porto Alegre, n. 37, p. 6-21, 2016. DOI: 10.19132/1807-8583201637.6-21.

PRESTES, Valdeir de Oliveira. **Circuitos espaciais produtivos e círculos de cooperação do leite no Sudoeste do Paraná**. 2024. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/264586>. Acesso em: 22 dez. 2025.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Economia espacial: críticas e alternativas**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2003 [1979].

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. O lugar: encontrando o futuro. **RUA: Revista de Urbanismo e Arquitetura**, Salvador, n. 6, 2008 [1997]. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rua/article/view/3113>. Acesso em: 26 set. 2025.

SANTOS, Milton. O papel ativo da Geografia: um manifesto. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, v. 2, n. 1, p. 1-6, 2010.

SANTOS, Milton. O retorno do território. **OSAL: Observatório Social de América Latina**, Buenos Aires, ano 6, n. 16, jun. 2005.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

SANTOS, Milton. Rêve et cauchemar: problèmes spatiaux de la transition au socialisme: le cas de la Tanzanie. **Revue Tiers Monde**, Paris, v. 19, n. 75, p. 563-572, 1978.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, p. 81-100, jun. 1977.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SARTRE, Jean-Paul. **Questão de método**. Tradução de Bento Prado Jr. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1966.

SILVA, Armando Corrêa da. **O espaço fora do lugar**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SILVEIRA, Maria Laura. Ao território usado a palavra: pensando princípios de solidariedade socioespacial. In: VIANA, Ana Luiza d'Ávila; IBAÑEZ, Nelson; ELIAS, Paulo Eduardo Mangeon (org.). **Saúde, desenvolvimento e território**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2009. p. 127-150.

SOUSA, Wesley Fernando Rodrigues de; PRESTES, Valdeir de Oliveira. Roberto Schwarz e a dialética do deslocamento na periferia do capitalismo. **Sapere Aude**, Belo Horizonte, v. 15, n. 29, p. 242-258, 2024.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **A explosão do território: falência da região?** São Paulo: [s. n.], jun. 1991. Texto apresentado à Comissão para o Desenvolvimento do Terceiro Mundo da União Geográfica Internacional.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **Conexões geográficas: um ensaio metodológico.** São Paulo: IEA/USP, ago. 1991. Texto apresentado no Instituto de Estudos Avançados.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Regionalização: tema geográfico e político: o caso paulista. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 50, p. 103-142, 2017. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1125>. Acesso em: 20 dez. 2025.




O ESTADO DEMOCRÁTICO-CAPITALISTA E A DIALÉTICA DA GEOGRAFIA ELEITORAL


*Giovanni Raimundo de Macedo*¹

¹Doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), possui graduação e mestrado em Geografia pela mesma universidade, além de licenciatura em História pela Universidade de Taubaté (UNITAU). Atualmente, atua como professor na Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

¹ Universidade Federal Fluminense, UFF, Brasil.

E-mail:
giovannidemacedo@gmail.com

Lattes iD 

ORCID: 



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Internacional *Creative Commons* Atribuição 4.0. Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Resumo

O artigo examina a proposta de Peter Taylor para a renovação da geografia eleitoral na qual o autor articula uma abordagem dialética de interpretação da geografia das votações. Essa abordagem distingue duas dinâmicas inter-relacionadas no processo político-eleitoral: a política/geografia do apoio – expressão territorial da mobilização eleitoral, dos padrões de votação e da representação política – e a política/geografia do poder – derivada dos imperativos estruturais da acumulação que orientam a ação estatal. A análise centra-se na formação do Estado Social-Democrático-Liberal (SDL), compreendido como uma síntese histórica na qual os partidos de representação procuram operar uma política congruente entre acumulação e legitimação. O sufrágio universal e o pluralismo partidário, longe de suprimirem o caráter de classe do Estado, tornam mais complexa a mediação dos conflitos interclasses (capital-trabalho) e intraclasses (frações burguesas) nas democracias capitalistas. A inteligibilidade da geografia das votações decorre de sua articulação com a divisão territorial do trabalho e o desenvolvimento geográfico desigual, dinâmicas que exprimem os interesses hegemônicos subjacentes à cena política.

Palavras-chave: Geografia do poder; geografia do apoio; política; eleições; conflitos de classe.

Abstract

The article examines Peter Taylor's proposal for the renewal of electoral geography, from which, it articulates a dialectical approach to interpreting the geography of voting. This approach distinguishes two interrelated dynamics in the political-electoral process: the politics/geography of support – the territorial expression of electoral mobilization, voting patterns, and political representation – and the politics/geography of power – derived from the structural imperatives of accumulation that guide state action. The analysis focuses on the formation of the social-democratic-liberal state (SDL), understood as a historical synthesis in which representative parties seek to pursue a policy congruent with both accumulation and legitimation. From this perspective, universal suffrage and party pluralism, far from suppressing the class character of the state, render more complex the mediation of inter-class (capital-labor) and intra-class (bourgeois fractions) conflicts in capitalist democracies. The intelligibility of the geography of voting stems from its articulation with the territorial division of labor and uneven geographical development, dynamics that express the hegemonic interests underlying the political scene.

Keywords: Geography of power. Geography of support. Politics. Election. Class conflicts.

INTRODUÇÃO

Ao longo do século XX, distintas tradições de pesquisas dedicaram-se a compreender os fatores determinantes do voto, investigando as motivações e os condicionantes econômicos, sociais, psicológicos e institucionais que estruturam as preferências político-eleitorais e a geografia do voto. Conforme as sistematizações propostas por Figueiredo (2008) e Freire (2001), o amplo acervo destas pesquisas pode ser organizado em quatro grandes linhas de investigação: 1) *modelo sociológico*, que analisa as correlações entre estrutura social e comportamento político; 2) *modelo psicológico*, que integra a influência dos grupos de pertencimento aos atributos psicológicos individuais; 3) *modelo da escolha racional e voto econômico*, cujas motivações são vinculadas aos interesses dos indivíduos e organizadas pela relação entre oferta e demanda de bens públicos; e 4) *modelo demográfico-descritivo*, que prioriza a análise de dados agregados para identificar padrões de voto e tendências do comportamento político.

No entanto, ainda que Freire (2001) reconheça que o primeiro grande trabalho de exposição de uma "ciência eleitoral" tenha sido elaborado pelo geógrafo André Siegfried²¹, a geografia eleitoral não é reconhecida como uma linha de investigação autônoma. Em sua obra, Marcus Figueiredo admite a possibilidade de constituí-la como uma eventual quinta vertente, mas opta por incorporá-la ao modelo demográfico-descritivo. Segundo o autor, "os estudos da geografia eleitoral são esparsos e não chegam a constituir um corpo teórico consolidado de explicação do comportamento político" (Figueiredo, 2008, p. 15).

Na verdade, os geógrafos têm poucas razões para nutrir ressentimentos contra sociólogos e cientistas políticos pelo tratamento marginal conferido à geografia eleitoral, pelo contrário, os impasses teórico-metodológicos da subdisciplina são amplamente reconhecidos e são objeto de tratamento no âmbito da própria geografia. Como aborda Taylor (1994, p. 215), dificilmente se poderia descrever a geografia eleitoral como uma "história de êxito". Segundo o autor, no decorrer do século XX, a subdisciplina consolidou-se por meio de um modelo de pesquisa fragmentado, que gerou um volume significativo de descobertas desconexas, incapaz de produzir generalizações sistematizadas ou de integrar os estudos em um corpo teórico unificado e coerente.

Outro problema de fundo é que o empirismo e o quantitativismo característicos da geografia eleitoral produziram, paradoxalmente, uma geografia política *despolitizada e acrítica* (Bosque, 1982). Ao tratar as eleições como objeto último de análise, como um fim em si mesmo, a geografia eleitoral passou a negligenciar os processos sociopolíticos mais amplos que influenciavam ou eram influenciados pelo processo eleitoral. Em outras palavras, embora constituísse uma subdisciplina da geografia política, a geografia eleitoral não considerava, de modo substantivo, os temas do Estado e do Poder.

É nesse sentido que Taylor (1994) conduz um debate voltado a redefinir os rumos da geografia eleitoral, questionando não apenas a fragmentação dos achados da subdisciplina, mas, sobretudo, sobre o seu caráter acrítico e despolitizado. Ao nosso ver, embora ainda insuficientemente (re)conhecida, a geografia política de Taylor (1994) oferece contribuições

²¹ O trabalho em questão foi publicado em 1913 sob o título de *Tableau politique de la France de l'Ouest sous la Troisième République*.

importantes para a construção de uma nova base teórica para a geografia eleitoral. Do mesmo modo, entendemos que seu trabalho pode aportar contribuições relevantes aos estudos eleitorais em geral, na medida em que, influenciado pela teoria política marxista, confronta as tradições pluralistas liberais e elitistas predominantes nas análises eleitorais convencionais, como aquelas representadas pelos quatro modelos de investigação sistematizados por Figueiredo (2008) e Freire (2001).

A proposta formulada pelo geógrafo Peter Taylor consiste em articular a análise da política à da economia e da sociedade, com o objetivo de desmistificar as noções predominantes na maior parte dos estudos eleitorais. Embora o autor não seja integralmente tributário da teoria marxista, constata-se a influência dessa tradição na elaboração de sua geografia política. Isso fica evidente quando contrasta as *teorias do Estado capitalista*, de inspiração marxista, com as *teorias do Estado no capitalismo*, vistas como reminiscência liberal-conservadora e como “descrições relativamente superficiais das funções do Estado” (Taylor, 1994, p. 166). Desse modo, o caráter de classe do Estado, preceito fundamental da teoria política marxista, diferencia sua abordagem das correntes pluralistas e institucionalistas, e constitui elemento central na formulação da geografia política-eleitoral.

O propósito deste trabalho é apresentar uma interpretação do modelo teórico formulado por Peter Taylor, bem como examinar a estrutura de funcionamento do processo eleitoral em um tipo específico de Estado, aqui designado como Estado Social-Democrático Liberal (SDL). Em sua abordagem, Taylor (1994) identifica a coexistência de duas dinâmicas inter-relacionadas para o entendimento da *geografia das votações*: a política/geografia do apoio eleitoral e a política/geografia do poder, cuja articulação é fundamental para compreender a democracia eleitoral em sociedades capitalistas.

ESTADO CAPITALISTA E FORMA DEMOCRÁTICA

Na conceituação marxiana, o Estado não pode ser “neutro”, à maneira pluralista²², nem “independente”, conforme sustentam os institucionalistas²³. Para Marx e Engels (2008), a função primordial do Estado é organizar e garantir a dominação de classe, atuando como centro do poder político da classe dominante. Embora abrangente, a concepção marxiana permite identificar a função geral do Estado – moderar e preservar a dominação de classe –, bem como evidenciar a necessária correspondência entre formas políticas historicamente assumidas e os tipos de relações de produção (Saes, 1998). Se o Estado antigo constituía a estrutura da dominação dos

²² Para os pluralistas, o Estado é o lugar na qual operam centros de poder ou agregados de grupos de interesses, sendo que nenhum deles é de fato soberano. A perspectiva parte do pressuposto de que, nas democracias, há uma composição de interesses sobrepostos, de modo que nenhuma classe social é capaz de dominar o Estado (Miliband, 1972, p. 13). Em outras palavras, o “Estado está livre”. A condução estatal, o atendimento aos grupos e até mesmo o seu reagrupamento variam conforme o governo e o partido incumbente. São as demandas-apoios dos grupos de interesse, mediados pelas elites políticas que especificam as tomadas de decisão (Dahl, 1988).

²³ De modo geral, as correntes institucionalistas concebem o Estado como um “ator independente”, orientado por uma lógica interna e não como o resultado direto das forças sociais em conflito (Godin, 2003). Conforme Skocpol (1985, p. 83), o Estado é mais do que um simples “foro no qual grupos sociais formulam demandas, travam lutas políticas ou estabelecem acordos”. Assim, é a partir de seus parâmetros intrínsecos de funcionamento que se define a natureza das políticas públicas. Desse modo, não há submissão condicional do Estado aos interesses socialmente localizados. Ao contrário, como expressão do “isolamento” da burocracia, o Estado emerge como uma variável política autônoma, capaz de formular e perseguir objetivos próprios.

proprietários de escravos e o Estado feudal o poder da nobreza sobre os servos, no capitalismo, o Estado não pode reproduzir mecanicamente as velhas formas (Engels, 2019, p. 213). Apenas uma estrutura jurídico-política historicamente determinada articula a unidade estrutural que organiza e põe em funcionamento as formas específicas que garantem a reprodução das relações de produção.

Nesse sentido, ao modo de Lenin (2017), o Estado é uma “ditadura” que organiza a dominação exclusiva de uma classe. No entanto, como instituição, pode assumir diferentes formas de organização: ditatoriais ou democráticas. Importa destacar que a adoção de uma configuração democrática não altera a propriedade fundamental do Estado: seu caráter de classe. Como demonstra Saes (1987), a forma democrática emerge quando, além da burocracia, existe um órgão de representação da classe exploradora com capacidade de participar na implementação das políticas públicas.

Ocorre que, nas sociedades democráticas capitalistas, os indivíduos de todas as classes sociais têm seus direitos políticos formalmente assegurados. Trata-se de uma forma estatal particular, especialmente quando comparada aos Estados pré-capitalistas, cuja estrutura jurídica era explícita e funcionalmente adequada ao tratamento desigual aos desiguais. Neste caso, a questão central consiste em compreender os mecanismos pelos quais esse processo de diferenciação se efetiva.

Conforme Marx (2017), toda Economia relaciona o produtor direto, os meios de produção e a matéria-prima a ser trabalhada. A conversão desses meios em propriedade privada constitui a base para o estabelecimento de uma economia da sociedade de classes. Essa definição, contudo, não distingue os modos de produção pré-capitalistas e o modo de produção capitalista. Marx a identifica nos vínculos entre propriedade jurídica e posse efetiva dos meios de produção. Nos modos pré-capitalistas, essas relações não são homogêneas: o proprietário detém a posse jurídica, mas não controla diretamente o processo produtivo, sob direção do produtor direto. Nessas condições, a extração do mais-trabalho depende de formas de coerção extraeconômica – política, jurídica, militar. A forma específica pela qual o mais-trabalho não pago é extraído do trabalhador, que define a relação de dominação. Quando tal extração ocorre por meio de coerção extraeconômica das classes proprietárias, não se reconhece ao produtor direto qualquer esfera da vontade ou cidadania. Assim, os Estados pré-capitalistas configuram-se como instituições “particularistas”, sustentadas por um regime jurídico desigual, que exclui de seus processos internos a classe explorada (Boito Jr., 2007, p. 70).

No modo de produção capitalista, verifica-se uma homologia entre a propriedade jurídica e a posse efetiva dos meios de produção (Poulantzas, 2019). A separação na propriedade corresponde à separação na apropriação real: os produtores diretos, privados dos meios de produção, convertem-se em vendedores da força de trabalho em troca de um salário. Para que a acumulação capitalista se desenvolva de modo compatível com a dinâmica de compra e venda da mercadoria-força de trabalho, as relações sociais de produção devem abandonar mecanismos de coerção extraeconômica e assumir uma forma puramente “econômica” – um contrato, uma “troca entre iguais”. A dominação capitalista exerce-se sem coerção direta do capital, pois o trabalhador se apresenta “voluntariamente” ao mercado e troca sua mercadoria por dinheiro a fim de assegurar suas condições materiais de existência. Portanto, o Estado capitalista é aquele que proclama a igualdade entre os indivíduos e suas instituições burocráticas e representativas podem ser formalmente abertas a todas as classes sociais. Em resumo, os aparelhos do Estado

capitalista (executivo, legislativo, judiciário, forças armadas) podem acolher representantes de todas as classes sociais.

Contudo, embora as instituições representativas da sociedade capitalista apresentem composições heterogêneas, seus funcionamentos não articulam os interesses de toda a sociedade. Essas instituições operam como órgãos de representação da classe dominante, desde que, como demonstra Poulantzas (2019), se estabeleça a distinção entre interesses políticos e interesses econômicos. Ou seja, ainda que incorporem a participação de diferentes classes e acolham reivindicações econômicas dos trabalhadores, tais instituições jamais questionam as condições que garantem a reprodução das relações sociais de produção: o capital, a propriedade privada, a divisão do trabalho. Por esta razão, mesmo em sua forma democrática e dispondo de uma burocracia profissional aberta a todas as classes, o Estado permanece sendo o Estado da classe dominante, garantindo os interesses “políticos” da burguesia e a continuidade da dinâmica do capital.

ESTADO CAPITALISTA: ACUMULAÇÃO E LEGITIMAÇÃO

À luz do exposto, é possível avançar com duas observações centrais acerca do Estado capitalista. Em primeiro lugar, atua como representante máximo em garantir as condições necessárias ao funcionamento e à reprodução do modo de produção capitalista. Em segundo, está formalmente aberto à participação de indivíduos de todas as classes sociais. Dessa forma, enquanto “fator de manutenção e coesão da unidade estrutural de uma Formação Social” (Poulantzas, 2019, p. 56), o Estado possui papéis globais a cumprir: função técnico-econômica, função ideológica e funções sociais, indispensáveis para assegurar a continuidade do sistema.

A formulação de Poulantzas (2019) permite articulação com autores vinculados à escola marxista alemã, para os quais o Estado democrático no capitalismo empenha-se em reconciliar dois requisitos para funcionar segundo os parâmetros capitalistas: 1) oferecer as condições para acumulação do capital; e 2) manter a legitimação do sistema (O’Connor, 1977; Taylor, 1994).

Se, na forma ditatorial, cabe, exclusivamente, à burocracia definir e implementar as políticas públicas que atendem a esses requisitos, no regime democrático, essa responsabilidade é compartilhada entre a burocracia estatal e as instituições de representação política²⁴, das quais participa toda a sociedade por meio dos mecanismos eleitorais.

Segundo Offe (1984, p. 123-125), o Estado capitalista constitui “uma forma institucional do poder público em sua relação com a produção material”, caracterizada por quatro elementos que regulam as relações de classe e asseguram a proteção dos “interesses gerais” no interior da sociedade: a) *privatização da produção*: o Estado opera segundo critérios próprios e formalismos jurídicos que limitam a participação do poder público na organização da produção material, reconhecida como atribuição da propriedade privada; b) *dependência dos impostos*: o poder público depende, através de mecanismos do sistema tributário, do volume da acumulação privada para compor o orçamento estatal; c) *acumulação como ponto de referência*: sendo dependente do processo

²⁴ Segundo Saes (1998, p. 47), no Estado capitalista, a burocracia aberta a indivíduos provenientes de todas as classes constitui o mecanismo fundamental de criação da “representação popular”. Contudo, a depender do contexto histórico, como no caso da emergência do regime democrático, surgem variantes dessa representação, a “propriamente política”, que compartilha com a burocracia a responsabilidade pelo ordenamento das políticas públicas.

de acumulação, o Estado precisa assegurar condições favoráveis ao desenvolvimento econômico, assumindo despesas em benefício do capital, especialmente em investimentos de altos riscos à iniciativa privada, como a implantação de grandes infraestruturas e pesquisas científicas; d) *legitimação democrática*: representantes políticos e partidos só podem controlar o poder estatal mediante apoio político-eleitoral. Para direcionar os requisitos do processo de acumulação, torna-se necessário o ato de mobilização, que impõe a necessidade de legitimação perante as massas. Essa legitimação é operacionalizada pelo atendimento de demandas das classes trabalhadoras, sejam estas provenientes do “estômago ou da imaginação”.

O'Connor (1977) demonstra que, para cumprir a dupla função de acumulação e legitimação, os gastos estatais dividem-se entre *capital social* e *despesas sociais*. O primeiro estimula o processo de acumulação; o segundo garante a “harmonia social” e abrange áreas como saúde, educação e habitação. São barreiras nem sempre claras, justamente porque o sistema funciona dentro da lógica do capital. Como aponta o autor, pelo caráter contraditório do Estado capitalista, “quase todas as agências estatais ficam envolvidas nas funções de acumulação e de legitimação, e quase todas as despesas públicas têm esse caráter duplo” (O'Connor, 1977, p. 20). A construção de rodovias ou de habitações populares pode, para o capital privado, funcionar como subsídio à circulação de mercadorias e ao setor automobilístico, ou como estímulo à construção civil e aos ramos fornecedores de insumos. Para os trabalhadores, porém, o mesmo gasto pode sugerir que o governo se ocupa com o bem-estar geral e a geração de emprego. Nesse sentido, o Estado procura agir de modo a assegurar que cada cidadão seja integrado nas relações de troca (Offe, 1984, p. 125).

Entretanto, o que aparenta constituir um processo linear é, na realidade, atravessado por contradições estruturais. Identificam-se dois conflitos fundamentais no esforço estatal de mediar os imperativos da acumulação e da legitimação. O primeiro é o conflito capital-trabalho, ou *conflito interclassista* (Taylor, 1994). De um lado, agrupam-se interesses do capital na criação de condições que favoreçam o desenvolvimento da produção e a ampliação dos lucros privados. Para isso, o Estado é compelido a direcionar subsídios à produção e, em certas conjunturas, adotar medidas que restrinjam a capacidade organizativa dos trabalhadores, como políticas antissindicais, reformas da legislação trabalhista ou congelamentos salariais. De outro lado, sobretudo no âmbito das democracias, onde os produtores diretos constituem a maioria do eleitorado, emergem reivindicações da classe trabalhadora voltadas à elevação dos gastos sociais e à melhoria das condições gerais de trabalho.

Administrar de modo realista os determinantes dos conflitos torna-se central para compreender o Estado capitalista. Esta é uma das principais preocupações de sua burocracia e representação política, empenhadas em adequar os parâmetros da acumulação e legitimação. Um Estado/Governo com dificuldades em ajustar satisfatoriamente as relações de exploração e o fomento da produção perde legitimidade, abalando sua base de lealdades e apoios (O'Connor, 1977), desencadeando crises econômicas (acumulação) e crises políticas (legitimação). Para evitá-las, o Estado “deve assegurar que a força de trabalho seja empregável e empregada no mercado” (Carnoy, 2004, p. 174) e que os ganhos salariais sejam compatíveis com os custos de reprodução da força de trabalho. Simultaneamente, deve garantir que as taxas de lucro possam ser “suficientemente altas para promover investimentos e a expansão econômica crescente” (Carnoy, 2004, p. 174). Em outras palavras, o Estado deve buscar um ambiente seguro para evitar possíveis

“greves de investimento”, que podem atravancar a própria acumulação e prejudicar sua política de legitimação.

A segunda contradição manifesta-se no interior do próprio capital: o *conflito intraclasse*. A burguesia não constitui um bloco monolítico e seus conflitos originam-se na natureza concorrencial da acumulação capitalista. Mesmo quando o Estado intervém para administrar o conflito capital-trabalho, as medidas destinadas a fomentar o processo de acumulação encontram limites. As políticas econômicas não podem beneficiar de maneira homogênea ou com a mesma prioridade todas as frações do capital. Como demonstrado na abordagem de Poulantzas (2019), embora o Estado capitalista organize a dominação política da burguesia, isso não impede disputas no interior do *bloco no poder* entre frações dominantes interessadas em ampliar os benefícios econômicos derivados das políticas estatais²⁵. O fato é que, dentro do curso do desenvolvimento capitalista em seu conjunto, tanto a burocracia estatal quanto os governos eleitos procuram responder tanto às condições conjunturais quanto ao gerenciamento da economia: política cambial, fiscal, de juros, política externa etc., favorecendo ou prejudicando, em maior ou menor medida, determinadas frações do capital.

Portanto, em virtude de sua estrutura, o Estado capitalista aparenta atuar acima dos conflitos interclasse e intraclasse, mantendo a dinâmica de reprodução do capital. E, em certa medida, como assinalam as correntes institucionalistas e pluralistas, é composto por um aparato de burocratas, técnicos e políticos profissionais que, diante de conjunturas econômicas específicas, têm a capacidade de formular estratégias de desenvolvimento adequadas a cada contexto, inclusive impondo perdas econômicas às frações da classe dominante.

É nesse cenário que o Estado se apresenta como um mediador autônomo e independente, colocado acima das lutas endêmicas da sociedade. No entanto, essa autonomia é relativa. Para que as estratégias de desenvolvimento capitalista sejam viáveis e ancoradas na realidade material, elas precisam, obrigatoriamente, considerar fatores como: a correlação de forças entre as diferentes frações do capital, a conjuntura objetiva do capitalismo (em escala nacional ou global), a dinâmica da luta de classes entre capital e trabalho, e as demandas oriundas da classe trabalhadora.

A burocracia estatal e a representação política possuem interesse na manutenção da estabilidade do sistema. Contudo, seu campo de ação é condicionado pelos conflitos de classe e, por isso, sujeito às limitações e dinâmicas próprias do Estado capitalista, inclusive àquelas que lançam classes e frações de classes dominantes em disputas no interior dos aparelhos do Estado. Por meio de seus representantes e porta-vozes, essas frações articulam-se politicamente para influenciar as decisões estatais, por isso mesmo não há razão para supor que tais frações estejam excluídas do processo eleitoral. Como demonstra Marx, em *As lutas de classes na França*, a formação da república e a ampliação do sufrágio universal consolidaram “o domínio da burguesia, permitindo que todas as classes proprietárias ingressassem [...] na esfera do poder político” (Marx, 2012, p. 34).

²⁵ O fracionamento de classe é ao mesmo tempo um fenômeno político e econômico, na medida que, numa determinada conjuntura, uma fração da burguesia diferenciada no plano econômico, se organizou em torno de uma plataforma de reivindicações políticas específicas. Portanto, há várias possibilidades de constituição, emergência, desaparecimento e cruzamento de diferentes fracionamentos (Farias, 2009, p. 81).

O ESTADO SOCIAL-DEMOCRÁTICO-LIBERAL

Para a compreensão de uma nova base teórica para a geografia eleitoral, Peter Taylor parte da contextualização de um novo modelo de Estado capitalista: o Social-Democrático-Liberal (SDL). Este modelo de Estado surge no centro do capitalismo mundial em meados do século XX e, ao contrário das concepções pregadas pelos liberais, não se trata de uma evolução natural do processo político instituído pelo liberalismo nos períodos anteriores (Taylor, 1994, p. 233). Na realidade, o início do processo de democratização do Estado é marcado por uma fase dos “liberais contra a democracia”, a verdadeira antítese da democracia burguesa.

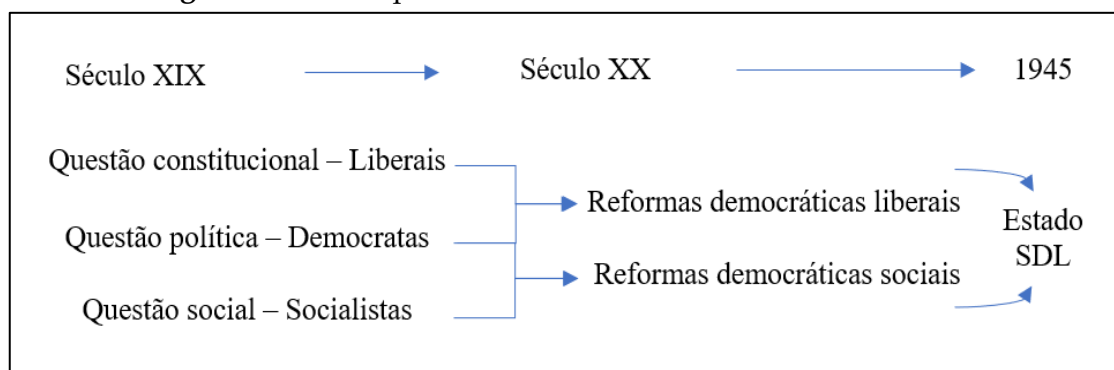
Conforme aborda Losurdo (2004), os liberais defrontavam-se com o dilema decorrente de suas lutas contra o Ancien Régime. Se, por um lado o triunfo sobre a aristocracia lhes era benéfico, por outro, gerava o temor de que um regime democrático aberto às massas populares resultasse numa “tirania da maioria”, isto é, da mobilização dos produtores diretos contra a propriedade privada. A adoção do voto censitário constituiu a resposta a esse impasse ao restringir o acesso da classe trabalhadora aos direitos políticos. Essa estratégia, contudo, instaurava uma contradição na sociedade burguesa e uma encruzilhada ideológica em relação aos princípios de “*liberté, égalité, fraternité*”. Como assinala Saes (1987, p. 52), se “os membros de todas as classes sociais, exploradoras e exploradas, são declarados cidadãos no plano civil” torna-se inviável “para o Estado burguês, declarar politicamente cidadãos apenas uma parte daqueles que já o são no plano civil”.

Ademais, os argumentos evolucionistas da democracia liberal como fruto natural do progresso político esbarram na materialidade histórica. No início do século XX, diversas democracias constituíram-se em regimes ditatoriais, muitas delas instituídas pelas insuficiências das experiências liberais e como medidas emergenciais contra o “perigo vermelho”. Os fascismos na Itália e Alemanha, bem como as ditaduras de Salazar e Franco, em Portugal e Espanha, ilustram essa ruptura com a noção de um desenvolvimento linear do modelo liberal. Esse aspecto guarda similaridade com o caso brasileiro: após a instituição de um governo republicano de caráter democrático-liberal até o início dos anos 1930, o país experimentou alternâncias entre ditaduras e democracia (1945-1964) até a consolidação, em 1988, de uma nova forma democrática.

Em termos históricos, o fenômeno Social-Democrático-Liberal é algo relativamente recente e sua conformação em cada país decorre das contradições internas e das peculiaridades de cada formação social. De modo abstrato, Taylor identifica três principais conflitos fundamentais para a consolidação de um Estado SDL: 1) a “questão constitucional” pleiteada pelos liberais contra o Estado absolutista em defesa de um sistema de controle e equilíbrio constitucionais; 2) a “questão política” defendida pelos democratas, que postulavam o acesso de toda população às decisões do Estado e; 3) a “questão social”, abordada pelos movimentos trabalhistas e socialistas, que demandavam soluções para a pobreza e a distribuição de renda (Taylor, 1994, p. 232-233).

Esse conjunto de questões, representando as disputas e embates político-sociais travados, resultou, sobretudo após as guerras mundiais, na constituição de um Estado SDL, assimilado de forma singular por cada formação social. Ainda assim, pode-se identificar componentes comuns aos países que adotaram o modelo: sufrágio universal como forma de definir a representação política, sistema partidário pluralista, garantia de liberdades políticas, a construção de consensos e uma certa obrigatoriedade do Estado em promover políticas de bem-estar social.

Figura 1 - As três questões e o Estado social-democrático-liberal



Fonte: Peter Taylor (1994). Adaptado pelo autor.

O novo tipo de Estado capitalista opera uma nova dinâmica no momento de definir representantes que irão administrar os aparelhos estatais. Trata-se da síntese de um processo dialético desenvolvido nas contradições e lutas no interior de uma sociedade de classes, cujas classes dominadas conquistaram direitos políticos. Poderíamos dizer, como Décio Saes (1998, p. 161), a democracia burguesa é “o resultado *deformado* de um processo de luta” que não corresponde às intenções iniciais da burguesia (como vimos acima) e nem do proletariado na medida em que se instaura uma democracia limitada pela própria lógica “representativa”.

Com a ampliação dos direitos de voto, os antigos partidos de notáveis, que no regime censitário davam ênfase às disputas entre as frações das classes dominantes, fundem-se aos partidos de massa que se encontravam em crescimento com a emergente organização da classe trabalhadora. Uma contradição interna ao regime democrático liberal que dará origem às novas organizações partidárias: os “partidos de representação” (Offe, 1984; Taylor, 1994). Neste sentido, o sistema político, como um todo, deverá estabelecer políticas congruentes entre acumulação e legitimação, sendo que a hegemonia de um partido em um determinado território passará pela resolução, ainda que temporária, dos conflitos principais inseridos na sociedade: os conflitos intraclasse (capital fracionado) e os conflitos interclasse (capital-trabalho).

Figura 2 - A dialética da política eleitoral



Fonte: Peter Taylor (1994). Adaptado pelo autor.

Daí a necessidade de considerar a dupla articulação que os partidos desempenham no processo político: a *organização e a mobilização*. De um lado, cabe-lhes organizar o Estado em favor do atendimento dos programas da acumulação capitalista, o interesse prioritário das classes dominantes, de onde advém o conflito intraclasse; de outro, mobilizar a população no interior do regime democrático, concedendo a determinadas demandas e construindo uma “educação do voto”. Sob ponto de vista do Estado capitalista, as atividades desempenhadas pelos partidos são úteis na medida em que têm a função de organizar a política de Estado e mobilizar a população nessa direção. Além disso, em um sistema partidário competitivo, os grupos de oposição são percebidos como uma alternativa ao Governo, e não uma ameaça ao Estado.

Não é difícil de imaginar que a chefatura do governo não é algo tão aberto a qualquer candidato, nem algo ao qual qualquer pessoa possa aspirar. Trata-se de um processo cuidadosamente controlado, cuja condução é atribuída aos partidos de representação. Tendo em vista a diversidade de posições políticas e os conflitos existentes no interior da sociedade capitalista, os partidos de representação funcionam dentro da conveniência do mercado político. Segundo Offe (1984, p. 363), esta dinâmica exige “a maximização dos votos através do apelo ao maior número possível de eleitores e, em consequência, a minimização dos elementos programáticos que podem criar antagonismos dentro do eleitorado”. Em outras palavras, o sistema partidário atua de modo a simplificar, ao extremo, as alternativas e os partidos funcionam para domesticar conflitos que possam constituir ameaça ao Estado, ao mesmo tempo que impõe limites ao conteúdo da agenda, principalmente advindos do conflito capital-trabalho, que possam ser prejudiciais à acumulação capitalista como um todo (Taylor, 1994, p. 239).

É neste sentido que podemos afirmar que, ideologicamente, a constituição do sufrágio universal também contribui para a falsa ideia que, no Estado SDL, “todo o poder emana do povo”²⁶, que a participação ampla de todos os cidadãos, bem como a atuação dos partidos de representação estariam orientadas para o interesse geral. Essa confusão é comum na interpretação da democracia representativa e omite que o Estado SDL, embora modifique a forma inicial da democracia liberal, permanece um Estado capitalista, cujos interesses estão voltados para a manutenção da hegemonia política e econômica das classes proprietárias.

Para concluir, no Estado SDL, há um sistema político que precisa operar a legitimação do próprio modelo de Estado, mobilizar a população em torno do ideal democrático e operacionalizar políticas de bem-estar social, elementos que, doravante, vinculam-se à *política do apoio*. Mas não apenas isso: o sistema partidário de um Estado capitalista apresenta interesses das classes e frações dominantes, devendo lograr a organização da economia e incentivar o processo de acumulação: a *política do poder*. Como podemos observar, no Estado SDL, um partido pode até enfatizar, em maior ou menor grau, essas duas políticas, mas não pode realizar somente uma delas. Uma vez no poder, ou na formulação de estratégias para conquistá-lo, precisa efetivar um determinado atendimento das duas políticas: a *política congruente*, condição necessária para obter sucesso eleitoral e assegurar a manutenção do poder. Como aponta Taylor (1994, p. 242), “a política do poder vem em primeiro lugar”, pois o processo de acumulação é o motor principal do sistema capitalista. Isso nos conduz à seguinte conclusão: mesmo quando políticas públicas são direcionadas ao conjunto/parte da sociedade, tal fato revela o funcionamento correlacionado da política de apoio com a política do poder. Nesse caso, toda política beneficiará uma fração dos

²⁶ Artigo 1º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

interesses dominantes, a qual pode realizar concessões e apoiar as ações do governo (ou partidos) para atrair eleitores e assegurar a continuidade do tipo de política econômica que a favorece.

A GEOGRAFIA DO APOIO

Como demonstrado, dois processos orientam o processo eleitoral nas sociedades capitalistas. Por um lado, há uma dinâmica conhecida e visível denominada política do apoio, cuja expressão territorial deriva na *geografia do apoio*. É fato que, no sistema democrático, nenhum partido ou candidato pode adentrar ao aparelho estatal e governar se não vencer as eleições. Para isso, é necessário realizar o ato de mobilização, no qual, em várias escalas geográficas, a população, mediante a agitação partidária, compromete-se com o processo de seleção do “pessoal” do Estado.

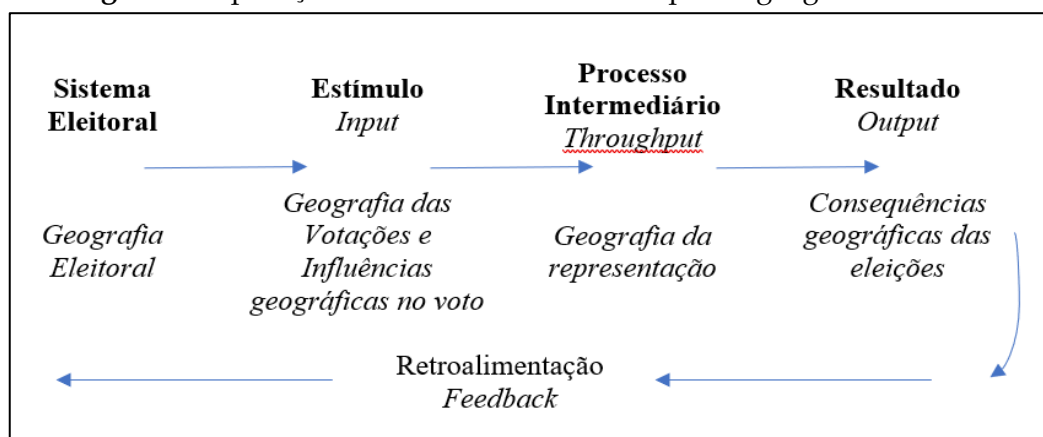
Neste contexto, Taylor (1994), buscando superar o caráter desarticulado da geografia eleitoral, expõe o funcionamento do modelo sistêmico baseado na teoria do sistema político de Easton (1965), reduzido a quatro elementos para a geografia eleitoral: 1) estímulo (*input*); 2) processo intermediário (*throughput*); 3) resultado (*output*); e 4) retroalimentação (*feedback*). Estes elementos estariam restritos à conformação da geografia de apoio, que é a própria lógica geográfica e aparente da cena política, buscando atender às três principais vertentes que compõem as investigações da geografia eleitoral: *i) geografia das votações* - mapeamento dos resultados eleitorais e análise dos padrões espaciais de votação a partir da correlação de variáveis socioeconômicas; *ii) as influências geográficas no comportamento do voto* - o contexto espacial e a interação social que precedem a decisão do voto: fluxos de informação, distribuição da população, efeitos de campanha, efeitos de proteção local e as características socioeconômicas; *iii) geografia da representação política* - aborda os aspectos espaciais da representação e organização das eleições, evidenciando as estratégias dos partidos e candidatos no processo eleitoral e durante o exercício do mandato, como também o processo de disputas territoriais, campanhas e distribuição de recursos para as localidades representadas (Johnston; Taylor, 2015, p. 21-23).

A geografia das votações e as influências geográficas no voto constituiriam o estímulo ao sistema (*input*), correspondendo, na proposta original de David Easton, aos apoios (*support*), às demandas (*demands*) e às instituições partidárias (*gatekeepers*), como o processo de entrada (estímulo) do sistema. A geografia da representação converte-se no processo intermediário (*throughput*), momento das tomadas de decisões e ações políticas dos representantes. Os efeitos geográficos dessas ações conformam o *output* do sistema. Finalmente, a “retroalimentação” (*feedback*), a parte complementar do processo, é a reconsideração dos atos políticos durante o exercício do poder, isto é, quando se mobilizam as campanhas eleitorais e a população (re)avalia as ações realizadas e as novas candidaturas para o próximo mandato.

Em termos práticos, o modelo sistêmico mostra que as eleições constituem uma representatividade da população assentada geograficamente, um contorno territorial da competição partidária (*input*). Desta maneira, partidos e representantes políticos atuam para beneficiar as localidades onde obtiveram mais votos ou foram eleitos, justamente porque para isso o foram, ou visam renovar e ampliar esses votos para eleições futuras (*throughput*). Um exemplo além da ação do poder executivo é a atuação do corpo legislativo (vereadores, deputados estaduais e federais), que, geralmente, conta com maior apoio em determinada localidade. Além

de legislar, os parlamentares pressionam o poder executivo em benefício dos territórios que representam. Na mesma medida, utilizam os dispositivos das câmaras legislativas de forma a justificar sua eleição. Um bom exemplo são as “emendas parlamentares”, cuja atribuição é direcionar recursos para as áreas nas quais os agentes políticos assumiram compromissos durante a campanha.

Figura 3 - Aplicação de um modelo sistêmico para a geografia eleitoral



Fonte: Peter Taylor (1994). Adaptado pelo autor.

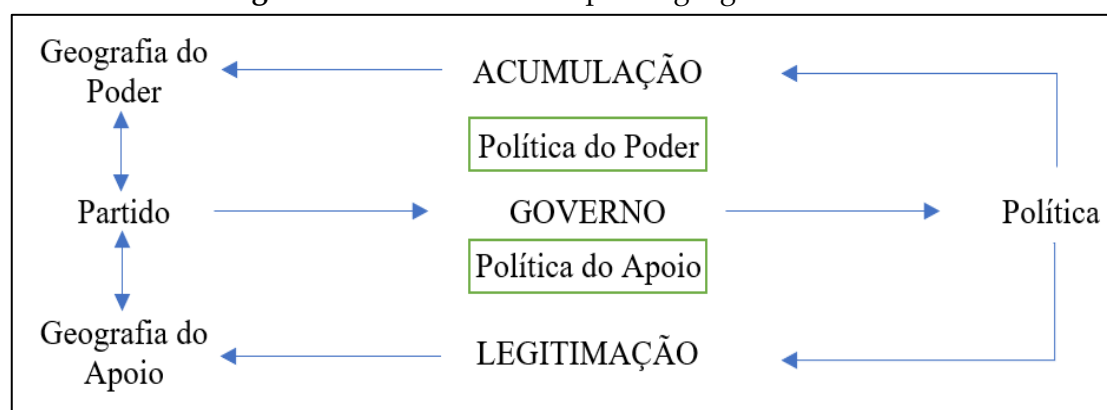
Da mesma forma, o corpo legislativo procura atuar em Comissões Parlamentares de maior interesse para as populações que representam, incluindo as discussões referentes a interesses locais, estaduais ou regionais. Essas ações, terão consequências geográficas (*output*), investimentos em saúde, projetos de desenvolvimento local/regional, infraestrutura, cultura e esporte, promovidos por parlamentares em seus estados e municípios. Por isso, produzem dividendos eleitorais que, em geral, são reinseridos no jogo político durante as campanhas eleitorais subsequentes (*feedback*), influenciando, inclusive, a arregimentação de alianças partidárias tanto para eleições parlamentares quanto as destinadas ao poder executivo.

A GEOGRAFIA DO PODER

Os componentes do comportamento eleitoral realizam seus efeitos e são fatores essenciais para explicar a distribuição geográfica do voto. Contudo, além dos pressupostos assumidos por parte das pesquisas da geografia eleitoral, Taylor (1994) aponta a existência de outra dinâmica em funcionamento, que deve ser analisada para compreender o contexto das eleições. Se, por um lado, a geografia do apoio é imprescindível para explicar as disputas eleitorais, por outro, há também a “geografia do poder”, derivada do processo de acumulação e objetivando o aparato do Estado, a fim de promover políticas que beneficiem a produção territorialmente localizada, tanto no interior das fronteiras nacionais quanto em sua relação com a economia-mundo e os interesses internacionais.

Na Figura 4, há uma síntese do modelo de Peter Taylor para a geografia eleitoral em contraposição ao modelo sistêmico anterior, baseado em David Easton.

Figura 4 - Modelo revisado para a geografia eleitoral



Fonte: Peter Taylor (1994). Elaborado pelo autor.

No modelo revisado, acrescenta-se a perspectiva da política do poder/geografia do poder e as ligações necessárias entre o sistema partidário/governo e o fomento do processo de acumulação. Observa-se, porém, que o modelo sistêmico (Figura 3) não é anulado na política/geografia do apoio: ele permanece operando, desde que se reconheçam, em paralelo, os interesses reais que sustentam o regime democrático. Portanto, não se trata de partidos políticos indiferentes ao modo de produção e ao conflito instaurado entre as classes dominantes pela redistribuição da mais-valia total, tampouco de simples “cidadãos-indivíduos-políticos” em relações interindividuais de poder. Trata-se de disputas que, em cada parte do território, buscam selecionar os partidos que melhor representem os interesses hegemônicos.

A problemática levantada por Peter Taylor decorre da necessidade de desmistificar a prática democrática na sociedade burguesa, sobretudo após o advento do Estado SDL e dos partidos de representação, que, com a consolidação do sufrágio universal, substituíram as antigas facções parlamentares que expressavam os interesses particulares da classe dominante, como os tradicionais partidos agrários, liberais ou conservadores. Ao analisar as elaborações dos estudos eleitorais contemporâneos, o autor salienta: “subitamente, os conflitos desapareceram, a história foi esquecida, e os partidos não passam de instrumentos para transmitir as preferências do eleitor e do candidato” (Taylor, 1994, p. 226-227).

Embora sem referência explícita a Marx ou a Poulantzas, que trataram diretamente da cena política na sociedade burguesa, Peter Taylor sugere, com a política do poder, expor aquilo que a estrutura do Estado capitalista oculta: que os partidos, ao menos os competitivos, representam os interesses primordiais da classe capitalista (Taylor, 1994). No *Dezoito de Brumário de Luís Bonaparte*, Marx (2011) já havia indicado que os conflitos entre as correntes políticas são confrontos que omitem (e, ao mesmo tempo, anunciam) os interesses de classe diante do Estado. As pretensas diferenças que moviam “legitimistas” e “orleanistas” pareciam fundadas nos valores que cada grupo professava. Porém, o que sustentava o conflito entre as frações não eram “os seus assim chamados princípios, mas as suas condições materiais de existência, dois tipos diferentes de propriedade, [...] a antiga contraposição de cidade e campo, a rivalidade entre o capital e a propriedade fundiária” (Marx, 2011, p. 60).

Assim, o espaço onde se degladiam os partidos deve ser compreendido como o espaço “onde transitam e se mistificam interesses de classes nem sempre confessados” (Codato, 2011, p. 41). Como indica Boito Jr. (2007, p. 139), a cena política em Marx é como uma “superestrutura”

dos conflitos de classes, estas que “formam aquilo que poderíamos denominar a base socioeconômica da cena política”. Por isso, as disputas entre os partidos ou entre “elites políticas”, seja no interior dos aparelhos de Estado, como nas disputas eleitorais, devem ser vistas dentro de um contexto que unifique a cena política aos interesses sociais e econômicos presentes na sociedade.

Portanto, se a eleição é um processo que tem por objetivo determinar os grupos que irão controlar os aparelhos de Estado, sobre ela não é compatível uma análise que exclua a classe capitalista e a sua influência sobre o sistema político. Até porque, embora no regime democrático burguês as liberdades políticas e a organização partidária sejam formalmente um direito de todos os cidadãos, essas não são usufruídas da mesma forma por todas as classes sociais. Lênin já indicava, em *Como iludir o povo...*, que existe uma distribuição desigual de recursos políticos pela sociedade - dinheiro, meios de comunicação, educação, etc., - determinada pela desigualdade estrutural inerente ao sistema capitalista. Isso permite que a classe burguesa faça um uso mais intensivo dessas liberdades, uma vez que o poder econômico lhe garante maior acesso à organização da máquina partidária, à propaganda, à formação da opinião pública e à influência sobre as decisões governamentais (Saes, 1987).

O fato é que, no Estado capitalista, a concorrência entre os capitais tende a ganhar impulso em direção à esfera política, já que as frações da classe dominante, embora possuam interesses comuns de longo prazo (como a manutenção da propriedade privada e das condições de exploração da força de trabalho), também apresentam interesses específicos e conflitantes no médio e no curto prazos - o conflito intraclasse. Pela impossibilidade de o Estado/Governo atender a todas as demandas de forma prioritária ou na mesma medida, essas frações disputam o poder a fim de projetar seus interesses sobre as ações estatais. Isso indica que, nas eleições, na composição do governo e no ato de administração, essas classes e frações se ajustam aos partidos, buscando, conforme o caso, preservar sua posição por meio do apoio ao partido incumbente ou apoiar partidos de oposição capazes de atender prioritariamente aos seus interesses.

Portanto, o que se constrói na democracia burguesa não é apenas uma “geografia do apoio” popular, uma geografia do voto, mas também uma “geografia do poder”. As atividades produtivas, pelas próprias condições espaciais - naturais e socialmente construídas -, não se realizam da mesma forma em todo o território, nem se localizam nos mesmos lugares, o que indica a dispersão, a especialização e a hegemonia de determinados sistemas produtivos em algumas regiões em detrimento de outras. O processo eleitoral não pode ser pensado fora do contexto de uma formação socioespacial, seja nacional, seja regional, seja local. Se as formações socioespaciais constituem unidades globais com graus específicos de desenvolvimento, relações de poder e sociabilidade (Moreira, 2018), isso revela que, nas disputas políticas, coexistem classes e frações de classe; logo, também frações hegemônicas que utilizam seu poder em cada parte componente do território para instituir as melhores condições ao sistema acumulativo o qual estão integradas. Por isso, ao menos em Geografia, a análise eleitoral não pode prescindir da análise da divisão territorial do trabalho e do desenvolvimento geográfico desigual, uma vez que ambos expressam a própria geografia das relações e dos conflitos de classes, sejam eles intraclasse (frações burguesas) ou interclasse (capital-trabalho), como nas tradicionais oposições *campo-cidade ou centro-periferia* (Lipset; Rokkan, 2001) que, em termos geográficos, podem indicar o fenômeno da divisão regional dos votos.

Os conflitos indicados por Marx entre “legitimistas” e “orleanistas” durante a II República Francesa, ou entre *Tories e Whigs na Inglaterra* (Marx, 2018), são exemplos dessa “geografia do poder”. Sabe-se que, no caso francês, esses “representantes” foram eleitos pelo sufrágio universal masculino, enquanto, na Inglaterra, pelo voto censitário. Para além das disputas partidárias, dos valores, sentimentos, ilusões, modos de vida e das várias máscaras utilizadas por esses representantes, Marx (2018) demonstra a relação objetiva entre esses “representantes políticos” e os interesses que efetivamente expressam. Naquelas conjunturas, os legitimistas, na França, e os *Tories*, na Inglaterra representavam os interesses de um recorte geográfico específico – o “campo” – isto é, a burguesia agrária e a propriedade fundiária, ao passo que os orleanistas e os *Whigs* representavam a “cidade”, os interesses do capital urbano (financeiro, industrial e comercial).

O caso dos Estados Unidos talvez constitua o melhor exemplo daquilo que deve ser visualizado pela geografia do poder. A historiografia evidencia que, em meados do século XIX, coexistiam no território norte-americano dois modelos antagônicos de organização social e de desenvolvimento econômico, os quais se materializaram, no campo político-eleitoral, na disputa entre os partidos Republicano e Democrata. Neste caso, caberia indagar se seria possível compreender as causas do *seccionalismo* eleitoral entre o Norte e o Sul, sem reconhecer a existência de uma política/geografia do poder. Sobre o período, os estudos censitários e eleitorais demonstraram que os padrões de votação eram, em grande medida, determinados por variáveis culturais, como a identidade étnica e religiosa dos eleitores. Além disso, nos períodos pré e pós-Guerra Civil, duas políticas culturais figuravam de modo decisivo no cenário político: “no princípio, a escravidão como uma questão moral e, no final, a abolição da mesma” (Taylor, 1994, p. 249). Tais questões mobilizavam debates sobre a “questão racial” e se refletiam diretamente nas bases de apoio dos partidos Republicano e Democrata, estabelecendo uma divisão geográfica da distribuição eleitoral entre o Norte e o Sul.

O interessante é que, nos EUA, até pela exacerbação dos conflitos e da Guerra Civil Americana, no plano macro, tudo fica mais claro, tornando mais evidente a forma que devemos visualizar a geografia do voto. Enquanto a massa de eleitores expressava nas eleições a sua cultura e, assim, eram mobilizados pelos partidos, os representantes políticos (ordinariamente das classes dominantes) rivalizavam por interesses econômicos, os quais disputavam, no interior do aparelho de Estado, o modo de inserção e de relação da economia norte-americana com o mundo. Os republicanos, enquanto representantes dos interesses industriais do Norte, defendiam o protecionismo econômico e os interesses da economia nacional; os democratas, sobretudo, representantes dos latifundiários do Sul, defendiam o livre comércio, pois os seus ganhos eram maiores na relação de compra-venda para o exterior, especialmente para a Inglaterra, do que na nova divisão territorial do trabalho que os situava como economia periférica abastecedora da indústria manufatureira do Norte (Marx; Engels, 2020). Com a vitória da União e com a integração econômica entre as duas regiões com padrões de desenvolvimento distintos, as classes dominantes no Norte e no Sul não constituíram uma união no sistema partidário. Logo, cada um dos partidos, no centro ou na periferia, reproduziram os interesses que se adequam à sua formação socioespacial e “impedindo”, com as armas que dispõem (ideologia, propaganda, reivindicações dos trabalhadores, etc.), a inserção do partido contrário à causa “justa” dos interesses dominantes e regionais.

Pesa o fato que as classes dominantes detêm o poder econômico, o que indica, no sistema capitalista, uma distribuição desigual de recursos políticos, inclusive aqueles relacionados ao financiamento de campanhas e ao controle do fluxo de informação pelo território. Nesse sentido, o poder dominante não se restringe ao ato eleitoral em si (*input*), mas se manifesta durante toda a conformação do sistema político-eleitoral (*throughput, output e feedback*). As classes dominantes detêm acesso e influência sobre a sociedade, especialmente por meio do sistema de comunicação, componente essencial para a construção da opinião pública. Isso indica que, durante o ato de governo, o sistema midiático fragmentado e não uniforme, bem como as diversas estratégias voltadas para a educação do voto, atuarão em cada lugar conforme os interesses da classe dominante, igualmente fragmentada. Por esses fatores, seus membros também exercem influência direta sobre a representação política local, estadual e nacional, seja pela capacidade de patrocínio político, seja econômico, interferindo no modo como agentes políticos constroem o conteúdo das políticas públicas, que em si, constituem a política do poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir que a análise de Peter Taylor constitui um marco para a geografia eleitoral, ao supor uma certa separação entre o modo de organização da economia pelo aparelho de Estado e a defesa dos interesses das frações dominantes pelos partidos burgueses, de um lado; e a mobilização da população em relação à política eleitoral, de outro. Sabemos que a geografia do voto reflete as preferências da população e indica a hegemonia de determinado partido/candidato em territórios específicos. No entanto, destaca-se que essa hegemonia é produzida por uma relação entre a política/geografia do poder e a política/geografia do apoio.

Embora a geografia das votações tenha como aparência a relação “partidos-população-território” - a geografia do apoio -, representando a mobilização no período eleitoral, Peter Taylor demonstra que essa pretensa superfície omite a(s) geografias(s) do(s) poder(es), resultante(s) do constante embate entre as classes e frações dominantes pela redistribuição da mais-valia total. Em uma formação social, ocorre a emergência de diversas classes e frações de classes (dominantes e dominadas), e essas não se distribuem de forma homogênea pelo território, assim como a hegemonia de cada fração dominante varia em cada região ou lugar, a depender dos níveis e formas de organização particulares.

Cabe ao analista observar esta diversidade de interesses político-econômicos e os potenciais conflitos entre as frações dominantes, assim como as consequências das políticas de Estado: a quem serve e onde serve? Por isso, afirmamos que a geografia das votações só pode ser compreendida sob a perspectiva da divisão territorial do trabalho e do desenvolvimento geográfico desigual, uma vez que a politização no território considera, necessariamente, as alianças e os conflitos que surgem pela (re)configuração dos diversos efeitos socioeconômicos gerados pelos diferentes espaços de acumulação, isto é, as reivindicações e demandas que estruturam as perspectivas da geografia do apoio (política de legitimação) e as perspectivas da geografia do poder orientadas à ampliação das oportunidades para a valorização do capital (política da acumulação).

Neste sentido, no Estado SDL, a nível de política eleitoral, o êxito de qualquer partido reflete a conjunção entre essas duas políticas/geografias - a *política congruente* -, buscando unificar

acumulação-legitimação. Por sua vez, o insucesso de um partido incumbente sugere que as políticas de acumulação ou legitimação não estão adequadamente alinhadas, configurando uma *política incongruente*.

Até hoje, grande parte dos estudos eleitorais tem se concentrado na política/geografia do apoio por conta, principalmente, da farta disponibilidade de dados, já que, para cumprir o papel de legitimação, o Estado opera com a transparência das informações eleitorais. Ao contrário, a análise da política/geografia do poder requer um olhar mais acurado sobre a conjuntura para além das eleições, até porque muito do que é decidido, baseia-se em ações realizadas “às portas fechadas”, encobertas pelos bastidores ou por discursos que camuflam suas intenções reais. No entanto, a política do apoio e a política do poder têm a mesma importância “para a boa marcha da democracia liberal”. O alerta de Peter Taylor é para não “descuidar de uma das duas pelo simples motivo de ser mais difícil de investigar”. Para o autor, o modelo reformado “reorienta a geografia eleitoral na direção da outra metade que tem sido descuidada, a geografia do poder” (Taylor, 1994, p. 243).

REFERÊNCIAS

- BOITO JR., Armando. **Estado, poder e classes sociais**. São Paulo. Editora Unesp, 2007.
- CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. Campinas. Papirus, 2004.
- CODATO, Adriano. O espaço político segundo Marx. In: **Crítica Marxista**, n.º. 32, p. 33-56, 2011.
- EASTON, David. **A systems analysis of political life**. New York. Jonh Wiley & Sons, 1965.
- DAHL, Robert. **Análise política moderna**. Brasília. Editora UNB, 1988.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo, Boitempo, 2019.
- FARIAS, Francisco. Frações burguesas e bloco no poder: uma reflexão do trabalho de Nicos Poulantzas. In: **Crítica Marxista**, n.º. 28, 2009.
- FIGUEIREDO, Marcus. **A decisão do voto: democracia e racionalidade**. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2008.
- FREIRE, André. **Modelos do Comportamento Eleitoral: Uma Breve Introdução Crítica**. Oeiras, Celta Editora, 2001.
- GODIN, Robert. Las instituciones y su diseño. In: GODIN, Robert (ed.). **Teoria del diseño institucional**. Barcelona, Gedisa, 2003.
- JOHNSTON, Ron; TAYLOR, Peter. **Geography of elections**. New York. Routledge, 2015.
- LENIN, Vladimir. **Estado e a revolução**. São Paulo, Boitempo, 2017.

LIPSET, Seymour; ROKKAN, Stein. Estructuras de división, sistemas de partidos y alineamientos electorales. In: BATLLE, Albert (org.). **Diez textos básicos de ciencia política**. Barcelona, Editora Ariel, 2001.

LOSURDO, Domênico. **Democracia ou bonapartismo**. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo, Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Escritos sobre a guerra civil americana: artigos do New-York Daily Tribune, Die Presse e outros (1861-1865)**. São Paulo, Peleja, 2020.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo, Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **As lutas de classes na França**. São Paulo, Boitempo, 2012.

MARX, Karl. **O capital - Volume III**. São Paulo. Boitempo, 2017.

MARX, Karl. As eleições na Inglaterra: Tories e Whigs. In: **Crítica Marxista**, n. 47, p. 127-133, 2018.

MILIBAND, Ralph. **O Estado da Sociedade Capitalista**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1972.

MOREIRA, Ruy. **Mudar para manter exatamente igual: os ciclos espaciais de acumulação**. Rio de Janeiro. Consequência, 2018.

O'CONNOR, James. **USA: a crise do Estado capitalista**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. Campinas. Editora Unicamp, 2019.

SAES, Décio. **Democracia**. São Paulo, Editora Ática, 1987.

SAES, Décio. **Estado e Democracia: ensaios teóricos**. Campinas, Unicamp, 1998.

SKOCPOL, Theda. Bringing the State back in: Strategies of analysis in current research. In: EVANS, P.; RUESCHMEYER, D.; SCOKPOL, T. **Bringing the State back in**. New York. Cambridge University Press, 1985.

TAYLOR, Peter. **Geografia Política: Economia, Mundo, Estado-Nación y Localidad**. Madri, Trama Editorial, 1994



DESIGUALDADE SOCIAL, POBREZA E COVID-19 NO PIAUÍ


*Francisco Mesquita de
Oliveira*¹


¹ Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (2010). Mestre em Ciência Política (2003). Licenciado em História pela Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP (1997). Professor Associado IV no Departamento de Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Pesquisa realizada com apoio da FAPEPI (Fundação de Apoio à Pesquisa no Estado do Piauí). O relatório foi concluído em dezembro de 2022.

¹ Universidade Federal do Piauí, UFPI, Brasil.

E-mail: mesquita@ufpi.edu.br

Lattes iD 

ORCID: 



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Internacional *Creative Commons* Atribuição 4.0. Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Resumo

A presente pesquisa apresenta dados sobre desigualdade social no Piauí no período entre 2018 e 2021, incluindo o contexto da pandemia da Covid-19. Foram utilizados aspectos da metodologia qualitativa e quantitativa, com análise documental de fontes de informações oficiais, sites, portais e bancos de dados de instituições públicas que apresentam índices e indicadores relativos ao fenômeno da desigualdade social e da pobreza no estado do Piauí, bem como tabelas e gráficos de leitura dos dados. O texto oferece um cotejo dos índices de mensuração de desigualdade social e pobreza com dados do Produto Interno Bruto, busca também ampliar o debate das categorias pobreza e desigualdade social para além do conceito matemático economicista de linha de pobreza e introduz uma visão de análise multidimensional do conceito de pobreza, para alargar o olhar sobre esses fenômenos no estado. Por fim, constata-se que o modelo de desenvolvimento econômico do Piauí, nos últimos anos, reproduz características do modelo de desenvolvimento brasileiro que se notabiliza pela histórica concentração de renda e exclusão.

Palavras-chave: Desigualdade social; pobreza; Piauí – Brasil.

Abstract

This research presents data on social inequality in Piauí in the period between 2018 and 2021, including the context of the Covid-19 pandemic. Aspects of the qualitative and quantitative methodology were used, with documentary analysis of official information sources, websites, portals and databases of public institutions that present indices and indicators related to the phenomenon of social inequality and poverty in the state of Piauí, as well as tables and graphs for reading the data. The text offers a comparison of the indices of measurement of social inequality and poverty with data from the Gross Domestic Product, also seeks to broaden the debate on the categories of poverty and social inequality beyond the mathematical economic concept of the poverty line and introduces a view of multidimensional analysis of the concept of poverty, to broaden the view of these phenomena in the state. Finally, it is noted that the economic development model of Piauí, in recent years, reproduces a characteristic of the Brazilian development model that is notable for the historical concentration of income and exclusion.

Keywords: Social inequality; Poverty; Piauí-Brazil.

INTRODUÇÃO

Este relatório de pesquisa sobre pobreza e desigualdade social no Piauí apresenta dados do período de 2018 a 2021, contemplando o contexto da pandemia da Covid-19. As principais fontes de coleta das informações foram *sites*, portais e bancos de dados de instituições públicas (IBGE, IPEA, CEPRO, BANCO MUNDIAL) que apresentam índices e indicadores relativos ao fenômeno da pobreza e desigualdade social para o estado do Piauí.

Tanto a pobreza quanto a desigualdade social nos últimos anos (2020 e 2021) parece que têm se intensificado pelas consequências da pandemia da Covid-19. Para refletir dados e indicadores sobre esses fenômenos no estado do Piauí, priorizou-se técnicas metodológicas dos métodos qualitativo e quantitativo. Da metodologia qualitativa, trabalha-se a análise de conteúdos secundários (conteúdo já disponibilizado em forma de análise), bem como o método quantitativo, com elaboração de tabelas, gráficos e dados numéricos.

A pesquisa se fundamenta teoricamente em documentos oficiais, dados de bancos de instituições públicas federais e estaduais e material impresso veiculado na mídia nacional. Os dados foram correlacionados entre indicadores do Produto Interno Bruto (PIB), renda per capita, indicadores referentes ao auxílio Brasil, dados da linha de pobreza, Índice Multidimensional de Pobreza (IMP) e índice de Gini para o Brasil, Nordeste e Piauí.

O trabalho está dividido em três seções, que são: alguns esclarecimentos conceituais, o impacto da pandemia do coronavírus no PIB de 2020, a desigualdade social e a pobreza no Piauí.

ALGUNS ESCLARECIMENTOS CONCEITUAIS

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é, talvez, o principal indicador utilizado para mensurar o nível de desenvolvimento humano da população de uma dada região geográfica. Ele foi proposto por Mahbub ul Haq numa parceria com o economista Amartya Sen para se relacionar o Produto Interno Bruto (PIB) no sentido de apontar melhorias socioeconômicas da população. Na verdade, ele tem por objetivo mensurar o grau de desenvolvimento humano a partir das condições socioeconômicas das pessoas agrupadas em três dimensões: saúde, renda e educação. O conceito de desenvolvimento humano utilizado por esse indicador extrapola a noção economicista de qualidade de vida relativa ao crescimento econômico, busca focar nas pessoas, suas capacidades e oportunidades possibilitadas pelo desenvolvimento econômico (NIS, 2020).

Existem outros indicadores e várias abordagens teóricas para mensurar o desenvolvimento socioeconômico de um país, estado e município que indicam os níveis de carências, renda, desigualdade social, desemprego, saúde, educação baseadas em dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e outras instituições.

O Brasil faz parte da lista de países do [Índice de Pobreza Múltiplo] IPM Global desde a primeira versão e que é calculado a partir de dados do World Health Survey de 2003 (...). Após tal estudo, foram realizadas outras aplicações do IPM no país. O estudo da Fundação João Pinheiro e da então Secretaria de Avaliação e Gestão da

Informação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome adaptaram o IPM da OPHI utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de diferentes anos. A OPHI também passou a utilizar a PNAD nas atualizações do índice. Recentemente, outros estudos apresentaram IPM próprios tendo como base os dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 do IBGE – sendo dois para os estados de Santa Catarina e dois para os estados do Rio Grande do Sul, e um de abrangência nacional. Além destes, há um estudo para o estado do Rio Grande do Sul com dados da PNAD, e outro para o estado de Minas Gerais com dados da Pesquisa de Amostra Domiciliar (PAD). (NIS, 2020, p. 17-18).

A pobreza é “um fenômeno complexo, por isso recebe diferentes definições dependendo do contexto da análise e da forma como é mensurada” (NIS, 2020, p. 12), mas existem duas linhas conceituais de abordagens mais utilizadas nas análises, uma do Banco Mundial, universalmente utilizada, e outra empregada pelo PNUD e outras instituições. A primeira tem viés econômico e fundamenta-se na renda e no consumo das famílias, considera extremamente pobre a pessoa que tem renda de até U\$ 1,90 dólares diários e pobre os de renda U\$ 5,50 dólares por dia. O foco dessa abordagem aponta para a capacidade (ou não) da pessoa ter autonomia na consecução dos bens e serviços necessários à sua sobrevivência, por isso esses valores são considerados limites para uma imaginária linha de extrema pobreza e pobreza.

A segunda abordagem, todavia, é mais abrangente e discute o fenômeno numa perspectiva multidimensional, visão casual de múltiplos fatores e não se restringe aos aspectos da renda e consumo. Essa segunda abordagem,

[...] é a *multidimensional*, que é resultado do processo de construção do conceito de pobreza ao longo do tempo, na medida em que consolida a incorporação de múltiplas dimensões como sendo associadas ao fenômeno. Há, portanto, o reconhecimento de que a pobreza é multicausal e complexa, não se restringindo à privação das necessidades materiais, mas envolvendo padrões coletivos que, se inalcançados, levam a desvantagens, sofrimento e isolamento dos indivíduos pobres. A pobreza é percebida ainda como um estado de acúmulo de privações simultâneas que se retroalimentam, tornando a sua superação ainda mais difícil (CODES, 2008) (NIS, 2020, p. 15).

Neste trabalho, de forma *em passant*, apresenta-se aspectos dessas duas abordagens, mas busca-se dar ênfase a segunda por entender que ela é mais completa para discutir o fenômeno.

É proeminente discutir as abordagens conceituais sobre o fenômeno pobreza, isto mesmo, no plural, pois são várias linhas conceituais explicativas desse problema. A linha conceitual mais utilizada e, por isto mesmo, tornou-se comum ao debate brasileiro sobre extrema pobreza, pobreza e desigualdade social, é a adotada globalmente pelo Banco Mundial. Essa instituição para conceituar esses fenômenos toma por base recorte econômico de renda e consumo da população dos países onde realizam a análise. Assim, o conceito de pobreza por ela definido limita a renda per capita de U\$ 5,50 (cinco dólares e cinquenta centavos) por dia, aproximadamente R\$ 499,00 (quatrocentos e noventa e nove reais) ao mês, para a realidade brasileira, que seriam supostamente necessários à sobrevivência mínima de uma pessoa. Já o conceito de extrema pobreza se define pela renda individual de U\$ 1,90 (um dólar e noventa centavos) diários, que são insuficientes para a sobrevivência de uma pessoa. O foco dessa abordagem conceitual, portanto, centra-se na capacidade de renda e consumo dos indivíduos,

nesse sentido, é óbvio, quanto menor a renda de um indivíduo maior será a privação ao acesso a bens e serviços básicos necessários ao mínimo de bem-estar socioeconômico.

A relevância dessa abordagem reside no fato de ela demonstrar uma imaginária linha do fenômeno pobreza numa dada região geográfica, ou seja, a definição de um valor monetário mínimo a partir do qual é convencionado a situação de pobreza de carências e privações de consumo de uma pessoa. Porém, para a realidade brasileira, o valor per capita apresentado é insuficiente para estabelecer essa razão.

Segunda a OXFAM, organização internacional inglesa, com escritório em Brasília, que trabalha na área do desenvolvimento socioeconômico em vários países do mundo, há na sociedade brasileira uma percepção da pobreza dissonante desses critérios mundialmente utilizados. Haja vista que

para apenas 12% dos brasileiros, uma pessoa pode ser considerada pobre com rendimentos de até R\$ 210, e para 18% a pobreza é definida por rendimentos individuais não maiores do que R\$ 400. Quase 3/5 dos brasileiros crê que a linha da pobreza começa nos R\$ 1.001 mensais – próximo ao valor do salário-mínimo atual – sendo que 49% acham que ela está entre R\$ 1.001 e R\$ 2.000. (OXFAM DATA FOLHA, 2022, p. 11).

Os dados apresentados pela OXFAM se mostram mais realistas à realidade brasileira, porque possivelmente uma pessoa com renda entre R\$ 500 e R\$ 1.001 mensal talvez se veja na condição de pobre, privada do acesso a bens e serviços básicos ao bem-estar de várias naturezas. É mais realista a percepção de expressiva parcela da população brasileira que a linha de pobreza estaria entre as faixas de renda per capita de R\$ 1.001 a R\$ 2.000. Daí, o debate sobre a linha de pobreza no Brasil ter relevância política, pois há real necessidade de formulação de políticas públicas governamentais eficientes e eficazes que enfrente esse fenômeno de forma definitiva.

Outra chave de leitura do fenômeno pobreza, porém, mais abrangente e integradora é trabalhada já há uma década. A citação abaixo, extraída do relatório do Núcleo de Inteligência Social (NIS), da PUC de Belo Horizonte, sintetiza a ideia conceitual que

De maneira genérica, o termo [pobreza] se refere a uma situação onde as necessidades dos indivíduos não são adequadamente atendidas (ROCHA, 2006). Embora o que se entenda como necessidade possa variar de uma sociedade para outra e mesmo entre indivíduos, são considerados pobres os membros de uma sociedade que se encontram privados de um mínimo de bem-estar que moralmente deveria ser garantido coletivamente. Nessa linha, a pobreza de uma sociedade é dada pelo conjunto de privação dos seus membros (ONUBR, 2017) (NIS, 2019, p. 11).

Nessa leitura o fenômeno pobreza é mensurado por meio do “Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). É um indicador criado originalmente pela *Oxford Poverty and Human Development Initiative* (OPHI)” (NIS, 2019, p. 8). Poderia se propor, por essa leitura, que pobreza é uma condição de privação da segurança alimentar, emprego, saúde, moradia, educação, cultura e lazer. Isto não se restringe à capacidade de renda mínima e consumo. Para o PNUD, “a pobreza é uma questão social caracterizada por diversos fatores, tais como exclusão social, baixa escolarização, condições precárias de habitação e falta de acesso a bens e serviços. Sendo assim, a renda, sozinha, não é necessariamente um indicador suficiente para sinalizar melhoria na qualidade de vida das pessoas” (PLAN-EVAL, s/d, s/p).

O índice IPM foi lançado em 2010 pelo PNUD²⁷ não para contrapor, mas para completar a análise monetária sobre pobreza²⁸, por ele ser mais amplo, inclui três dimensões, indicadores, tipos de privações e peso calculado em porcentagem para os diferentes tipos de privações. Por isto mesmo, ele parece mais apropriado à análise do fenômeno pobreza que a abordagem monetária mundialmente utilizada. A população vulnerável à pobreza multidimensional no Brasil pelo IMP, em 2020, era 6,2% com dados de 2015²⁹. Feitos tais considerações gerais, passamos a olhar a realidade piauiense.

IMPACTO DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS NO PIB DE 2020

A pandemia mundial do coronavírus ainda não tinha surgido, antes de março de 2020, mas as pesquisas no Brasil já indicavam o agravamento da situação de pobreza de parcela da população e oscilação no crescimento do PIB em consequência de tríplice crise política, econômica e social, essa última agravada com o desmonte de programas sociais no governo de Michel Temer, herdeiro do golpe do *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff em 2016. Em 2018, por exemplo, o IBGE indicava 25,3% da população na linha da pobreza, marca essa, definida pelo Banco Mundial, com base na capacidade de renda e consumo das pessoas que viviam com U\$ 5,50 (cinco dólares e cinquenta centavos) por dia³⁰. A população em situação de extrema pobreza, naquele mesmo ano, era 6,5%, que vivia com U\$ 1,90 (um dólar e noventa centavos) ao dia (AGÊNCIA IBGE, 2020).

Passados três anos, entre 2019 e 2021, essa situação se agravou no lastro da COVID-19³¹. A Fundação Getúlio Vargas (FGV Social, 2022), com base em dados do IBGE, indica que no ano de 2021 a porcentagem da população com renda per capita de até R\$ 497 mensal era 29,6%, um contingente de 62,9 milhões de brasileiros. Entretanto, a pesquisa da OXFAM e Datafolha, do ano

²⁷ O IPM foi produzido pelo Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento (PNUD) e pela Iniciativa de Pobreza e Desenvolvimento Humano (OPHI) da Universidade de Oxford e vai além das medições monetárias e de riqueza e revelando as várias privações sobrepostas que as pessoas vivem diariamente. Por exemplo, o IPM avalia a proporção de pessoas pobres em cada país e a intensidade dessa pobreza. Algumas das questões são, para além dos rendimentos, se as pessoas estão bem nutridas, se têm acesso a água limpa ou se frequentam a escola (PNUD, 2020).

²⁸ O IPM é mais amplo que a análise monetária da pobreza, inclui três dimensões e respectivos indicadores: Educação (anos de estudos e matrículas das crianças); Saúde (mortalidade e nutrição) e; Padrão de vida (eletricidade, sanitários, água, piso, combustível para cozinhar e bens domésticos). Para cada indicador tem as privações e o peso no índice que varia de 16,70% a 5,60%. É multidimensionalmente pobre a família que apresenta privações em pelo menos 30% dos indicadores (PNUD, 2010, s/p).

²⁹ Os dados mais recentes da pesquisa disponível para a estimativa do IMP do Brasil referem-se a 2015. Com base nessas estimativas, 3,8% da população no Brasil (8.191 mil pessoas em 2020) é multidimensionalmente pobre, enquanto outros 6,2% são classificados como vulneráveis à pobreza multidimensional (13.241 mil pessoas em 2020). A intensidade das privações no Brasil, que é o score médio de privação entre as pessoas que vivem em pobreza multidimensional, é de 42,5%. O valor do IMP, que é a parcela da população que é multidimensionalmente pobre ajustada pela intensidade das privações, é de 0,016. Em comparação, Colômbia e México têm valores de IMP de 0,020 e 0,028, respectivamente (PNUD, 2022).

³⁰ Conforme o relatório do Banco Mundial sobre a pobreza no Brasil, “no início da pandemia, cerca de três em cada dez brasileiros eram pobres e cerca de 8% viviam na extrema pobreza. É importante ressaltar que o Brasil não tem uma linha oficial de pobreza. De acordo com a definição utilizada no relatório, estão abaixo da linha de pobreza pessoas com renda per capita inferior a R\$ 499 por mês” (BANCO MUNDIAL, 2022, s/p).

³¹ Segundo o Banco Mundial, “A COVID-19 causou graves estragos no Brasil e em sua economia. Com mais de 30 milhões de casos diagnosticados, o Brasil tem sido o país mais afetado pela COVID-19 na região da América Latina e Caribe e o terceiro em todo o mundo” (BANCO MUNDIAL, 2022, s/p).

de 2020, apontava a porcentagem de pessoas na extrema pobreza de 5,7 %³², pelo recorte da renda per capita de R\$ 155 (cento cinquenta e cinco reais) capacidade de consumo, aproximadamente U\$ 1,90 dólares diários, pelo critério do Banco Mundial (OXFAM, 2022). Entre 2018 e 2020, por estes indicadores, a extrema pobreza retroage 0,8%, possivelmente em razão dos benefícios sociais implementados pelo Estado de emergência em decorrência da Covid-19.

Quando se lança o olhar sobre o desenvolvimento humano, com dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), observa-se que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) caiu de maneira consecutiva em dois anos seguidos 2019 (0,766), 2020 (0,758) e 2021 (0,754), segundo a organização a retração foi mundial e isto acontece pela primeira vez desde a criação do índice há 30 anos, com certeza em razão da pandemia da Covid-19 (PNUD, 2022). A queda generalizada desse índice construído com dados das condições socioeconômicas das pessoas, agrupados nas dimensões de renda, educação e saúde indica que a pobreza, em consequência da pandemia da Covid-19, está mais forte mundialmente, e que o fenômeno da fome não é apenas brasileiro. Porém, ressalta-se que os pobres sofreram e sofrem mais que os ricos as consequências da pandemia.

O que interessa a este texto é saber como a realidade da pobreza e desigualdade social, no período da pandemia da Covid-19, comportou-se no estado do Piauí. Para tanto, questiona-se: o que indicam os dados sobre a situação de pobreza no estado do Piauí em relação à Covid-19? Como a desigualdade social tem se comportado em função dos impactos da Covid-19 no Piauí? Posterior à apresentação dos dados gerais sobre o fenômeno da pobreza no Brasil, adentra-se, agora, na realidade piauiense, tendo como norte essas questões.

A pandemia do coronavírus gerou a Covid-19, uma doença que ataca o sistema respiratório das pessoas confirmada no Brasil, em março de 2020, e dessa data até o dia 4 de novembro de 2022 fez 688.332 mil vítimas no território nacional. No estado do Piauí, no mesmo período, foram registrados 7.959 vítimas e 404.893 casos acumulados da doença (BRASIL, 2022). Com essa doença em larga escala o impacto na economia nacional foi expressivo, o Produto Interno Bruto (PIB) do país sofreu fortes retração, numa primeira leitura do IBGE foi constatada forte perda de -4,1%, mas após três revisões nas contas o Instituto cravou a retração em -3,3% no ano de 2020 em relação a 2019 (IBGE, 2022). No Nordeste, a retração foi -4,1%. O estado do Piauí teve retração no PIB³³ de -3,5%, pouco acima do resultado nacional. Grosso modo, a retração do PIB piauiense foi maior que a média brasileira e menor que a queda da produção da riqueza nordestina naquele mesmo ano. Ainda segundo dados do IBGE, a participação do estado no PIB nacional, em 2020, foi 0,7%, vigésimo primeiro lugar no ranking dos estados. O PIB per capita no Brasil em 2020 foi R\$ 35.935,74, o Piauí ficou na vigésima sexta posição no ranking das Unidades da Federação, com R\$ 17.184,70, à frente apenas do estado do Maranhão, valor proporcional 47,82% do PIB per capita nacional (IBGE, SCR, 2022).

A Covid-19 obrigou a suspensão de atividades econômicas, fechamento temporário de serviços e comércio e o isolamento social entre pessoas em parte do ano de 2020, foram essas atitudes necessárias ao enfrentamento da doença que causaram impactos negativos na economia,

³² Conforme o relatório executivo do PNUD, essa diferença para menos de quase um ponto percentual na extrema pobreza entre 2019 e 2020, deve-se à política do Auxílio Emergencial no ano de 2020: “Estima-se que a pobreza e a desigualdade aumentaram no Brasil após a redução substancial e eventual descontinuação do Auxílio Emergencial em 2021, em meio ao desemprego persistentemente alto e aumento do custo de vida” (PNUD, 2022, p. 5).

³³ O PIB em valores correntes brutos do estado do Piauí em 2020 foi R\$ 56.391 bilhões.

distribuindo prejuízos de forma desigual entre os estados. A retração no desenvolvimento econômico dos estados foi diversificada³⁴, mas o Piauí não foi o que teve maior retração, aliás, no Nordeste, conforme o IBGE, ele foi o terceiro estado a ter menor queda no PIB, ficando atrás de Sergipe (-1,0%) e Maranhão (-1,9%) respectivamente. Apesar da retração, o Piauí vem mantendo significativa posição em relação aos estados nordestinos, considerando que dos nove estados seis tiveram queda do PIB mais acentuada que a do Piauí.

A DESIGUALDADE SOCIAL E A POBREZA NO PIAUÍ

Mundialmente o *Índice de Gini* é utilizado na mensuração dos níveis de desigualdade social entre grupos, tendo como base a renda dos indivíduos. Esse coeficiente complementa as informações do desenvolvimento econômico no que tange à riqueza produzida na sociedade, mensurada pelo PIB e renda per capita. Estabelece, também, a distribuição e/ou concentração de renda numa razão entre os números 0 e 1, quanto mais o valor do índice se aproxima de 0, menor é a desigualdade social, e quanto mais perto do numeral 1, maior a desigualdade social e, conseqüentemente, à concentração de renda.

Antes de apresentar os indicadores do estado do Piauí, exhibe-se os índices da situação de desigualdade social do Brasil nos últimos anos. O Índice de Gini de 2020, por exemplo, revela que sem a pandemia da Covid-19 haveria maior concentração de renda no país e, conseqüentemente, a desigualdade teria avançado ainda mais. Os dados do IBGE sobre esse coeficiente para o Brasil indicam que,

De 2019 para 2020, no entanto, haveria alta de 2,3% sem os benefícios (de 0,560 para 0,573). Com os benefícios, houve queda de 3,7% (de 0,544 para 0,524). No Nordeste, sem os benefícios, o índice de Gini aumentaria 4,5%, passando de 0,598 em 2019 para 0,625 em 2020. Com os benefícios, o índice caiu 6,1% (de 0,560 para 0,526) (IBGE, 2022 – grifos nossos).

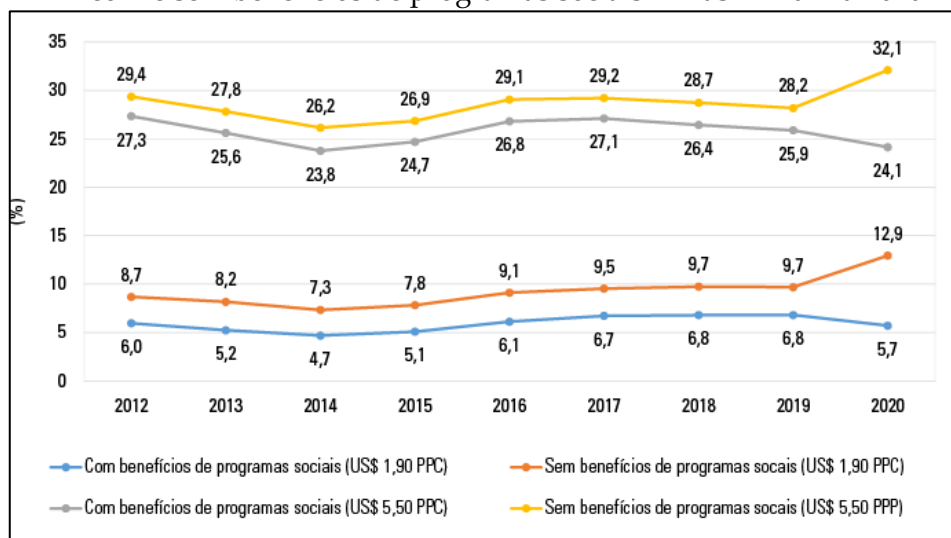
Ou seja, o auxílio emergencial instituído pelo governo federal para apoiar grupos vulneráveis no período da pandemia deu alento ao processo de redução da desigualdade social. No caso do Nordeste, como indicam os dados, considerando as elevadas taxas de pobreza, o impacto dessa política freou mais o crescimento da concentração de renda que no restante do país.

Considerando os indicadores de pobreza (US\$5,50/dia) e extrema pobreza (US\$1,90/dia) pelas linhas do Banco Mundial, houve redução da incidência de extrema pobreza e pobreza no Brasil entre 2019 e 2020: as proporções recuaram, respectivamente, de 6,8% para 5,7% e de 25,9% para 24,1% da população. No entanto, em um cenário hipotético sem os benefícios dos programas sociais, a proporção de pessoas em extrema pobreza teria aumentado de 5,7% para 12,9% e, em situação de pobreza, de 25,9% para 32,1% (IBGE, 2022).

³⁴ Entre as 27 Unidades da Federação, as maiores quedas em volume do PIB ocorreram no Rio Grande do Sul (-7,2%), Ceará (-5,7%), Rio Grande do Norte (-5,0%), Espírito Santo (-4,4%), Rondônia (-4,4%) e Bahia (-4,4%), (IBGE, 2022).

O Gráfico 1 exibe dados comparativos da renda per capita que indicam uma realidade nacional com e hipoteticamente sem apoio dos benefícios sociais. Sem os benefícios sociais no ano da pandemia a pobreza teria chegado a 32,1% da população e a extrema pobreza 12,9%, os benefícios, portanto, deixaram essas proporções em 24,1% e 5,7% respectivamente, como já indicado acima. Ou seja, o auxílio emergencial de R\$ 600, no primeiro ano da pandemia da Covid-19, amenizou a situação de extrema pobreza e pobreza no Brasil.

Gráfico 1 – Proporção de pessoas, por classes de rendimento per capita selecionadas com e sem benefícios de programas sociais – Brasil – 2012 a 2020



Fonte: IBGE, 2022.

No Piauí, como se comportou a desigualdade social com a pandemia da Covid-19? A forma adequada para responder essa questão é por meio de dados e indicadores que ressaltem a realidade social piauiense. Nesse sentido, foram selecionados índices e indicadores sobre o comportamento desse fenômeno no estado.

A Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2021), referentes ao ano de 2020, na área do rendimento domiciliar per capita médio, por sexo e raça, apresenta uma leitura possível de ser comparada entre Brasil, Nordeste e Piauí para os anos de 2019 (antes da pandemia da Covid-19) e 2020 (ano de forte pandemia) e tem-se os seguintes indicadores: o Brasil tinha um rendimento médio per capita de 1.410, o Nordeste 883 e o Piauí 830, em 2019 (IBGE, 2021). A renda média per capita dos piauienses estava abaixo da média brasileira, 58,8%. Analisando esse indicador por grupos sociais se verifica de forma nítida as diferenças da renda entre os grupos por sexo e raça, como demonstra a Tabela 1.

Tabela 1 - Renda média domiciliar per capita em R\$ - 2019

Local	Média Total	Homem	Mulher	Branco	Pardo	Preto	Des. Bancos e Negros %
Brasil	1.410	1.428	1.392	1.958	982	1.009	51,5
Nordeste	883	858	879	1.253	765	755	60,2
<i>Piauí</i>	830	834	825	1.214	745	713	58,7

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2020.

A desigualdade na renda média per capita é mais expressiva entre as pessoas de pele negra em relação às brancas. No contexto nacional os negros tinham 51,5% da renda per capita média em relação aos brancos, no Nordeste essa desigualdade é superior 60,2% e, no Piauí, 58,7%. O estado do Piauí, guardada as proporcionalidades, apresenta maior diferença no nível de desigualdades entre bancos e negros no ano de 2019.

Tabela 2 - Renda média domiciliar per capita em R\$ - 2020

Local	Média Total	Homem	Mulher	Branco	Pardo	Preto	Des. Brancos e Negros
Brasil	1.349	1.381	1.318	1.842	959	983	53,3%
Nordeste	891	910	874	1.273	774	766	60,1%
<i>Piauí</i>	836	841	832	1.090	778	785	72,0%

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2020.

No ano de 2020, a diferença na renda média per capita entre brancos e negros apresentou um alívio: no Brasil (53,3%) e no Piauí (72,0%). Ou seja, os negros tiveram, proporcionalmente, renda maior comparativamente ao ano de 2019 em relação aos brancos. Possivelmente essa leve diferença positiva em favor dos negros esteja relacionada ao auxílio emergencial. Contudo, um olhar atento descobrirá que ocorreu diminuição da renda média per capita dos brancos de 2019 para 2020 mais acentuadamente que a elevação dos ganhos das pessoas negras. Não é que as pessoas negras ganharam bem mais na média, elas proporcionalmente perderam menos em relação às pessoas brancas.

A desigualdade de renda per capita entre gêneros, pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE, 2020), no Piauí, foi 98,9%, ou seja, as mulheres tiveram renda per capita menor de 1,1% da auferida pelos homens. No Nordeste, a renda das mulheres em relação aos homens foi ainda menor 96,0% e no Brasil 95,4%, respectivamente.

A referida Pesquisa Nacional por Amostragem (IBGE, 2020), demonstra outro parâmetro para a desigualdade social relacionado ao salário-mínimo, hoje no valor de R\$1.212,00 (um mil duzentos e doze reais). A distribuição percentual do salário-mínimo por classe de renda per capita corrobora a análise da desigualdade social no Brasil. Por exemplo, no ano de 2019 apenas 3,7% da população brasileira tinha renda per capita acima de cinco salários-mínimos; no Nordeste, a distribuição atingia 1,8% e no estado do Piauí eram 1,6%. A maior fatia percentual da população na distribuição de renda per capita, por essa variável, localizava-se entre um quarto e até dois salários-mínimos. No Piauí, essa realidade é ainda mais gritante, cerca de 92,7%³⁵ da

³⁵ Soma das porcentagens.

população tem renda per capita nessas faixas salariais e somente 6,9%³⁶ estava na faixa acima de 2 salários-mínimos, como demonstra a Tabela 3.

Tabela 3 - Distribuição percentual, por classes de rendimento domiciliar *per capita* (salário-mínimo) (%) - 2019

Local	população	até ¼ Sal.	¼ até 1/5	1/5 até 1	1 até 2	2 até 3	3 até 5	mais de 5
Brasil	209.419	11,6	18,9	29,1	23,9	7,1	4,6	3,7
Nordeste	56.907	23,7	26,4	27,6	13,3	3,5	2,2	1,8
Piauí	3.271	24,2	26,6	28,9	12,7	3,1	2,2	1,6

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2020.

Essa realidade sofreu pouca alteração em 2020, conforme demonstra a Tabela 4. A maior oscilação positiva na porcentagem de pessoas se localizou no grupo das faixas salariais entre meio e dois salários-mínimos, nos três cenários nacional, regional e estadual. Porém, no caso específico do Piauí, na faixa de três a mais de cinco salários-mínimos diminuiu a porcentagem no ano de 2020. Mas, também, ela foi menor nas faixas entre um quarto e um salário-mínimo. Possivelmente, isso tem relação com o Auxílio Emergencial de R\$ 600 implementado no ano de 2020, em consequência da pandemia da Covid-19, pelo governo federal, detalhado mais à frente.

Tabela 4 - Distribuição percentual, por classes de rendimento domiciliar *per capita* (salário-mínimo) (%) 2020

Local	população	até ¼ Sal.	¼ até 1/5	1/5 até 1	1 até 2	2 até 3	3 até 5	mais de 5
Brasil	211.021	8,7	18,7	31,4	25,2	6,6	4,3	3,4
Nordeste	57.207	17,1	27,2	31,4	15,2	3,3	2,2	1,5
Piauí	3.280	16,4	27,0	32,3	17,9	2,8	1,7	1,2

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2020.

Ao analisar dados da FGV Social (2022) sobre proporção da população pobre por estrato geográfico no Piauí, Teresina aparece com crescimento paulatino entre os anos de 2019 e 2021, em que sai de 25,10% para 30,39% no período de três anos, considerando o período da pandemia da Covid-19. Mas, destaca-se a retração nas proporções de pessoas pobres em 2020 nas regiões do interior do Estado e no entorno metropolitano em relação ao ano anterior. Mais uma vez, certamente, essa constatação reflete o impacto do Auxílio Emergencial, pois em 2021 as proporções de todas as regiões, coincidindo com o fim do Auxílio Emergencial, voltaram a crescer, com exceção do entorno metropolitano de Teresina que apresentou retração consecutiva nas proporções no período analisado.

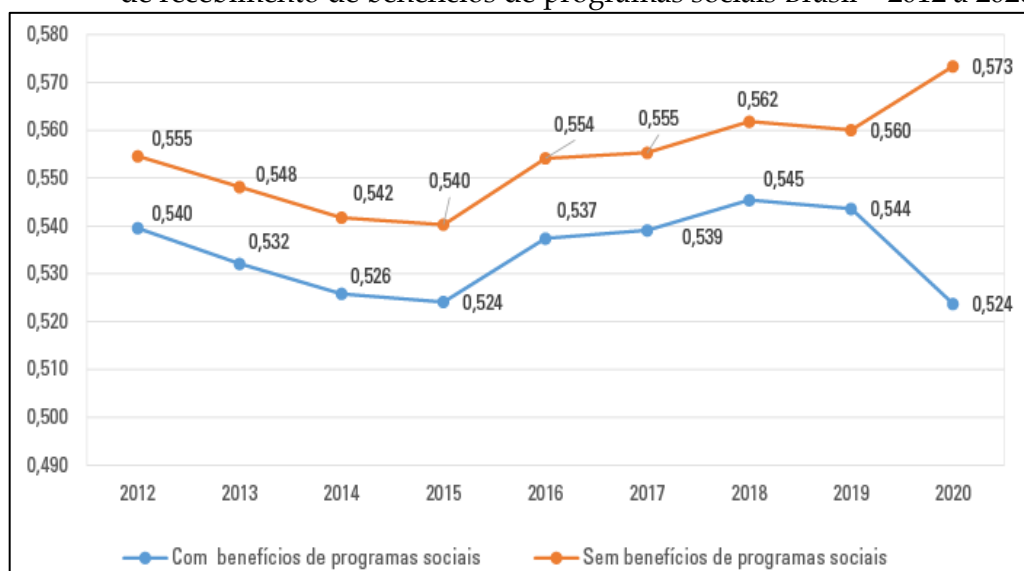
³⁶ Soma das porcentagens.

Tabela 5 – Proporção da população pobre por estrato geográfico PI (%)

Localidades	2019	2020	2021
Teresina	25,10	27,51	30,39
Entorno metropolitano Teresina	55,76	52,00	47,13
Centro-Leste Piauí	47,81	40,89	53,21
Baixo Parnaíba Piauí	56,05	42,33	49,81
Alto Parnaíba e chapadas do sul do Piauí	55,59	45,40	52,88

Fonte: Mapa da Nova Pobreza³⁷ (FGV Social, 2022).

Analisando a desigualdade social pela ótica do Índice de Gini fica evidente tal realidade. Como dito, o Índice de Gini, mensura o nível de desigualdade social e da concentração de renda das sociedades. No Gráfico 2, o índice de Gini foi calculado pela *renda per capita domiciliar* e demonstra que até 2015 existia uma real redução da desigualdade social no Brasil, com curva ascendente a partir do ano seguinte em que a concentração de renda voltou a vigorar até 2019. Visivelmente, o Auxílio Emergencial contribuiu para inverter a linha ascendente da desigualdade, fechando o ano de 2020 com índice de 0,524. Pelos dados do gráfico é possível afirmar, de forma taxativa, que os programas sociais de transferências de renda impactam positivamente a redução da desigualdade social no Brasil, pois sem eles o índice seria 0,573.

Gráfico 2 – Índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar *per capita*, por condição de recebimento de benefícios de programas sociais Brasil – 2012 a 2020

Fonte: IBGE, 2022.

A concentração de renda, no caso em tela, toma por base a renda per capita domiciliar comparativamente entre três anos, nos cenários nacional, regional e estadual. Na Tabela 6,

³⁷ A pesquisa Mapa da Nova Pobreza tomou por base o indicador do Banco Mundial de U\$ 5,50 dólares dia.

observa-se que sem os benefícios dos programas sociais nos três cenários indicados a situação seria de maior concentração de renda para o ano de 2020. Mas, com maior fatia do orçamento nacional, no ano de 2020, destinada aos pobres, extremamente pobres e aos trabalhadores, por meio do Auxílio Emergencial, resultou na desaceleração do processo de concentração de renda nos três cenários. No estado do Piauí esse processo foi mais expressivo, pois, em 2018, o Gini do Estado era 0,530, aumentando para 0,537 no ano seguinte e com o Auxílio Emergencial e outros benefícios sociais o índice retroage para 0,474 em um ano. Esse indicador, quando comparado com a hipótese do índice sem os benefícios dos programas sociais, confirma que as políticas sociais no período da pandemia impactaram positivamente na renda das pessoas pobres – pela linha de pobreza do Banco Mundial.

Tabela 6 – Índice de Gini, Piauí – comparativamente

Gini Domiciliar per capita com benefícios sociais ³⁸				Gini domiciliar per capita sem benefícios programas sociais		
Local	2018	2019	2020	2018	2019	2020
Brasil	0,545	0,544	0,524	0,562	0,560	0,573
Nordeste	0,546	0,560	0,526	0,585	0,598	0,625
<i>Piauí</i>	0,530	0,537	0,474	0,574	0,581	0,582

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2021.

Na leitura comparativa entre os estados da região Nordeste e suas respectivas capitais, no ano de 2020, o Índice de Gini indica que o Piauí e Teresina apresentaram redução das desigualdades sociais com base na renda per capita, ficando o Estado e a capital na primeira posição. Na outra ponta, o estado com maior concentração de renda é o Ceará (0,544); entre as capitais a que concentra mais renda e, conseqüentemente, maior desigualdade social, é a cidade de Salvador (0,590), capital da Bahia. Aliás, entre as capitais, somente Teresina apresenta menor concentração de renda em relação ao Estado, todas as demais têm Índice de Gini mais elevado que os estados.

³⁸ Os benefícios de programas sociais incluem: Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada - BPC, Auxílio Emergencial e outros programas sociais governamentais.

Tabela 7 – Índice de Gini de estados e capitais do NE – 2020

Índice de Gini estados - NE		Índice de Gini capitais - NE	
Nordeste	0,526		
<i>Piauí</i>	0,474	<i>Teresina</i>	0,472
Maranhão	0,482	São Luís	0,485
Alagoas	0,510	Natal	0,528
Rio Grande do Norte	0,512	Maceió	0,541
Paraíba	0,512	Aracaju	0,547
Sergipe	0,524	Fortaleza	0,563
Pernambuco	0,536	Recife	0,574
Bahia	0,537	João Pessoa	0,578
Ceará	0,544	Salvador	0,590

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2021.

O conjunto dos estados da região Nordeste, comparativamente às suas respectivas capitais, tem uma leve menor concentração de renda. Com exceção do Maranhão e Piauí, os demais estados apresentam desigualdade social mais elevada nas capitais, como dito antes.

A desigualdade social e a pobreza, quando analisadas com os dados da população atendida pelo Auxílio Emergencial, o Piauí apresenta maior proporcionalidade (39,99) de pessoas atendidas, em relação ao Nordeste (38,04) e ao Brasil (32,01). Em números absolutos o estado teve mais de 1.300.000 pessoas beneficiadas com o Auxílio Emergencial. Contudo, a política do Auxílio Empecia, como o próprio termo diz, atende emergencialmente a população que vivia à margem do risco de empobrecimento (vulnerabilidade social) e as famílias já qualificadamente pobres. No Piauí essa proporção da população era 39,99%. É considerável que aproximadamente 40% da população piauiense estava elegível para receber o benefício, 7,98% pontos percentuais acima da proporção da população elegível, em âmbito nacional, e 1,95% acima do Nordeste. Ou seja, o Piauí tinha expressiva parcela de sua população vivendo na extrema pobreza, na pobreza e vulnerabilidade social. Nesta última inclui as famílias que vivem no limite da situação de pobreza.

Tabela 8 – População atendida pelo Auxílio Emergencial – 2020

Local	População*	Atendida	% População
Brasil	211.755.692	68.280.863	32,01
Nordeste	57.374.243	21.936.330	38,04
<i>Piauí</i>	3.281.480	1.315.362	39,99

Fonte: Dados do Ministério da Cidadania. Acesso em: 20 nov. 2022.

* Fonte: IBGE, 2020. Elaboração Superintendência CEPRO/SEPLAN (2021).

Olhando agora os dados dos estados do Nordeste com famílias atendidas pelo Auxílio Emergencial, observa-se que o Piauí teve maior proporção de sua população beneficiada em relação aos outros estados da região. O estado com menor proporção de beneficiados foi o Rio Grande do Norte (36%). Outra inferência que salta aos olhos são os 38,04% da população nordestina elegível para esse benefício. Sem dúvida, esse número é um indicador de que a pobreza e a vulnerabilidade social na região são problemas sociais que exigem dos governos urgência na formulação de políticas públicas de enfrentamento de tal situação. Isto, claro, aplica-se sobretudo ao estado do Piauí.

Nesse sentido, o governo estadual criou o programa PRÓ-Piauí Social. O “programa tem público-alvo famílias cadastradas no CADÚNICO, do Governo Federal, com uma renda per capita de até R\$ 178,00 e que não recebem benefício. Em dezembro de 2021, 3.710 famílias já estavam cadastradas para receber o benefício de R\$1.200,00 em seis parcelas de R\$ 200,00” com o “Cartão Pró-Social” (CEPRO, 2021). Ele é complementar aos programas sociais federais no sentido de ajudar famílias que vivem na extrema pobreza e não conseguiram os benefícios do governo federal.

Tabela 9 – População atendida pelo Auxílio Emergencial / NE – 2020.

Local	Nº absoluto	% população
Nordeste	21.936.330	38,04
Bahia	5.827.535	38,89
Ceará	3.496.540	37,84
Maranhão	2.723.038	38,07
Paraíba	1.538.888	37,90
Pernambuco	3.652.065	37,75
<i>Piauí</i>	<i>1.315.362</i>	<i>39,99</i>
Rio G. do Norte	1.282.014	36,00
Sergipe	868.361	37,13
Alagoas	1.232.527	36,62

Fonte: Dados do Ministério da Cidadania. Acesso em: 20 nov. 2022.

Outra leitura significativa sobre a realidade do estado do Piauí no aspecto da desigualdade social e da pobreza é possível cruzando dados de diferentes indicadores. A Tabela 9, por exemplo, demonstra uma escala de 18 anos, entre 2012 e 2020, dados do PIB³⁹, da extrema pobreza e pobreza⁴⁰ e Índice de Gini. Lembrando que o PIB é a soma de toda a riqueza produzida numa dada sociedade. O PIB do estado do Piauí em 18 anos teve uma forte variação positiva,

³⁹ São valores brutos do PIB.

⁴⁰ Extrema pobreza e pobreza pela linha do Banco Mundial.

quase dobrou em valores absolutos, um crescimento de 50,79% no período. Sem dúvida, esse crescimento no volume de riqueza bruta da sociedade piauiense foi extraordinário. Grosso modo, pelo indicador de renda per capita, cada piauiense, hipoteticamente, em 2012, tinha renda de R\$ 8.137,51 reais, em 2020 esse indicador de renda foi 17.185,00, maiores que o dobro em relação ao período anterior. Não obstante, o estado ficou na 26ª posição no ranking dos estados do país (PIAUÍ, 2022).

Quando comparado o PIB bruto com as taxas de extrema pobreza e pobreza para se ver o comportamento desse fenômeno em relação ao crescimento do Produto Interno Bruto, observa-se que a taxa da extrema pobreza e pobreza, pela linha do Banco Mundial, no mesmo período, oscilaram lentamente, a extrema pobreza de 2012 para 2020 teve diferença de -3,4; na pobreza, -8,0. Ainda longe o ritmo da diminuição da extrema pobreza e pobreza em relação ao ritmo do crescimento do PIB no Piauí. Ou seja, o PIB cresceu numa velocidade bem superior à da redução da pobreza no Estado. Na verdade, as taxas de pobreza, nesse período, oscilaram ora para baixo ora para cima e, depois, para baixo novamente, porém num ritmo lento em toda a série em tela. A questão que se impõe é a seguinte: onde está a riqueza que a sociedade piauiense produziu com o crescimento de mais de 50% do PIB nos últimos dezoito anos?

Tabela 10 – Evolução do PIB, indicadores de pobreza e concentração de renda no Piauí

Indicador/ Escala	Com os benefícios sociais ⁴¹				Sem os benefícios sociais			
	2012	2015	2019	2020	2012	2015	2019	2020
PIB (bilhões)	28.638	39.150	52.781	56.391	-	-	-	-
PIB per capita	8.137,51	12.218,51	16.125,00	-	-	-	-	-
Pobreza U\$ 1,90*	12,9	10,0	14,6	9,5	20,8	16,2	21,8	25,0
Pobreza U\$ 5,50*	46,4	39,7	45,2	38,4	49,7	44,5	49,0	52,1
Índice Gini	0,495	0,520	0,536	474	0,538	0,560	0,581	0,582

Fonte: Síntese de Indicadores Sociais - IBGE 2021.

Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2021).

* As porcentagens destas linhas são relativas à população estadual.

Para responder à questão acima, o Índice de Gini, já referido aqui no texto, indica como se comporta a distribuição e/ou concentração de renda no Piauí que, grosso modo, tem relação direta com o PIB porque, normalmente, essa análise é feita tendo como base a renda per capita, um cálculo que divide a riqueza produzida pelo número de habitantes piauienses e o resultado é um valor médio da riqueza para cada pessoa, mas esse valor médio da participação de cada pessoa no bolo do PIB é hipotético. Hipotético porque é apenas um cálculo matemático, não representa a realidade concreta da distribuição de renda, ou seja, imaginar-se-ia que todos os habitantes do Piauí receberam igualmente por ano sua fatia do bolo (PIB), aí o cálculo, nesse caso, define as fatias em valores iguais do bolo para cada um. Esta fatia imaginária é o indicador renda per capita. Na prática, pelo cálculo matemático, todos os piauienses teriam renda igual, mas na realidade concreta uma pessoa poderá viver na extrema pobreza, sem renda suficiente até para

⁴¹ Com benefícios sociais para os cálculos dos indicadores de pobreza e Índice de Gini.

se alimentar, outra teria só para se alimentar e outra ainda poderá ter para se alimentar, para lazer, comprar bens (terras, casa, carros, etc.) e aumentar ainda mais sua renda. O indicador renda per capita não serve para mensurar concentração de renda das pessoas e tão pouco para aferir níveis de desigualdade social.

Além desses aspectos, poderia acrescentar que quanto maior o crescimento do PIB de uma região e menor o ritmo de crescimento da população maior será a renda per capita, o inverso também é verdadeiro, crescimento acelerado da população e lenta elevação do PIB, menor será o valor do indicador per capita daquele estado. O desenvolvimento econômico deve ser promovido de forma equilibrada.

Como visto, o mais adequado para mensurar o nível de desigualdade social e pobreza é por meio da análise do Índice de Gini. Na série estudada se observa nos anos de 2015 a 2019 crescimento do índice de 0,520 para 0,536, aumento na desigualdade social e concentração de renda no Piauí, pois o PIB apresentou crescimento expressivo nesse período. Porém, em 2020, o índice foi 0,474 uma redução no nível da desigualdade social, possivelmente influenciada pelo Auxílio Emergencial, pois a análise da evolução do indicador, sem os benefícios sociais, na mesma série, demonstra um crescimento paulatino de 0,538 a 0,582. Ou seja, sem os benefícios dos programas sociais haveria maior desigualdade social e, conseqüentemente, aumento da pobreza. Nessa analogia, o PIB do Piauí que cresceu mais de 50% no período estudado não resultou em redução expressiva da desigualdade social e da pobreza. O Piauí cresceu economicamente acompanhando a lógica nacional de desenvolvimento econômico com concentração de renda⁴². Segundo o IBGE, “em 2021, o 1% da população brasileira com renda mais alta teve rendimento 38,4 vezes maior que a média dos 50% com as menores remunerações” (IBGE,2022, s/p).

Nessa linha, outro dado corrobora a análise, o acesso da população à água no estado do Piauí, no Nordeste e no Brasil. Água é um bem básico indispensável à vida, infelizmente parte da população brasileira não tem acesso e/ou tem acesso à água de má qualidade. A Tabela 11, abaixo, registra a situação dos domicílios com e sem capacidade de armazenamento de água para o consumo das famílias no dia a dia e isto corrobora a situação de agravamento da pobreza e desigualdade social no Estado. Nesse sentido, os dados do IBGE de 2019 de distribuição de pessoas residindo em domicílios por forma de abastecimento de água, com presença de estrutura para armazenamento de água, abastecimento pela rede geral e existência de canalização interna e de outra forma para o Brasil, Nordeste, Piauí e Teresina referente ao ano de 2018 são reveladores.

⁴² Em pesquisa internacional com “mais de 100 países analisados, o Brasil é um dos mais desiguais. Após a África do Sul, é o segundo com maiores desigualdades entre os membros do G20”, segundo World Inequality Lab (2021) (Laboratório das Desigualdades Mundiais). “O estudo afirma que as estatísticas disponíveis indicam que os 10% mais ricos no Brasil sempre ganharam mais da metade da renda nacional (...) A metade da população brasileira mais pobre só ganha 10% do total da renda nacional. Na prática, isso significa que os 50% mais pobres ganham 29 vezes menos do que recebem os 10% mais ricos no Brasil. Na França, essa proporção é de apenas 7 vezes. Nos Estados Unidos, país com fortes desigualdades sociais, os 10% mais ricos ganham 45% da renda geral do país, ressalta Chancel. Na China, esse índice é de 42%. Na Europa, ele se situa entre 30% e 35%, completa o economista” (FERNANDES, 2021, s/p – grifos nossos).

Tabela 11 – Forma de abastecimento de água no Piauí

Grandes Regiões, Unidades da Federação, Regiões Metropolitanas, Regiões Administrativas Integradas de Desenvolvimento e Municípios das Capitais	Total (1 000 pessoas)	Forma de abastecimento de água, presença de estrutura para armazenamento de água, frequência de abastecimento pela rede geral de distribuição de água e existência de canalização interna				
		Abastecidos principalmente pela rede geral			Abastecidos principalmente de outra forma	
		Domicílio com abastecimento diário e estrutura para armazenamento de água	Domicílio com abastecimento diário e sem estrutura para armazenamento de água	Frequência de abastecimento inferior à diária	Com canalização interna	Sem canalização interna
		Absoluto	Proporção	Proporção	Proporção	Proporção
Brasil	209 496	62,2	12,2	10,2	11,9	3,4
Nordeste	56 928	41,1	13,3	24,8	12,9	7,9
Piauí	3 272	47,5	33,2	4,5	8,6	6,2
RIDE Grande Teresina	1 224	53,6	38,6	1,5	4,6	1,8
Teresina	865	58,9	37,3	1,5	1,6	0,7

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE (2019).

O Piauí, no que se refere ao abastecimento de água pela rede geral em domicílio, tem estrutura para armazenamento em 47,5% das residências e 33,2% não tem esse tipo de equipamento. Parcela de 4,5% da população não têm água com frequência necessária para seu uso diário. E 6,2% das residências utiliza água sem canalização interna, captando-a em outra forma. Esses dados indicam que parcela de piauienses vive em situação de pobreza até mesmo no acesso à água potável.

Por fim, corrobora a essa discussão a pobreza multidimensional aferida pelo Núcleo de Inteligência Social da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas) demonstrando que no estado do Piauí, pelo Censo de 2010 (já superado), os domicílios “vulneráveis correspondiam a 140.713 (16,5%) do total e, o somatório destes com os pobres, 168.290 (19,7%)”. (NIS, 2020, p. 52). E nesses domicílios residiam 23,4% das crianças de 0 a 11 anos. A PNAD de 2020 com dados de 2018 informa que 9,6% da população da área urbana de Teresina vive em condições domiciliar com padrão ruim. Não obstante os avanços do programa habitacional “Minha Casa Minha Vida” no Piauí, ainda há expressiva carência de melhoria habitacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) elabora e divulga periodicamente relatórios globais sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de países pertencente a ONU. Ele afirmou recentemente que pela primeira vez, desde a criação desse indicador, há trinta anos, várias nações tiveram retração no seu IDH no ano de 2020. A justificativa para a desaceleração do Índice foi a pandemia mundial do coronavírus. O Brasil, o Nordeste e o Piauí, na esteira da pandemia, como demonstrado, sofreram impactos negativos nas suas economias, a exemplo da retração do PIB, de forma variável.

Em consequência da retração do desenvolvimento econômico pela crise brasileira (política, econômica e sanitária) a desigualdade social e a pobreza, que eram elevadas, no ano de 2020 teve pequeno alívio em função do Auxílio Emergencial do governo federal. Mas no Piauí, essa realidade apresentou distintas chaves de interpretação, por exemplo: pela linha de pobreza do Banco Mundial, o estado tinha (tem) taxas de porcentagem da população bem elevadas na extrema pobreza e na pobreza no ano de 2020. Neste mesmo ano, 39,99% da população do estado recebeu benefícios sociais por não ter condições de sobreviver por conta própria. Mas, o impactado dos benefícios sociais, segundo o Índice de Gini, indica um pequeno alívio na desigualdade social no Piauí.

Ficou evidente que a desigualdade social no estado do Piauí não foi maior porque os programas de benefícios sociais atenuaram essa realidade. Contudo, os dados da FGV Social, para 2021, como visto, indicam que a situação de pobreza voltou a crescer em todas as regiões pesquisadas no Piauí, impactada pelo fim do Auxílio Emergencial e diminuição do universo do público atendido com o programa Auxílio Brasil no ano de 2021. Um sinal positivo do governo estadual, nesse sentido, foi a criação do Programa PRÓ Piauí Social, que buscou família que viviam na extrema pobreza e não eram atendidas nos programas sociais federais para receber auxílio do governo estadual.

Uma questão para refletir, numa leitura comparativa com dados do crescimento do PIB e indicadores de pobreza do estado do Piauí, como foi demonstrado, por que o PIB nos últimos dez anos dobrou de valor absoluto e os indicadores de pobreza permaneceram praticamente os mesmos valores nesse período? De forma apresada, poderia afirmar que a riqueza produzida no estado não está lastreada em políticas públicas de distribuição de renda para acelerar a redução da desigualdade social e acabar com a extrema pobreza. O modelo de desenvolvimento econômico praticado no Piauí reproduziria características do modelo nacional, excludente e concentrador de renda. Essa é uma questão a ser aprofundada em futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Covid-19 no Brasil**. Brasília, DF, 2022. Disponível em: https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html. Acesso em: 17 nov. 2022.

BANCO MUNDIAL. **Pobreza e desigualdade no Brasil: pandemia complica velhos problemas e gera novos desafios para população vulnerável**. Washington, DC, 14 jul. 2022. Disponível em:

<https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2022/07/14/pobreza-e-desigualdade-no-brasil-pandemia-complica-velhos-problemas-e-gera-novos-desafios-para-populacao-vulneravel>. Acesso em: 18 nov. 2022.

FERNANDES, Daniela. **4 dados que mostram por que o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, segundo relatório**. BBC News Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59557761>. Acesso em: 21 nov. 2022.

CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ (CEPRO). **Informe Econômico n. 10**. Teresina: Secretaria de Estado do Planejamento do Piauí, 2022. Disponível em: http://www.cepro.pi.gov.br/download/202203/CEPRO16_5b6c7e53eb.pdf. Acesso em: 21 nov. 2022.

CODES, Ana Luiza Machado de. **A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa**. Brasília, DF: Ipea, 2008. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1332.pdf. Acesso em: 19 nov. 2022.

FERNANDES, Daniela. **4 dados que mostram por que o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, segundo relatório**. BBC News Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59557761>. Acesso em: 21 nov. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Agência IBGE Notícias. **Síntese de Indicadores Sociais: em 2019, proporção de pobres cai para 24,7% e extrema pobreza se mantém em 6,5% da população**. Rio de Janeiro, 12 nov. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29431-sintese-de-indicadores-sociais-em-2019-proporcao-de-pobres-cai-para-24-7-e-extrema-pobreza-se-mantem-em-6-5-da-populacao>. Acesso em: 18 nov. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Em 2020, primeiro ano da pandemia, PIB recua em 24 das unidades da Federação**. Rio de Janeiro, 16 nov. 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35501-em-2020-primeiro-ano-da-pandemia-pib-recua-em-24-das-27-ufs>. Acesso em: 16 nov. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Agência IBGE Notícias. **Síntese de Indicadores Sociais: em 2020, sem programas sociais, 32,1% da população do país estaria em situação de pobreza**. Rio de Janeiro, 3 dez. 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/32418-sintese-de-indicadores-sociais-em-2020-sem-programas-sociais-32-1-da-populacao-do-pais-estariam-em-situacao-de-pobreza>. Acesso em: 18 nov. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Em 2021, rendimento domiciliar per capita cai ao menor nível desde 2012**. Rio de Janeiro, 10 jun. 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34052-em-2021-rendimento-domiciliar-per-capita-cai-ao-menor-nivel-desde-2012>. Acesso em: 22 nov. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema de Contas Regionais: Brasil 2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. ISBN 978-85-240-4550-9. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101975_informativo.pdf. Acesso em: 16 nov. 2022.

NERI, Marcelo. **Mapa da Nova Pobreza**. Rio de Janeiro: FGV Social, 2022.

NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA SOCIAL (NIS). **Índice de Pobreza Multidimensional Brasil**. Belo Horizonte: NIS/PUC Minas, 2020. Disponível em: <https://nis.org.br/wp-content/uploads/2020/12/IPM-NIS-Relatorio-final-20201215.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2022.

OXFAM BRASIL. **Nós e as desigualdades: pesquisa Oxfam Brasil/Datafolha sobre percepções das desigualdades no Brasil**. Brasília, DF: Oxfam Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/pesquisa-nos-e-as-desigualdades-2022>. Acesso em: 21 nov. 2022.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **IDH: relatório indica recuo no desenvolvimento humano em 90% dos países**. 8 set. 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/198320-idh-relatorio-indica-recuo-no-desenvolvimento-humano-em-90-dos-paises>. Acesso em: 19 nov. 2022.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Índice de Pobreza Multidimensional Global 2020 mostra que a COVID-19 ameaça os progressos da última década**. 2020. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/angola>. Acesso em: 22 nov. 2022.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Entendendo o IPM**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, [s. d.]. Disponível em: https://www.plan-eval.com/repositorio/arquivo/artigo/Brochura_IPM_trifold%20v2.pdf. Acesso em: 18 nov. 2022.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Multidimensional Poverty Index 2022: Brazil Country Profile**. New York, 2022. Disponível em: <https://hdr.undp.org/sites/default/files/Country-Profiles/MPI/BRA.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2022.

PLAN-EVAL. **Introdução ao Índice de Pobreza Multidimensional Paulista**. [S.l.], [s.d.]. Disponível em: https://www.plan-eval.com/repositorio/arquivo/artigo/Brochura_IPM_trifold%20v2.pdf. Acesso em: 16 nov. 2022.

PIAUÍ. Secretaria de Estado do Planejamento. **Seplan apresenta PIB dos municípios 2020**. Teresina, 2022. Disponível em: <http://www.seplan.pi.gov.br/noticia.php?id=1042>. Acesso em: 17 dez. 2022.





NOTA SOBRE O MÉTODO DE EXPOSIÇÃO

*João P. Pereira*¹
Francisco Pereira de
*Farias*²

¹ Graduando de Filosofia da UFPI.


¹ Universidade Federal do Piauí, UFPI, Brasil.
E-mail: joaojoluappoeta@gmail.com


Lattes iD 

ORCID: 

² Docente de Ciência Política da UFPI.

² Universidade Federal do Piauí, UFPI, Brasil.
E-mail: franperfarias@gmail.com

Lattes iD 

ORCID: 



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Internacional *Creative Commons* Atribuição 4.0. Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

I

O discurso da ciência baseada na “demonstração crítica” (Marx) aparece como um conjunto de argumentos autoconscientes. A nossa reflexão tem início, então, pela análise desta consciência do argumento, a unidade última.

Há dois tipos básicos de ciência do argumento: a Lógica da inferência proposicional e a Lógica da inferência predicativa. Observa-se a relação de proposições e a relação dos termos de uma proposição. A relação entre proposições ou o cálculo proposicional dá lugar à lógica formal, que se expressa em linguagem algébrica. Trata-se, portanto, de entender a forma do pensamento racional.

Por sua vez, a relação entre termos de uma proposição extrapola o formalismo e requer que o pensamento retenha um conteúdo efetivo. Do contrário a relação entre os termos restaria indeterminada. Ora, a determinação é o objetivo da relação predicativa. Então, o formalismo torna-se incompatível com a inferência determinante. A relação predicativa enseja a lógica dialética, expressa em linguagem histórica

O pensamento se dá um conteúdo histórico, de coisa efetiva, de coisa que está no mundo e se torna distinta do pensamento. Tem-se o fenômeno, um movimento exterior, distinto da coisa imaginada.

A coisa imaginada é interna ao pensamento, não produz por si mesma um efeito no mundo exterior. Tem-se uma representação pura, um movimento interior. A personagem do romance literário é análoga à figura do sonho noturno. A abstração imaginária, por assim dizer, produz um efeito secundário no mundo exterior. A personagem literária ou o sonho noturno trazem efeitos catárticos sobre os indivíduos. Mas nem toda coisa interna ao pensamento é apenas imaginação. Uma abstração efetiva produz consequência primária no mundo exterior. A norma abstrata produz o efeito de orientar as condutas humanas.

Se a coisa exterior prescinde do simbolismo enquanto determinante causal; a abstração, não. O ônibus perde o freio e capota na curva - causa e efeitos externos. O indivíduo se convence a votar no partido X - causa interna, efeito externo. Por outro lado, nem todo símbolo imaginado serve de móvel a uma abstração efetiva. Uma regra institucional, posta pelo governante, que não se ligue à normatividade espontânea das condutas sociais se torna letra morta.

A Lógica dialética delimita, pois, seu âmbito de conhecimento a partir desta tríade: abstração efetiva, abstração imaginária e coisa exterior.

II

Entre as dádivas da “dialética” está a sua desconfiança sobre o dado, o imediato, a lei da aparição. O essencial torna-se invisível aos olhos, logo, o conhecimento parte da empiria para perceber o outro de si; o mero descrever, por exemplo, é já errar. Sobre isso, diz-nos Hegel no livro 2, A doutrina da essência, de sua Grande Lógica: “a relação é, portanto, determinadamente esta: que o mundo [social, de senhores e escravos] que é em si e para si é o mundo invertido do mundo que aparece” (Hegel, 2017: 166). E completa em seguida:

Ambos os mundos, portanto, relacionam-se um para com o outro, de modo que aquilo que é positivo no mundo que aparece, no mundo que é em si e para si é negativo, [e] inversamente, o que é negativo naquele, nesse é positivo (Ibid., p. 167).

As aparências enganam, portanto. Podem enganar. A aparência é para nós, não em si, que vemos a parte sem o todo de modo imediato.

Do abstrato, vejamos um exemplo mais concreto. Marx começa O Capital pela aparência efetiva, a riqueza, uma coleção de mercadorias, no modo de produção capitalista. Tal modo de aparecer efetivo, produz uma ilusão de igualdade: o patrão tem dinheiro e o operário, força de trabalho; por meio de um contrato, trocam equivalentes, permanecem iguais. Assim:

Ambos os mundos, portanto, relacionam-se um para com o outro, de modo que aquilo que é positivo no mundo que aparece, no mundo que é em si e para si é negativo, [e] inversamente, o que é negativo naquele, nesse é positivo (Ibid., p. 167).

As aparências enganam, portanto. Podem enganar. A aparência é para nós, não em si, que vemos a parte sem o todo de modo imediato.

Do abstrato, vejamos um exemplo mais concreto. Marx começa O Capital pela aparência efetiva, a riqueza, uma coleção de mercadorias, no modo de produção capitalista. Tal modo de aparecer efetivo, produz uma ilusão de igualdade: o patrão tem dinheiro e o operário, força de trabalho; por meio de um contrato, trocam equivalentes, permanecem iguais. Assim:

A esfera da circulação ou da troca de mercadorias, em cujos limites se move a compra e a venda da força de trabalho, é, de fato, um verdadeiro Éden dos direitos inatos do homem. Ela é o reino exclusivo da liberdade, da igualdade, da propriedade e de Bentham. (Marx, 2013: 250)

Mas eis a passagem para o real-efetivo, a verdade, a essência:

Ao abandonarmos essa esfera da circulação simples ou da troca de mercadorias, de onde o livre-cambista vulgar extrai noções, conceitos e parâmetros para julgar a sociedade do capital e do trabalho assalariado, já podemos perceber uma certa transformação, ao que parece, na fisionomia de nossas personagens teatrais. O antigo possuidor de dinheiro se apresenta agora como capitalista, e o possuidor de força de trabalho, como seu trabalhador. O primeiro, com um ar de importância, confiante e ávido por negócios; o segundo, tímido e hesitante, como alguém que trouxe sua própria pele ao mercado e, agora, não tem mais nada a esperar além da... esfola. (Ibid., p. 251)

Quanto ao método de exposição, tem seu lastro – embora não identidade – no modo de pesquisa e no modo de ser da própria realidade. Começamos a expor pela aparência porque o começo da pesquisa tem de ser, também, pelo que aparece; o aparecer deve ser, ele mesmo, explicado. Marx tem de começar pela aparência, a circulação simples de mercadorias, que também é um começo histórico purificado, para que a exposição seja inteligível.

Ditos os eixos metodológicos, a relação de governante e governado na formação capitalista parece satisfatória e completa para ambos. Os dois lados precisam um do outro como o conceito de pai apenas pode existir com o conceito de filho, a categoria de vendedor apenas com a de comprador. São reflexivos, interdependentes, mas não iguais de todo. Se o burguês possui o capital, uma abstração; o governante possui o poder-dominação, abstração outra. Abstrações do concreto. O burguês tem o sistema de máquinas e o governante, a polícia profissional. Toda a igualdade das trocas justas desfaz-se quando consideramos o tempo e o contexto, isto é, a essência.

O método de exposição deve, pois, ter isso em conta ao máximo: a realidade social até hoje é um compósito de aparência e essência. A exposição precisa expressar tal verdade ao seu modo.

III

1) Hegel (1941, p. 69):

Esse cepticismo, que atinge a perfeição, não é, pois, o que um zelo severo pela verdade e pela ciência tem a ilusão de ter aprontado e aparelhado para elas, a saber: o propósito de não se entregar na ciência à autoridade do pensamento alheio, e só seguir sua própria convicção; ou melhor ainda: tudo produzir por si mesmo, e só ter o seu próprio ato como sendo o verdadeiro. [...] Seguir sua própria opinião é, em todo o caso, bem melhor do que abandonar-se à autoridade; mas com a mudança do crer na autoridade para o acreditar na própria convicção não fica necessariamente mudado o conteúdo mesmo; nem a verdade, introduzida em lugar do erro.⁴³

⁴³ Tradução da Edição Le Livros (on-line).

De fato, a substituição de uma crença dogmática (autoridade religiosa) por uma crença axiomática (autoridade racional) não muda em essência nada. O sistema de crenças é uma fonte do conhecimento desajustado, do erro, porque não pode operar de modo dialético, isto é, sem fundamento ou princípio algum – que é o modo de conhecer adequado ao processo histórico.

2) Marx (1983, p. 20):

A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Caso se consiga isso, e espelhada idealmente agora a vida da matéria, talvez possa parecer que se esteja tratando de uma construção *a priori*.

Torna-se evidente que o pesquisador precisa dedicar a atenção não apenas ao método de pesquisa, mas também ao método de exposição. Neste último está especificidade da ciência: o espelhamento do movimento efetivo das coisas ou do mundo. Esta reconstrução mental difere do formalismo, por não se dar qualquer princípio - postulado, dogma, axioma -, afastando-se de uma construção *a priori*.

REFERÊNCIAS

HEGEL, G. W. **Phénoménologie de l'esprit**. Paris : Aubier, 1941. [Introduction, p. 65-77.]

HEGEL. **Ciência da Lógica - A Doutrina da Essência**. Bragança Paulista: Vozes, 2017.

MARX, K. **O capital I**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. v.1 São Paulo: Abril Cultural, 1983. [Posfácio da Segunda Edição Alemã (1873), p. 15-21.]



Este livro foi produzido por
©2025 **Revista Cadernos NEPEs**
Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras.
Campus Ministro Petrônio Portella, Ininga.
CEP: 64049550 - Teresina, PI - Brasil

